

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 455 - Ano XIV - 29/09/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



JESUÍTAS

# Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades

## Um desafio para os Observatórios



Foto: Ana Guzzo/Flickr-Creative Commons

### **Gerardo Silva:**

Metrópole, a grande  
novidade do século XXI

### **Arlete Moysés Rodrigues:**

A arbitrariedade da técnica  
na construção dos sentidos

### **Paula Chies Schommer:**

Observar e monitorar o  
exercício do poder

EMAISS

### **Eduardo Zanella e Miguel Herrera:**

Neurociência e  
gestão da vida

### **Sandro Chignola:**

“É preciso reinventar a  
democracia à altura do  
século XXI”

### **Ivo Lesbaupin:**

Uma análise crítica do governo  
Dilma: a quem este governo  
atende em primeiro lugar?

# Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades.

## Um desafio para os Observatórios

**R**ealiza-se nesta semana na Unisinos, o IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU e organizado pelo Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos, um programa do IHU.

Inspirada pelo evento, a revista **IHU On-Line** desta semana debate a importância dos observatórios a partir da nova configuração das cidades no século XXI, caracterizada pela presença das metrópoles que questionam radicalmente a hegemonia segmentária, implicando em novas possibilidades e exigências de convivialidade e sociabilidade. Contribuem no debate professores, pesquisadores e ativistas que atuam em Observatórios.

A geógrafa **Arlete Moysés Rodrigues**, professora na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana, sustenta que o papel dos observatórios é avançar no debate tecnocrático para que entendamos os novos arranjos territoriais.

**Gerardo Silva**, geógrafo e professor adjunto da área de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC – UFABC, analisa as configurações dos espaços no século XXI a partir da visada da Metrópole e da Multidão, conceitos formulados e explicados por Negri e Hardt. Segundo ele, “uma metrópole mais convi-

vial, mais cultural, mais cosmopolita, mais tolerante, mais igualitária e mais democrática é uma metrópole mais produtiva. Essa é a grande novidade do século XXI”.

**Paula Chies Schommer**, professora de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e líder do Grupo de Pesquisa Politeia - Co-produção do Bem Público: Accountability e Gestão, defende que o trabalho dos observatórios é fundamental para a construção de uma cultura do compartilhamento e exercício do poder de forma coletiva.

O mundo do trabalho e seus impactos nas questões territoriais é o tema debatido por **Moisés Waismann**, coordenador do Observatório Trabalho, Gestão e Políticas Públicas e professor do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle.

**Noemi Krefta**, ativista social e integrante do Movimento das Mulheres Camponesas e do Grupo da Terra do Ministério da Saúde, argumenta que o trabalho dos observatórios deve se voltar para a publicação e elucidação das dificuldades que se apresentam nos territórios, inclusive do campo, para proporcionar a ampliação do debate referente às políticas públicas.

**Dirce Koga**, doutora em Serviço Social e professora do Mestrado em Políticas Sociais na Universidade Cruzeiro do Sul, aposta em uma mudança de paradigma na construção das políticas públicas terri-

toriais que leve em conta as particularidades das cidades brasileiras.

O engenheiro civil **Francisco de Assis Comarú** e professor adjunto na Universidade Federal do ABC lembra que precisamos superar a ideia de que a cidade é uma mercadoria, pois tal perspectiva tende a piorar ainda mais a situação das populações mais pobres.

Complementam esta edição entrevistas com o sociólogo **Ivo Lesbaupin**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sobre as políticas públicas do governo Dilma; com o filósofo **Sandro Chignola**, da Universidade de Padova, sobre os dispositivos de controle da vida a partir de Michel Foucault e Giorgio Agamben; e com o crítico cultural **Teixeira Coelho**, sobre a necessidade de estabelecer uma economia consolidada da cultura.

Por fim, os antropólogos **Eduardo Zanella** e **Miguel Herrera**, traçam um panorama da obra do sociólogo britânico Nikolas Rose. Os dois apresentam o seu último livro Neuro: *The New Brain Sciences and the Management of Life* (Princeton: University Press, 2013), escrito em parceria com Joelle M. Abi-Rached. O livro será tema do evento que ocorre na quinta-feira, dia 09 de outubro de 2014, às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas  
Unisinos

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

# IHU

**IHU On-Line** é a revista  
semanal do Instituto  
Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser  
acessada às segundas-feiras,  
no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Sua versão impressa circula em  
terças-feiras, a partir das 8h,  
na Unisinos.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio  
Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).

Redação: Inácio Neutzling,  
Andriolli Costa MTB 896/MS  
([andriollicb@unisinos.br](mailto:andriollicb@unisinos.br)),  
Márcia Junges MTB 9447  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)),  
Patrícia Fachin MTB 13.062  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).

Revisão: Carla Bigliardi  
Projeto gráfico: Agência  
Experimental de Comunicação  
da Unisinos – Agexcom.  
Editoração: Rafael Tarcísio  
Forneck  
Atualização diária do sítio:  
Inácio Neutzling, César Sanson,  
Patrícia Fachin, Fernando  
Dupont, Suélen Farias, Julian  
Kober, Nahiene Machado e  
Larissa Tassinari

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Gerardo Silva** – Metrópole, a grande novidade do século XXI
- 8 **Francisco de Assis Comarú** – Superar a transformação da cidade em mercadoria em busca de justiça social
- 11 **Arlete Moysés Rodrigues** – A arbitrariedade da técnica na construção dos sentidos de território
- 16 **Paula Chies Schommer** – Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder
- 21 **Dirce Koga** – A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade
- 23 **Moisés Waismann** – Observatórios e o mundo do trabalho. Caminhos para uma visada da complexidade
- 26 **Noemi Krefta** – Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais

## DESTAQUES DA SEMANA

- 30 **Destques On-Line**
- 32 **Ivo Lesbaupin** – Uma análise crítica do governo Dilma: a quem este governo atende em primeiro lugar?
- 37 **Sandro Chignola** – “É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI”
- 41 **Teixeira Coelho** – Para além de uma economia da cultura fictícia

## IHU EM REVISTA

- 45 **Agenda de Eventos**
- 46 **Eduardo Zanella e Miguel Herrera** – Neurociência e gestão da vida. Um olhar sobre a obra de Nikolas Rose
- 54 **Publicação em Destaque** – Cadernos IHU ideias – Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze
- 55 **Retrovisor**



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



<http://bit.ly/ihuon>



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)



[youtube.com/ihucomunica](https://youtube.com/ihucomunica)

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Metrópole, a grande novidade do século XXI

Para Gerardo Silva, a reconfiguração dos territórios e dos sujeitos sociais típicos da contemporaneidade exigem novas formas de compreender os espaços em um sentido mais amplo

POR RICARDO MACHADO

A dinâmica territorial hegemônica pela lógica de produção industrial das últimas décadas do século XX, que iniciou com uma investida caótica ao interior das cidades e depois tentou reorganizá-las a partir de seus parâmetros e medidas, parece estar se esgotando. “A relação, digamos assim, incestuosa, entre as formulações do urbanismo moderno e as determinações organizacionais do fordismo é bastante evidente, embora as cidades nunca tenham se deixado capturar completamente por essa lógica funcional e segmentada”, explica o professor e pesquisador Gerardo Silva, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Entretanto, após meados dos anos 1980, um outro modelo surgiu paralelamente a esta lógica, que levou a outro tipo de organização territorial e social. “O Silicon Valley nos Estados Unidos foi o primeiro grande laboratório de reflexão sobre essas novas formas de organização da produção e do território, um âmbito altamente concorrencial de produção colaborativa e trabalho em rede. Aliás, foi ali que Manuel Castells encontrou inspiração para seus trabalhos sobre a cidade informacional e a sociedade em rede”, avalia.

Repensar o território requer repensar as configurações sociais que emergem em tal contexto. “A casa, o escritório, o café, o restaurante, o banco, as lan-houses, os shopping centers são nós de uma rede de produção que acontece na circulação, tanto física quanto de informações. Nesse sentido, o metrô e a banda larga seriam, por assim dizer, o sistema nervoso da cidade, isto é, são os lugares que tornam possível a produção e também onde a

produção acontece”, sintetiza o entrevistado. Ao debater o tema, Gerardo recorre a Antonio Negri e Michael Hardt para explicar as novas figuras produtivas e sociais, nomeadas pelos autores como “Multidão”. “São seus territórios que dispõem dos meios necessários para tornarem efetivas essas novas formas de geração de riqueza. Portanto, a questão que se coloca nessa perspectiva é a seguinte: como qualificar a metrópole para os agenciamentos produtivos da multidão? Acredito que a resposta seja política: deixar a multidão se manifestar”, argumenta.

“A não percepção das singularidades dos territórios do século XXI gera, no melhor dos casos, atrasos e retardos na evolução da capacidade de geração de riqueza do trabalho da multidão, e, no pior, obstáculos e violência”, destaca. “Nenhum planejamento será possível sem uma perspectiva crítica sobre os rumos das cidades e os fatores que operam sua permanente transformação, e isso implica tanto a boa prática reflexiva de quem pensa a cidade quanto o engajamento das pessoas que vivem e trabalham nela”, complementa.

Gerardo Alberto Silva possui graduação em Geografia pela *Universidad Nacional de Mar del Plata*, na Argentina, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM. Atualmente é professor adjunto da área de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC - UFABC.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como o final do século XX e, especialmente, o começo do século XXI reconfiguraram o que compreendíamos como território?**

**Gerardo Silva** – Sem dúvida, entre o final do século XX e o início do século XXI, a nossa compreensão sobre a importância do território mudou

radicalmente, assim como também mudou o nosso entendimento sobre os processos de constituição da sociedade e das formas de organização

do trabalho. Desde o início da revolução industrial até metade dos anos 70 do século passado, a configuração dos territórios foi hegemonizada pela lógica da produção industrial, primeiramente invadindo as cidades de maneira caótica e depois tentando organizá-las de acordo com seus parâmetros e medidas. A relação, digamos assim, incestuosa, entre as formulações do urbanismo moderno e as determinações organizacionais do fordismo é bastante evidente, embora as cidades nunca tenham se deixado capturar completamente por essa lógica funcional e segmentada. Pois bem, tudo isso mudou a partir da segunda metade da década de 1970. Através da chamada “reestruturação produtiva”, que significou o desenho de um novo mundo industrial, nas palavras do economista e geógrafo francês Pierre Veltz<sup>1</sup>, tais mudanças tornaram-se evidentes.

Por um lado, teve lugar uma transformação tecnológica, que implicou uma progressiva automação dos processos produtivos e uma reconfiguração dos processos de trabalho dentro da fábrica, como o toyotismo, por exemplo; por outro lado, houve uma “desterritorialização” da produção industrial concentrada nos países centrais em direção do sudeste asiático, entre outros destinos mundo afora. Paralelamente, uma outra economia começou a emergir. Em 1984 a Apple apresenta o computador pessoal Macintosh, esconjurando comercialmente a “profecia orwelliana”; em 1993 a Microsoft lança o Windows ST, considerado o primeiro sistema operativo universal com interface gráfica e, no mesmo ano, a World Wide Web torna a Internet tal como a conhecemos. De onde vinham essas inovações? Como teriam sido produzidas? Quem eram as pessoas que estavam no comando dessas empresas? Como se financiavam? Certamente, elas não provinham nem dos antigos espaços industriais, nem das estruturas tradicionais de financiamento. Embora não tenha sido o único, o Silicon Valley nos Estados Unidos foi o primeiro grande laboratório de re-

flexão sobre essas novas formas de organização da produção e do território, um âmbito altamente concorrencial de produção colaborativa e trabalho em rede. Aliás, foi ali que Manuel Castells<sup>2</sup> encontrou inspiração para seus trabalhos sobre a cidade informacional e a sociedade em rede.

**IHU On-Line – Em que medida uma visão mais moderna das cidades – da era da máquina/indústria – se torna insuficiente diante das complexidades contemporâneas?**

**Gerardo Silva** – Antes de responder à segunda pergunta, gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a resposta à pergunta anterior. Em primeiro lugar, quando faço referência ao Silicon Valley não estou dizendo que esse seja o modelo a seguir ou alguma coisa do tipo, embora ele tenha sido utilizado nesse sentido, inclusive no Brasil; estou apenas utilizando-o como exemplo para qualificar mudanças que aconteceram na nossa compreensão do território na passagem para o século XXI. Em segundo lugar, tampouco estou querendo dizer que as transformações foram determinadas pelas tecnologias, posto que acredito que elas são sempre produto da dinâmica social da qual emergem. Em terceiro e último lugar, essas transformações são ainda capitalistas, ou seja, condicionadas por formas de exploração e extração de mais-valia, embora isso aconteça através de dispositivos diferentes dos que caracterizaram o mundo da grande fábrica e o proletariado industrial tradicional.

Voltando agora à pergunta. Recortes territoriais são sempre arbitrários, no sentido que estabelecem limites normativos que não existem na natureza. Inclusive os recortes territoriais do Estado-nação são arbitrários. O que há de fato são recortes territoriais com maior ou menor grau de legitimidade ou reconhecimento ou imposição. Mas nada é definitivo. Basta ver o quanto a geopolítica do mundo atual encontra-se aquecida. Em termos de planejamento e/ou de alocação de recursos no território, que parece ser o sentido da pergunta, os recortes e os critérios são sem-

pre problemáticos. Em certo modo, isso coloca a Geografia no centro da questão. Sem dúvida, os parâmetros do mundo industrial para o estabelecimento de recortes territoriais têm sido ultrapassados, pelo menos no âmbito das cidades e das metrópoles. Talvez a mudança mais importante esteja na impossibilidade de separar mundo da vida e mundo do trabalho, como mandava o cânone moderno.

O trabalho colaborativo da sociedade em rede, para continuar utilizando a expressão de Manuel Castells, acontece fora da fábrica. Ele requer uma infraestrutura de serviços e de mobilidade capaz de potencializar comunicação e encontros para uma gama enorme e extremamente complexa de agenciamentos que acontecem cotidianamente. A casa, o escritório, o café, o restaurante, o banco, as lan-houses, os shopping centers são nós de uma rede de produção que acontece na circulação, tanto física quanto de informações. Nesse sentido, o metrô e a banda larga seriam, por assim dizer, o sistema nervoso da cidade, isto é, são os lugares que tornam possível a produção e também onde a produção acontece. Como auferir esses processos com os velhos instrumentos de organização funcional da cidade? Acredito que às vezes o mercado imobiliário compreende melhor essas mudanças, para o bem ou para o mal. Geralmente para o mal.

**IHU On-Line – Considerando as particularidades do século XXI, por quais tipos de reconfigurações as cidades têm passado?**

**Gerardo Silva** – Para começar, as cidades têm sido um elemento decisivo no processo de globalização. As redes urbanas nacionais e regionais configuradas territorialmente em função dos modelos de desenvolvimento seguidos em cada país não conseguem mais garantir um comportamento estável e organizado das relações entre as cidades e destas com suas hinterlândias. A toda hora, as forças globais estão tensionando a rede e reposicionando os centros urbanos que fazem parte dela. E o mais significativo é que esse tensionamento se dá não apenas nos principais centros, mas também em centros secundários ou de menor hierarquia. Mas é evi-

<sup>1</sup> **Pierre Veltz:** Pesquisador francês, graduado em Engenharia e com doutorado em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales'. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Manuel Castells** (1942): sociólogo espanhol. (Nota da IHU On-Line)

dente também que as grandes metrópoles são as principais afetadas. É nesse âmbito que os processos de globalização se afirmam com mais intensidade e complexidade e é onde se tornam mais visíveis seus efeitos, muitas vezes perversos. Concretamente, as metrópoles se integram cada vez mais às redes mundiais de produção, circulação e consumo e cada vez menos às redes nacionais ou regionais ou mesmo locais. Isso cria tensões muito fortes entre dinâmicas produtivas ancoradas internacionalmente e os territórios que ainda dependem de uma economia, digamos assim, “doméstica”. É frequente a sensação de estarmos assistindo a processos de modernização urbana “out-of-range” (fora de alcance) e “out-of-control” (fora de controle), que sabemos serem de custos financeiros elevados e social e territorialmente excludentes.

**IHU On-Line – Em que medida os problemas referentes aos territórios e às políticas públicas são tributários da transposição não problematizada de uma civilização industrial (da cidade de massa) à pós-industrial (metrópole da multidão)?**

**Gerardo Silva** – Essa pergunta me permite complementar a resposta anterior. Se, por um lado, a globalização cria distorções e efeitos perversos, pelo outro ela abre oportunidades de luta pelo reconhecimento da dimensão produtiva do trabalho cooperativo da sociedade em rede, que se apresenta como sendo autônomo, flexível e precário na grande maioria dos casos. E essa luta é igualmente global ou globalizada, na medida em que essa vulnerabilidade se manifesta de maneira análoga nos diferentes cantos do planeta. Mas quem encarna essa luta? Quem é capaz de amalgamar ou de dar corpo a essas novas figuras produtivas nas suas singularidades e nas suas dimensões global e local? Antonio Negri<sup>3</sup> e Michael

Hardt<sup>4</sup> chamam esse “quem” de multidão. A multidão é composta pelo conjunto de pessoas, agentes, atores e sujeitos que afirmam individual e coletivamente a dimensão produtiva do trabalho cooperativo da sociedade em rede, isto é, além da fábrica e da relação salarial. Daí a sua precariedade, embora alguns nichos privilegiados pareçam demonstrar o contrário. Ora, o lugar de afirmação do trabalho que constitui a multidão é a metrópole. São seus territórios que dispõem dos meios necessários para tornarem efetivas essas novas formas de geração de riqueza. Portanto, a questão que se coloca nessa perspectiva é a seguinte: como qualificar a metrópole para os agenciamentos produtivos da multidão? Acredito que a resposta seja política: deixar a multidão se manifestar.

**IHU On-Line – Que impactos a não percepção das particularidades dos territórios no século XXI geram nos conglomerados urbanos?**

**Gerardo Silva** – A não percepção das singularidades dos territórios do século XXI gera, no melhor dos casos, atrasos e retardos na evolução da capacidade de geração de riqueza do trabalho da multidão, e, no pior, obstáculos e violência. A permanente ingerência das companhias de telecomunicação no desenho da rede e das formas de acesso à banda larga, por exemplo, pode ser creditada à primeira conta, enquanto a brutal repressão aos camelôs nas principais cidades do país pode ser creditada à segunda, assim como as péssimas condições do transporte público, da saúde e da educação para a maioria da população. É nesse sentido que podemos afirmar que as manifes-

cord, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Michael Hardt** (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

tações de junho de 2013 foram um levante da multidão. O que está em jogo é a dimensão produtiva da metrópole e não apenas uma simples melhoria do transporte público ou uma ampliação dos recursos para educação, embora essas pautas sejam importantes. Uma metrópole mais convívil, mais cultural, mais cosmopolita, mais tolerante, mais igualitária e mais democrática é uma metrópole mais produtiva. Essa é, a meu ver, a grande novidade do século XXI.

**IHU On-Line – De que maneira os diversos dados levantados pelos observatórios contribuem na interpretação que temos sobre as cidades e na (des)construção de modelos de gestão urbana compatíveis com os desafios contemporâneos?**

**Gerardo Silva** – Bom, em termos gerais os observatórios são uma forma interessante de focar e concentrar esforços em uma problemática determinada. A produção de informações e conhecimento pode contribuir não apenas ao saber acadêmico, como também influenciar as políticas urbanas e a tomada de decisões. Atualmente, vários laboratórios e grupos de pesquisa nas universidades trabalham fazendo esse tipo de ponte ou conexão. O que é muito importante, tendo em conta a dimensão prático-normativa que é própria do planejamento territorial. Contudo, em minha opinião, temos que evitar subsumir a problemática urbana a essa dimensão normativa do planejamento, quer dizer, temos que ter o cuidado de não inverter a ordem dos problemas. Nenhum planejamento será possível sem uma perspectiva crítica sobre os rumos das cidades e os fatores que operam sua permanente transformação, e isso implica tanto a boa prática reflexiva de quem pensa a cidade quanto o engajamento das pessoas que vivem e trabalham nela. Caso contrário teremos como resultado, no melhor dos casos, ou uma tentativa vã de tapar o sol com a peneira ou uma prática tecnocrática cheia de boas intenções, porém ineficaz politicamente. Nesse sentido, os observatórios, assim como outros âmbitos de pesquisa, que assumem o desafio de produzir conhecimento visando à cidade do século XXI, tornam-se absolutamente necessários.

3 **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Re-

# Superar a transformação da cidade em mercadoria em busca de justiça social

Francisco de Assis Comarú, professor e pesquisador, aponta que os custos de se manter o atual modelo de gestão dos territórios são ainda maiores que os de uma perspectiva menos financeirizadora das relações

POR RICARDO MACHADO

**A**s cidades, os territórios e os espaços onde vivemos são fortemente marcados por uma racionalidade tributária de princípios modernos, (neo)liberais e fordistas. “A cidade toda se transforma em mercadorias. A cidade está à venda, ou melhor, a leilão, para quem pode pagar mais. E o pior é que o Estado, por meio dos Três Poderes dos três níveis, deveria enfrentar ou pelo menos compensar isso, ao invés de incentivar e dar mais força às soluções pró-mercado. O resultado é que os pobres não têm lugar na cidade (digo cidade minimamente qualificada)”, argumenta o professor e pesquisador Francisco de Assis Comarú, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Há, sem dúvida, inúmeros desafios ao atual contexto, o que implica em altos custos, mas que, na opinião do entrevistado, negá-los pode ser ainda mais caro. “O custo aparentemente é alto. Mas se colocarmos a conta na ponta do lápis, o quanto se economizaria em saúde pública por meio de melhoria das calçadas e do esgotamento sanitário, por exemplo, ficaríamos espantados”, sustenta. “Com o atual modelo há uma exploração ou uma espoliação do trabalhador

pobre e mecanismos de concentração de renda e riqueza e uma dificuldade enorme em retribuir. Mas isso, com o tempo, recai sobre toda a sociedade, por meio dos custos do sistema de saúde, dos custos econômicos de diminuição do tempo de vida das pessoas, do problema da poluição atmosférica ocasionado pelo excesso de automóveis nas ruas”, avalia.

Francisco de Assis Comarú é graduado em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia (Mauá); realizou mestrado em Engenharia Urbana pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP, onde também realizou doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Foi *Affiliate Academic* na University College London, Londres, *Visiting Scholar* na Organização Internacional do Trabalho, Genebra, e *Volunteer* na Organização Mundial da Saúde, Genebra, instituições onde realizou pesquisa de pós-doutorado. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal do ABC, onde atuou como Coordenador do curso de Engenharia Ambiental e Urbana e como Pró-reitor de Extensão (2012-2013).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são os desafios à reforma urbana necessária à realidade brasileira considerando as especificidades de nosso país?**

**Francisco de Assis Comarú** - A problemática das nossas cidades é complexa e são diversos os aspectos, de modo que eu vou me concentrar

naqueles que julgo essenciais. Por meio de políticas públicas de Estado:

- Desenvolver mecanismos de política habitacional que não privilegiem somente a produção da moradia como mercadoria que é adquirida e se transforma em propriedade individual privada de alto valor de

troca. Isso pode se dar por meio de formas alternativas de propriedade, como associações, cooperativas e habitação pública (locação social);

- Promover incentivos e subsídios muito fortes para produção de moradia em regiões centrais, consoli-

dadas e com densidade de empregos e infraestrutura, aproveitando inclusive a grande quantidade de imóveis vazios e ociosos que não cumprem sua função social;

- Investir pesadamente na qualificação urbanística das regiões periféricas, onde reside a maioria da população pobre das nossas cidades: saneamento ambiental, com ênfase em zerar o déficit de coleta e tratamento de esgoto (esta meta poderia ter sido atingida há muito tempo), serviços de boa qualidade de coleta de resíduos, limpeza urbana;
- Investir pesadamente na mobilidade urbana de qualidade por meio de sistemas de metrô, trem, corredores de ônibus, com tarifas realmente sociais e subsidiadas formando uma rede (malha) em toda a região urbanizada. Plano de melhoria geral das calçadas, passeios, passarelas e faixas de pedestres, criação de ciclovias e desestímulo ao uso de automóveis, por meio de desincentivo aos estacionamento e eventual tarifação urbana em algumas regiões. Paulatinamente, ir ampliando o número de calçadas durante a semana e nos finais de semana em regiões centrais.
- Estruturar comitês especiais para prevenir despejos e reintegrações de posse, envolvendo o Judiciário, o Executivo, Defensoria Pública e entidades de direitos humanos, com fóruns de atuação preventiva por meio de mediação e negociação prévias;
- Criar mecanismos para indenizações justas em caso de deslocamentos inevitáveis em situações de grandes obras viárias ou de infraestrutura urbana, por exemplo, enfrentando o problema de expulsão com indenizações ínfimas que não cobrem aquilo que as famílias investiram durante anos ou décadas nas suas moradias — casos de muitos parques lineares e obras viárias, por exemplo, nas nossas cidades;
- Combater a especulação imobiliária, o não cumprimento da função social das propriedades urbanas, combater o fechamento abusivo de ruas, a criação de “condomínios” ou “loteamentos fechados” ile-

gais que aumentam a segregação e a insegurança urbana. Cobrar as dívidas dos grandes proprietários urbanos;

- Fomentar a participação da população em conselhos, conferências, plebiscitos, consultas públicas, comitês e outras instâncias diretas com poder de decisão real sobre aspectos estratégicos das políticas urbanas, inclusive o desenho das políticas e questões orçamentárias.

**IHU On-Line – Que tipo de racionalidade os valores modernos, liberais e fordistas forjaram na condução das problemáticas sociais correspondentes aos territórios urbanos? Quais foram seus resultados?**

**Francisco de Assis Comarú** - Entre outros, os valores da propriedade privada, por exemplo, que muitas vezes são colocados acima do valor da dignidade humana e do direito à moradia (presentes na Constituição de 1988); do individualismo; da diminuição do papel do Estado na regulação do mercado imobiliário e de automóveis; do recrudescimento das políticas sociais — todos eles presentes na doutrina neoliberal difundida fortemente em todo o mundo após os governos de Thatcher<sup>1</sup> e Reagan<sup>2</sup> nos anos 1980, conforme nos mostram bem o professor David Harvey<sup>3</sup> no livro *Breve historia del neoliberalismo* (Madri: Ediciones Akal, 2007).

O fetiche do automóvel, símbolo máximo do século XX, e o apelo da

renovação urbana em bairros que se transformam em bairros “Chic”, em-burguesados, repletos de opções culturais, cafés e boutiques, que promovem ou promoveram a gentrificação da população de baixa ou média-baixa renda que um dia ali residiu.

**IHU On-Line – De que maneira as políticas públicas de acesso à habitação executadas historicamente no Brasil transformaram as cidades em mercadorias?**

**Francisco de Assis Comarú** - Por meio do incentivo fortíssimo à casa própria, como uma grande meta para todo o cidadão brasileiro. Isso se iniciou na era Vargas<sup>4</sup>, quando se desestimulou fortemente a locação privada e incentivou-se por todos os meios a casa própria, que, na maior parte dos casos, o trabalhador somente conquistou por meio de esforços descomunais e da autoconstrução de periferia em loteamentos irregulares ou clandestinos e, posteriormente, as favelas.

4 **Getúlio Vargas** [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A *IHU On-Line* dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. Recentemente a *IHU On-Line* publicou o *Dossiê Vargas*, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. (Nota da *IHU On-Line*)

1 **Margaret Hilda Thatcher** (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da *IHU On-Line*)

2 **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em Economia e Sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966 e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *The Killers*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da *IHU On-Line*)

3 **David Harvey** (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da *IHU On-Line*)

**IHU On-Line – Em que medida a atual crise urbana (e ambiental) que vivemos é subsidiária de uma racionalidade calcada na financeirização dos espaços públicos?**

**Francisco de Assis Comarú** - Com certeza se baseia numa financeirização da habitação como nos têm mostrado as professoras Mariana Fiz e Luciana Royer em seus mais recentes livros.<sup>5</sup> Na transformação da habitação em uma mercadoria de alto valor de troca, em sua “comoditização”. Por fim, a cidade toda se transforma em mercadorias. A cidade está à venda, ou melhor, a leilão, para quem pode pagar mais. E o pior é que o Estado, por meio dos três poderes dos três níveis, deveria enfrentar ou pelo menos compensar isso, ao invés de incentivar e dar mais força às soluções pró-mercado. O resultado é que os pobres não têm lugar na cidade (digo cidade minimamente qualificada).

**IHU On-Line – De que maneira é possível enfrentar o déficit imobiliário existente e garantir, ao mesmo tempo, acesso à moradia em locais não periféricos da cidade, legitimando ainda mais uma lógica segmentária de constituição territorial onde pobres e ricos parecem viver em países distintos?**

**Francisco de Assis Comarú** - Por meio de alguns daqueles elementos colocados na resposta da primeira questão: estruturar programas de locação social (habitação de propriedade pública — retirando uma parte do estoque de habitação produzida do mercado, para que ela cumpra de fato sua função social ao longo de muitos anos); incentivando a propriedade coletiva e associativa e estabelecendo fortes mecanismos de controle da renda da terra por meio de instrumentos disponíveis no Estatuto da Cidade, por exemplo.

**IHU On-Line – Que alternativas de acesso à moradia são aplicáveis à realidade brasileira? Que experi-**

<sup>5</sup> Entre as últimas publicações de Mariana Fiz estão *Parceiros da exclusão* (São Paulo: Boitempo, 2001) e *São Paulo cidade global - fundamentos financeiros de uma miragem* (São Paulo: Boitempo, 2001); e de Luciana Royer o livro *Financeirização da Política Habitacional: Limites e Perspectivas* (São Paulo: Annablume, 2014)

“O custo aparentemente é alto. Mas se colocarmos a conta na ponta do lápis, o quanto se economizaria em saúde pública por meio de melhoria das calçadas e do esgotamento sanitário, por exemplo, ficaríamos espantados”

**ências de outros países podem ser adaptadas à realidade nacional?**

**Francisco de Assis Comarú** - O Uruguai tem experiências muito ricas e bem-sucedidas de cooperativas habitacionais (FUCVAM); em países da Europa, a habitação de aluguel de propriedade pública e associativa tem resultados históricos importantes como na França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, entre outros, a despeito das ondas neoliberais que acirraram as crises de moradia nesses países também. Há muito o que aprender com os europeus e outros latino-americanos. Nova Iorque tem programas de habitação pública interessantes também.

**IHU On-Line – De que ordem é o custo, não somente financeiro, mas social e político, para enfrentarmos a reforma urbana cada vez mais premente no Brasil? Quais são os riscos de negligenciá-la?**

**Francisco de Assis Comarú** - O custo aparentemente é alto. Mas se colocarmos a conta na ponta do lápis,

o quanto se economizaria em saúde pública por meio de melhoria das calçadas e do esgotamento sanitário, por exemplo, ficaríamos espantados. Na verdade, a sociedade como um todo gasta muito mais com o modelo atual. Logicamente que com o atual modelo há uma exploração ou uma espoliação do trabalhador pobre e mecanismos de concentração de renda e riqueza e uma dificuldade enorme em retribuir. Mas isso, com o tempo, recai sobre toda a sociedade, por meio dos custos do sistema de saúde, dos custos econômicos de diminuição do tempo de vida das pessoas, do problema da poluição atmosférica ocasionado pelo excesso de automóveis nas ruas, do problema da falta de água ocasionado pela má gestão dos sistemas e também pela ocupação irregular das áreas ambientalmente protegidas em mananciais.

Os riscos (e os resultados) já estamos sentindo no nosso dia a dia, como aumento do trânsito, da poluição, da violência urbana de forma incrível, da população encarcerada, do estresse, depressão, desumanização das cidades, dos problemas de saúde pública, dos conflitos em reintegrações de posse, das manifestações públicas da população cobrando melhores condições de vida (com ônibus depredados, pessoas feridas, prisões, etc.).

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Francisco de Assis Comarú** - Claro que não é simples de mudar tudo isso rapidamente, e sempre existe uma herança pesada que todos os governantes recebem ao assumir um mandato, além de uma correlação de forças políticas e econômicas sempre difícil. Mas precisamos difundir mais essas ideias, realizar debates e reflexões, lutar pela transformação cultural e ideológica, junto às novas e velhas gerações e cobrar dos governantes. É preciso uma postura do Judiciário que contemple mais justiça social nas cidades e determine o fim dos privilégios, mesmo sabendo que possa haver resistências e interesses fortemente arraigados — afinal, estamos falando da história de um país, de um povo.

# A arbitrariedade da técnica na construção dos sentidos de território

Arlete Moysés Rodrigues argumenta que é necessário superar uma visão de que as técnicas não são políticas e que devemos desvelar a suposta neutralidade da técnica

POR RICARDO MACHADO

Segundo a professora e pesquisadora Arlete Moysés Rodrigues, uma das principais atribuições dos observatórios de políticas públicas é o de tentar superar a aparência de conceitos como a da sustentabilidade, que parecem estar acima de qualquer questionamento. “As patentes intelectuais representam de modo contundente como, ao mesmo tempo que se nega a importância do território, são em lugares específicos que se desenvolvem determinados tipos de espécies vegetais, animais e formas de organização comunitária. Nesses lugares as grandes corporações se apropriam, pela patente intelectual, tanto do conhecimento das comunidades como da singularidade territorial como um ativo financeiro. O objetivo é a garantia de um mercado futuro com o discurso da sustentabilidade e da preocupação com as gerações futuras”, critica Arlete, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Nesse sentido, a entrevistada argumenta que não há técnica neutra. “O que foi dito sobre as patentes intelectuais é um demonstrativo de que sob a aparência de uma questão técnica tem-se na realidade a questão política. As grandes indústrias farmacêuticas e químicas desenvolveram técnicas e, assim, têm o ‘poder’ de se apropriar das condições naturais e do conhecimento das populações tradicionais”, debate. “A questão parece técnica quando na realidade é

política relacionada aos interesses de acumulação de capital”, complementa.

Ainda sob a mesma perspectiva, Arlete destaca que o ideário do “desenvolvimento sustentável” jogou uma cortina de fumaça sobre o debate em torno dos territórios. “As diferenças socioespaciais foram ocultadas, já que a tecnologia, com o tempo, resolveria todos os problemas do presente e do futuro, mesmo sem saber quais seriam os problemas do futuro”, sustenta. “Aplainam-se, deste modo, as diferenças territoriais e, como diria Milton Santos, ocultam as rugosidades, as especificidades socioterritoriais, as crises (econômicas sociais e políticas), as contradições e os conflitos de apropriação privada das riquezas. (...) A disputa *não relevada* é como as corporações multinacionais – que têm suas sedes nos países do centro do sistema e podem se apropriar dos recursos naturais”, ressalta.

Arlete Moysés Rodrigues é graduada e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo, onde também realizou mestrado e doutorado em Geografia Humana. Atualmente é professora na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. De 1988 a 1990 foi Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB e representa a entidade no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Foi conselheira do Conselho das Cidades de 2006 a 2010.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – De que forma a ideia de “desenvolvimento sustentável” reconfigurou as análises com relação ao território? Que disputas estão em jogo nesse processo?**

**Arlete Moysés Rodrigues –** O ideário do “desenvolvimento susten-

tável” jogou uma espessa cortina de fumaça sobre as reais configurações territoriais, descaracterizou as condições concretas de cada lugar, região, país e continentes, ao colocar que tudo seria resolvível no futuro baseado em noções abstratas de desenvol-

vimento. As diferenças socioespaciais foram ocultadas, já que a tecnologia, com o tempo, resolveria todos os problemas do presente e do futuro, mesmo sem saber quais seriam os problemas do futuro. Como isto seria resolvível no “futuro”, o espaço, o ter-

ritório, o lugar ficaram em um plano secundário, como se ações pudessem ocorrer no espaço sideral. Ou seja, a reconfiguração implicou em negar o espaço em sua concretude, em suas especificidades.

As disputas em jogo ficam explícitas quando se analisa que os pressupostos do “desenvolvimento sustentável” alegam que todos, independentemente das classes sociais a que pertencem, e todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento, são igualmente responsáveis pela destruição e dilapidação das riquezas naturais e, portanto, são igualmente responsáveis pela construção de um desenvolvimento supostamente “sustentável”.

Aplainam-se, deste modo, as diferenças territoriais e, como diria Milton Santos<sup>1</sup>, ocultam as rugosidades, as especificidades socioterritoriais, as crises (econômicas sociais e políticas), as contradições e os conflitos de apropriação privada das riquezas. Adota-se a perspectiva neoliberal de que o mercado, em especial, quando comandado pelas corporações multinacionais, poderia resolver a insustentabilidade do avanço do modo de produção de mercadorias e, para tanto, esperam que o tempo os ajude a resolver. Na realidade o tempo (histórico) só aumentou os problemas, o que demonstra a falácia da “sustentabilidade”. No neoliberalismo, acirra-se a ideia de que o mercado é bom e o Estado é ruim e desse modo os países, em especial os ditos subdesenvolvidos, não sabem controlar o seu território e precisam da ajuda internacional com atrelamento ao FMI e Banco Mundial e às corporações multinacionais.

1 Milton Santos (1926-2001): geógrafo brasileiro, foi um dos pensadores de nosso país mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia. Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela, etc.). Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo falecido em 2001. Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. A Editora Unesp publicou o livro SANTOS, Milton. 1926-2001. Testamento Intelectual/Milton Santos; entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: UNESP, 2004. (Nota da IHU On-Line)

## “Grandes corporações se apropriam, pela patente intelectual, tanto do conhecimento das comunidades como da singularidade territorial como um ativo financeiro”

A disputa *não relevada* é como as corporações multinacionais – que têm suas sedes nos países do centro do sistema e podem se apropriar dos recursos naturais. Ao assim procederem, ocultam a importância do espaço, do território e das relações societárias com o objetivo de continuar a alavancar a acumulação ampliada do capital e, para tanto, é necessário abstrair as condições concretas. Provocam, desse modo, a “erosão” da importância dos territórios dos Estados Nacionais.

**IHU On-Line – Como as apropriações em torno da ideia de desenvolvimento sustentável legitimam uma lógica de financeirização dos espaços geográficos, territoriais, inclusive, e transformam as disputas de classes em disputas de gerações?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Forjou-se um consenso das ideias contidas no Relatório Nosso Futuro Comum<sup>2</sup>,

2 Relatório Brundtland: é o documento intitulado *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (Nota da IHU On-Line)

na Agenda 21<sup>3</sup> e outros documentos de que tudo poderá ser resolvível, no futuro, utilizando-se recursos financeiros obtidos no FMI e Banco Mundial. Consenso que impõe uma lógica de conceber o mundo, sem contradições e sem conflitos de classes com problemas resolvíveis no mercado financeiro. Basta assistir ao noticiário e ver que se fala de bolsa tal e tal, dos riscos de países x ou y, mas não se fala da produção e de questões concretas. Tudo parece se resolver nas “contas”, sem espaço, sem território e sem classes sociais.

Forja-se o consenso de que todos são responsáveis para pensar no bem comum, sem explicitar que as riquezas são apropriadas privadamente. Desloca-se o mundo da produção para o mundo do consumo, apontando-se que é o mundo do consumo responsável pela dilapidação e esgotamento dos recursos naturais. No mundo do consumo o que conta é a capacidade de compra, medida pelos níveis de renda e não pelo lugar na produção, ou seja, pelas classes sociais. Ao se criar a ideia de que é o consumo que gera a produção e de que todos são iguais, ainda que dependente da faixa de renda, o conflito e as contradições de classes sociais se transformam em conflitos de gerações. Como é o mundo do consumo o responsável, todos (independentemente da produção e das classes sociais) devem consumir “sustentavelmente” para garantir o futuro das gerações que ainda não nasceram. Assim todos são responsáveis e todos devem mudar a sua forma de consumir, embora a cada dia novas mercadorias, mesmo que apenas com a camuflagem de novas, sejam colocadas no mercado. Atribui-se o desperdício ao “consumidor” e assim é ele que deverá pensar na geração futura. Cria-se o consenso de que todos são “iguais” e que devem pensar no futuro. Quem seria contra pensar nas gerações futuras? Porém, as gerações

3 **Agenda 21**: foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. (Nota da IHU On-Line)

presentes não estão sendo ouvidas e nem compreendidas em sua complexidade. Esta é uma das questões de fundo: ocultar as condições sociais e deslocar o mundo da produção para o mundo do consumo, como se pudesse haver consumo sem que houvesse produção, como se os chamados consumidores ditassem as normas e os produtos que desejam sem saber se podem ou não ser produzidos.

Os empréstimos financeiros, capital portador de juros, devem voltar acrescidos de juros, e não se fala na exploração de riquezas que serão apropriadas pelo capital portador de juros e pelo capital produtivo. É como se o capital dinheiro fosse proveniente de poder divino que lhe daria o direito de explorar as riquezas. Esse poder divino oculta quem de fato trabalha no dia a dia para tornar viável a riqueza, portanto, não se analisam as contradições, crises e conflitos.

O neoliberalismo, quando mais se expande a financeirização, nega a importância do Estado e de sua dimensão territorial. Na mesma lógica da hegemonia neoliberal, desloca-se também a produção para o capital financeiro como se ele produzisse por si só. Criam-se mecanismos para novas mercadorias, como os “créditos de carbono”, como as commodities ambientais, agrícolas. E aí fica evidente a financeirização da economia, porque os preços não estão relacionados à produção, mas ao capital fictício, como nos ensina Marx<sup>4</sup> e retoma David Harvey<sup>5</sup>.

## “O que foi dito sobre as patentes intelectuais é um demonstrativo de que sob a aparência de uma questão técnica tem-se na realidade a questão política”

Enfim, ao ocultar as diferenças territoriais, a apropriação privada da riqueza, deslocar o mundo da produção para o do consumo, expandem novas mercadorias relacionadas diretamente ao setor financeiro. Como não tem chão, embora não exista produção e consumo sem território, sem espaço, parece que não há classes sociais. Difunde-se a ideia de que todos são igualmente responsáveis e que é necessário pensar apenas nas gerações futuras, e quem melhor do que o capital portador de juros que aparece acima de tudo e de todos? Afinal vive-se no mundo das “contas nacionais, internacionais, públicas e privadas”.

**IHU On-Line – Como compreender a complexidade de um processo que transforma a apropriação de uma riqueza territorial em um ativo financeiro de empresas multinacionais, cujo discurso se funda na justificativa da sustentabilidade?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Quando analisamos os documentos que tratam do tema fica evidente que são as empresas multinacionais e a tecnologia dos países do centro do sistema, as quais dominam tanto o FMI como o Banco Mundial, que buscam ‘inventar’ e recriar formas de manter as taxas de acumulação ampliada de capital. O que significa o crédito de

diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da IHU On-Line)

carbono senão uma forma de aplainar ainda mais o território? Porém, o que se afirma é que o crédito de carbono será uma forma de atingir a sustentabilidade. Mas, enfim, quem domina e quem tem o controle mundial das tecnologias para colocar – em papéis – o crédito de carbono? Não é estranho que países economizem recursos para vender seus créditos aos países que já esgotaram suas reservas ou que a utilizem de forma irracional? Os papéis representam a financeirização em seu exemplo mais contundente.

No século XXI tem que se agregar o adjetivo sustentável ou o substantivo sustentabilidade, sem que se saiba o que eles significam, para dizer que as propostas visam ao bem-estar comum, que visam preservar para as gerações futuras.

Um dos aspectos importantes para os observatórios de políticas públicas é colocar em destaque que para ir além da aparência temos de nos indagar sobre o seu significado, analisar as ideias de sustentabilidade que ignoram as especificidades territoriais e “transformam” qualquer riqueza em papéis que comporão os chamados ativos financeiros, destacar que os parâmetros são os de interesse do capital de multinacionais. As patentes intelectuais representam de modo contundente como, ao mesmo tempo que se nega a importância do território, são em lugares específicos que se desenvolvem determinados tipos de espécies vegetais, animais e formas de organização comunitária. Nesses lugares as grandes corporações se apropriam, pela patente intelectual, tanto do conhecimento das comunidades como da singularidade territorial como um ativo financeiro. O objetivo é a garantia de um mercado futuro com o discurso da sustentabilidade e da preocupação com as gerações futuras.

**IHU On-Line – De que forma se relegou à técnica (principalmente a desenvolvida pelas potências econômicas) e ao seu discurso de neutralidade a solução das questões ambientais?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Quem domina a técnica são os países do centro, sendo eles também que dominaram os debates na Conferên-

4 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *CADERNOS IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da IHU On-Line)

5 David Harvey (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com

cia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, impondo as estratégias do neoliberalismo. Não há técnica neutra, não há questões técnicas no sentido simplista do termo, as questões são políticas, em especial, quando o tema trata das questões territoriais. O que foi dito acima sobre as patentes intelectuais é um demonstrativo de que sob a aparência de uma questão técnica tem-se na realidade a questão política. As grandes indústrias farmacêuticas e químicas desenvolveram técnicas e, assim, têm o “poder” de se apropriar das condições naturais e do conhecimento das populações tradicionais. A escala global é escala do capital, portanto, é necessário colocar em evidência que quem domina a técnica, inclusive as das comunicações, domina o mundo. Quando se analisam os documentos, verifica-se que o que se propõe enquanto técnica é calcado no mundo financeiro, ou seja, obter empréstimos para utilizar o que se chama de técnicas adequadas que não têm nada a ver com a sociodiversidade. Outro exemplo de como o que aparece é a questão técnica ocultando a questão política e os interesses do mercado capitalista são os transgênicos. Afirmam os setores interessados, como a Monsanto, que os transgênicos aumentam a produção e não causam problemas à saúde. No entanto, pesquisadores da área apontam que os transgênicos podem, sim, ocasionar doenças. Mas o poder que se esconde pela técnica dos poderosos do setor de transgênico é desqualificar as pesquisas científicas que demonstram que, além dos problemas de saúde, se observa, nas áreas onde há produção de transgênicos, o aprisionamento do agricultor à comercialização de sementes, quando antes ele detinha o conhecimento e guardava sementes de um ano para outro. A questão parece técnica quando na realidade é política relacionada aos interesses de acumulação de capital.

**IHU On-Line – De que forma tal perspectiva se mostrou insuficiente ante as demandas que ainda devemos enfrentar? Que exemplos de não neutralidade das soluções técnicas podemos citar?**

## “As diferenças socioespaciais foram ocultadas”

**Arlete Moysés Rodrigues** – A solução não é técnica, pois o avanço da técnica ao longo do tempo provocou o aumento da insustentabilidade, com a possibilidade de exploração mais acelerada das riquezas naturais. Os catadores representam um demonstrativo de como o território foi aplainado e como se deslocou o discurso da produção para o consumo. Parece que as famílias é que produzem os descartáveis quando na realidade os domicílios apenas descartam, e, em geral, somente as embalagens de produtos, material este coletado pelos catadores.

O setor produtor de embalagens, que utiliza técnicas sofisticadas de produção de embalagens, é altamente rentável, até mesmo mais do que os produtos que são embalados. Por exemplo, a Parmalat “quebrou”, mas a embaladora Tretapak não entrou em crise apesar de embalar o leite longa vida produzido pela Parmalat. Uma das questões a ser analisada em relação aos catadores é entender o mundo da produção, mesmo que seja o das embalagens que são rapidamente descartadas. O aumento de resíduos recicláveis coletado por uma infinidade de catadores está relacionado ao sucesso da tecnologia. E eles vivem em situação extremamente precária. O exemplo dos catadores é emblemático para mostrar que a técnica ocasiona problemas que ela mesma não pode solucionar e que a técnica é aplicada apenas no interesse da acumulação ampliada do capital, e não no interesse da maioria.

**IHU On-Line – Que tipos de abstrações com relação ao território foram construídos e que são incompatíveis com a natureza, tais como divisões políticas ou administrativas? Que implicações estas perspectivas trazem?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – A mais importante abstração está relacionada à ideia de que tudo e todos

são responsáveis pelos problemas globais num mundo neoliberal. Os Estados são os responsáveis pela proteção da natureza (qualquer que seja o seu significado), mas é o mercado que define o que e onde produzir.

A natureza não tem fronteiras políticas, administrativas, o que significa que todas as divisões são abstrações. Porém a maior abstração está relacionada ao fato de que os Estados, no neoliberalismo, são considerados apenas os que devem resolver as questões e não os que vão intervir no funcionamento do mercado e, portanto, nas formas de exploração das riquezas naturais. Por exemplo, quem fala do petróleo como uma riqueza nacional quando se debatia como e para quem deveriam ir os royalties? Na disputa política pouco apareceu a questão de que a aplicação de um recurso nacional deveria ser aplicado nacionalmente, na educação e na saúde como foi proposto. A disputa era quem na divisão administrativa deveria ficar com a maior parcela dos royalties, ou seja, o que chamou a atenção é que os royalties eram reivindicados pelos estados onde se encontrará petróleo, e não o Estado como um todo.

Podemos citar que as bacias hidrográficas não se encontram num limite territorial de estados, municípios e mesmo países. A bacia Amazônica, a floresta Amazônica, a bacia do Rio Paraná e Uruguai, o Aquífero Guarani<sup>6</sup> extrapolam os limites de um país. O ar não tem fronteiras e circula para além de todos os limites administrativos. Ou seja, há vários impasses que precisam ser mais bem compreendidos e penso que observatórios de políticas públicas podem contribuir para o entendimento.

**IHU On-Line – Como resolver as incompatibilidades entre o fato de os Estados assinarem compromissos**

<sup>6</sup> Aquífero Guarani: uma das mais importantes reservas hídricas do planeta, sua manutenção está relacionada à capacidade de recarga, que ocorre em território brasileiro, no estado do Mato Grosso do Sul. Sobre o aquífero guarani, confira a entrevista especial realizada pelo site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, *Águas do Aquífero Guarani: um recurso nobre, com Ricardo Hirata*, em 02-08-2006, disponível em <http://bit.ly/1uZOXWL>. (Nota da IHU On-Line)

**formais de preservação ambiental ao passo que os detentores das tecnologias são as multinacionais? Diante deste cenário é possível superar a perspectiva neoliberalista de enfrentamento das questões?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Esta é a questão vital, e penso que os que se debruçam sobre estes temas têm o dever de explicitar a contradição entre a forma pela qual se impõe ao chamado terceiro mundo o neoliberalismo, para que as corporações multinacionais possam fazer exatamente o que interessa ao capital e continuar tornando os Estados responsáveis.

Não tenho a resposta de como resolver as incompatibilidades, mas é fundamental que se alterem, no âmbito da geopolítica, as dependências econômicas em especial com os países do centro do sistema. E os Estados, ao contrário do que prega o neoliberalismo, têm que ser fortes para conduzir políticas adequadas. Talvez fosse fundamental aprofundar este debate no âmbito dos BRICS<sup>7</sup> de forma consistente.

**IHU On-Line – De que forma a financeirização da economia promoveu a “desterritorialização” dos territórios?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Creio que falei desta questão em especial ao citar como exemplo as patentes intelectuais. Desterritorializa-se em função dos interesses econômicos e financeiros. Desaparece, de certo modo, o território de cada Estado-Nação em função dos interesses das corporações que se apropriam das riquezas existentes em cada lugar com os papéis

7 **Brics:** em economia, Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos formam um grupo político de cooperação. Os membros estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. Apesar de o grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que os cinco países têm procurado formar uma aliança, e assim converter “seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. (Nota da IHU On-Line)

**“Aplainam-se, deste modo, as diferenças territoriais e, como diria Milton Santos, ocultam as rugosidades, as especificidades socioterritoriais, as crises”**

que lhe garantem a exploração das riquezas naturais. Um exemplo, a privatização da Petrobras implicou uma “desterritorialização” em prol do capital financeiro. Formou-se uma Sociedade de Propósitos Especiais (por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES) para que os “sócios” conseguissem empréstimos no exterior. A própria Petrobras conseguiria os empréstimos sem que houvesse necessidade de pulverizá-la em “sócios” que engoliram os lucros obtidos na exploração do Campo de Marlim<sup>8</sup>. Uma relação unívoca feita pelo governo da época entre a desterritorialização de uma riqueza que está contida no território nacional e a financeirização.

**IHU On-Line – Do que se trata a “nova” divisão territorial do trabalho sustentada por Harvey?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Harvey aponta como se dá de modo marcante a despossessão de áreas e de atividades de interesse para a acumulação ampliada do capital. Uma das formas pelas quais ocorre a atual despossessão é pela apropriação das riquezas naturais.

8 **Campo de Marlin:** trata-se de um dos campos da chamada Bacia de Campos onde se pretende fazer extração de petróleo da camada do Pré-Sal, localizado no município de Macaé, Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

A divisão territorial do trabalho não é estática, tem-se alterado ao longo do tempo e do espaço. No caso do Brasil, um dos maiores países em termos de biodiversidade, torna-se ímpar seu papel na “manutenção” das condições naturais que se diz interessar ao mundo. Porém, contraditoriamente, é necessário extrair as riquezas e enviá-las aos países do centro sem agregação de valor, para manter a tradicional divisão territorial do trabalho.

O exemplo do pré-sal é marcante. Com o regime de partilha no pré-sal, busca-se conseguir esta divisão territorial do trabalho de forma não subordinada. Mas o que vemos hoje, no debate eleitoral, é que há forças que se colocam dentro da lógica do interesse internacional de defender que se deve voltar ao regime de concessão, o que significa retornar a uma posição subordinada. Ou seja, defende-se o retorno à divisão territorial do trabalho em que os países que têm riquezas naturais sejam apenas o território onde se explora, sem agregação de valor. A partilha implica na melhor maneira de o Brasil sair de uma forma totalmente subordinada para uma nova perspectiva na divisão territorial do trabalho.

**IHU On-Line – Tendo em vista toda a discussão realizada, qual a importância dos observatórios na construção de políticas públicas de enfrentamento de nossos desafios?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Eles são fundamentais na medida em que coloquem em pauta que as políticas públicas são políticas econômicas e que não se deve abstrair apenas uma questão, mas tentar entender a complexidade.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Arlete Moysés Rodrigues** – Há muitas questões cruciais. Tentei apenas deixar evidente alguns aspectos procurando responder a questões fundamentais que apontam para as formas como se oculta a importância do espaço, do território, das classes sociais e da produção em geral.

# Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder

Paula Chies Schommer defende a importância do trabalho dos observatórios na garantia dos direitos e na participação dos cidadãos

POR RICARDO MACHADO

“**A**o evidenciar dados de maneira contínua e qualificada sobre um território, o trabalho dos observatórios pode contribuir para que cidadãos e gestores públicos compreendam as conexões entre os fenômenos que acontecem em certo território, suas causas e consequências, e possíveis soluções articuladas para os problemas evidenciados”, sustenta a professora e pesquisadora Paula Chies Schommer, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Na opinião da entrevistada, os observatórios servem, também, “para aproximar expectativas dos cidadãos e promessas dos governantes, identificando mais claramente quais são os desafios a serem enfrentados no território”.

Paula acredita que a divulgação de informações públicas qualificadas e com transparência é uma das premissas para o bom desempenho do controle social e para efetividade da *accountability* – termo em inglês sem tradução exata para o português, que se refere à obrigação dos órgãos públicos e seus gestores de prestarem contas de suas atividades. “O uso dessas informações para tomar decisões, influenciar o desenho de políticas públicas e permitir premiação ou sanção dos agentes públicos tende a promover aprendi-

zagem e contribuir para a qualidade da administração pública e da democracia e para a qualidade de vida da população”, pontua. “Os cidadãos, especialmente quando organizados em movimentos, redes e associações, podem demandar dos órgãos institucionais informações mais apropriadas às necessidades de controle político e, ao mesmo tempo, produzir informações que permitam dialogar, contrapor e questionar informações oficiais, apontando para novas questões e interesses da população”, complementa.

Paula Chies Schommer é graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, realizou mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP. Atualmente é professora de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG) e professora colaboradora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS). É líder do Grupo de Pesquisa Politeia – Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual a importância da sistematização e da publicização dos dados coletados pelos diversos observatórios?**

**Paula Chies Schommer** – Há diversos tipos de observatórios pelo mundo, em diferentes formatos, temas a que se dedicam e tipos de dados coletados, sistematizados, analisados

e difundidos. A característica-chave de um observatório é sua ação voltada para o monitoramento sistemático do funcionamento ou desempenho de um setor ou tema.

Existem observatórios que focalizam a produção e análise de informações sobre gastos públicos; outros que focalizam os indicadores

de desenvolvimento em certo território; outros que priorizam certo tema, como saúde, educação ou segurança pública. Dentro desses temas, podem definir um foco ainda mais específico. Por exemplo, um observatório global de pesquisa e desenvolvimento na área da saúde que vem sendo construído no âmbito da Organização

Mundial da Saúde – OMS, reunindo dados de pesquisas que tratam de doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica. Neste caso, há um foco temático específico, com abrangência global. Em outros casos, o foco é um território mais delimitado – um bairro, uma cidade, por exemplo, considerando vários temas relativos à vida naquele território.

No caso dos observatórios voltados para o controle da administração pública, há diferentes papéis que um observatório pode desempenhar. Entre eles: 1) demandar informações de órgãos institucionalizados, políticos e governantes; 2) exercer pressão sobre órgãos institucionalizados de controle para que cumpram seus papéis na produção de informações qualificadas e no controle; 3) promover intermediação entre cidadãos/sociedade, políticos e governantes e espaços de diálogo na esfera pública, necessários à coprodução de bens públicos; 4) contribuir para a educação fiscal, a cidadania e o controle social; 5) monitorar a qualidade da gestão pública e a qualidade de vida nas cidades, por meio da participação em espaços institucionalizados de controle por resultados, em diálogo com diferentes agentes públicos; 6) coletar e elaborar dados e indicadores de desempenho para comparar com dados oficiais e para sinalizar necessidades da população.

**IHU On-Line – De que maneira o trabalho realizado pelos observatórios contribui no fortalecimento da cidadania?**

**Paula Chies Schommer** – Com base nas informações e análises que produzem, os observatórios sociais podem fiscalizar a ação de gestores públicos, contribuir para a observância dos princípios constitucionais da administração pública, ativar e qualificar o funcionamento do sistema de controle institucional, composto por diversos mecanismos e órgãos da administração pública, com papéis complementares; gerar mobilização coletiva e influenciar decisões e o processo de planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas; estimular o engajamento mútuo entre governantes e cidadãos para o enfrentamento de desafios coletivos.

**IHU On-Line – De que forma o trabalho realizado pelos observatórios – coleta e sistematização de dados, publicização – tensionam as compreensões clássicas e segmentárias dos territórios?**

**Paula Chies Schommer** – Ao evidenciar dados de maneira contínua e qualificada sobre um território, o trabalho dos observatórios pode contribuir para que cidadãos e gestores públicos compreendam as conexões entre os fenômenos que acontecem em certo território, suas causas e consequências, e possíveis soluções articuladas para os problemas evidenciados. Contribuem, também, para aproximar expectativas dos cidadãos e promessas dos governantes, identificando mais claramente quais são os desafios a serem enfrentados no território, definindo prioridades e comprometendo-se mutuamente a realizar o que é necessário para enfrentá-los. Ao longo do processo, em que novos dados vão sendo revelados pelo monitoramento e pela prestação de contas, podem ser feitos ajustes nos planos, decisões e ações, bem como identificados recursos e esforços adicionais a serem realizados por cidadãos e governantes para que os bens públicos desejados sejam realizados.

**IHU On-Line – Como o engajamento dos cidadãos na definição de metas coletivas de suas próprias sociedades contribui na construção de novas posturas e práticas sociais?**

**Paula Chies Schommer** – Uma vez que os cidadãos participem, juntamente com os políticos e servidores públicos, da discussão sobre os desafios coletivos e da tomada de decisão sobre os investimentos e ações que os afetam, com base em informações qualificadas, o poder público torna-se mais transparente, responsável e responsivo aos interesses dos cidadãos. Ao mesmo tempo, há compartilhamento de poder e dos mecanismos de controle sobre o poder, o que é essencial para a democracia e para a qualidade de vida das pessoas. Ao compartilhar o exercício do poder, os cidadãos tornam-se corresponsáveis pelos rumos das suas comunidades, cidades e países, corresponsáveis pela qualidade da administração pública, da política e da própria demo-

cracia. Passam a exigir mais de seus governantes e de suas organizações e também a exigir mais de si e de seus concidadãos. Algo que é exigente e desafiador, mas que é condição fundamental para uma vida boa, para a construção de territórios justos e sustentáveis.

**IHU On-Line – Por que os resultados mais produtivos de *accountability*<sup>1</sup> resultam da interação de mecanismos institucionalizados com mecanismos informais de controle?**

**Paula Chies Schommer** – A interação contínua e dinâmica entre formas de controle mais institucionalizadas e formas de controle menos institucionalizadas é potencialmente mais efetiva na promoção da *accountability* do que os mecanismos estatais e os de controle social atuando isoladamente, na medida em que tal interação forja o engajamento mútuo de governantes e cidadãos na coprodução de bens e serviços, gerando aprendizagem e melhores resultados. Visão esta que direciona o foco para as múltiplas interações entre agentes e mecanismos de controle, que expressam novas possibilidades de *accountability* – híbrida, diagonal, transversal, social ou sistêmica.

Diversas iniciativas ao redor do mundo evidenciam o desejo crescente dos cidadãos de participarem do monitoramento e da produção direta de informações e do controle, provocando transformações nas formas usuais de controle institucional e social. Seja porque há insatisfação com a limitada capacidade das agências estatais desenhadas para esse fim, e seu usualmente baixo grau de abertura à participação cidadã; porque há desconfiança nas formas tradicionais de controle social – como o voto e a pressão política; pela visibilidade de casos de corrupção e a percepção dos cidadãos de que precisam envolver-se diretamente para mudar esse quadro; pela convicção de que os cidadãos podem produzir informações, controle e *accountability* atuando em paralelo ou em colaboração com o Estado.

<sup>1</sup> *Accountability* - termo em inglês sem tradução exata para o português, que se refere à obrigação dos órgãos públicos e seus gestores de prestarem contas de suas atividades. (Nota da IHU On-Line)

A possibilidade de se obter e divulgar informações públicas qualificadas, com transparência e fidedignidade, é uma das condições para o bom desempenho do controle social, para a efetividade geral dos mecanismos de *accountability* e para a desconcentração de poder. O uso dessas informações para tomar decisões, influenciar o desenho de políticas públicas e permitir premiação ou sanção dos agentes públicos tende a promover aprendizagem e contribuir para a qualidade da administração pública e da democracia e para a qualidade de vida da população.

Tradicionalmente, as informações públicas são produzidas no âmbito do aparato estatal, notadamente por órgãos de controle institucional, como os tribunais de contas, e são direcionadas prioritariamente a outros órgãos estatais. Todavia, a sociedade pode e deve contribuir para a produção de informações técnicas qualificadas, de dados e indicadores que auxiliem o monitoramento de promessas políticas, planos de governo, políticas públicas e prestação de serviços. Essa contribuição pode ocorrer de diversas maneiras e em diferentes graus de engajamento, incluindo consulta, demandas específicas, debate sobre dados, produção independente para contraposição de dados e análises e encaminhamento de denúncias. Ao envolverem-se na coprodução de informações, os cidadãos interagem com servidores públicos e representantes políticos de diversos órgãos e instâncias e promovem interações entre eles. Podem igualmente promover mudanças em suas maneiras de agir e até mesmo em seus papéis, o que revela características de sistema dinâmico e as mudanças que podem ocorrer na atuação dos atores sociais em cada contexto.

Os cidadãos, especialmente quando organizados em movimentos, redes e associações, podem demandar dos órgãos institucionais informações mais apropriadas às necessidades de controle político e, ao mesmo tempo, produzir informações que permitam dialogar, contrapor e questionar informações oficiais, apontando para novas questões e interesses da população. Além disso, cidadãos e governantes podem atuar em conjunto,

em papéis complementares e inter-relacionados, na produção das informações e do controle. O conjunto de informações produzidas pode servir tanto aos cidadãos como aos órgãos estatais para tomar decisões, alterar cursos de ação, exercer pressão, demandar justificativas, definir prêmios e punições.

Como resultado, haverá múltiplas interações dos mecanismos de controle institucional e de controle social e seus agentes, influenciando-se mutuamente, demandando e produzindo informações e estabelecendo a coprodução do controle.

A coprodução do controle, uma vez obedecendo a uma lógica sistêmica, tem sua qualidade definida pelo desempenho de cada parte e pela qualidade das relações entre elas. Sendo assim, se a articulação entre as partes é frágil, prejudica-se o potencial de coprodução. Uma vez que há diferentes possibilidades de interação, os papéis dos envolvidos podem variar de uma situação para outra, assim como o centro do processo de controle torna-se móvel. O que não significa que não haja uma estratégia de governança e que não sejam definidas regras, critérios, prazos, responsáveis. Mas as próprias regras, uma vez definidas, são controladas, avaliadas e passíveis de mudança, como fruto dessa inter-relação.

Dada a característica de rede sistêmica da coprodução do bem público controle, o desempenho de cada mecanismo tende a ser mais pleno na medida em que se avance, simultaneamente, em capacidade técnica, maturidade política e na articulação entre os diversos atores e mecanismos envolvidos em sua produção, potencialmente gerando avanços na democracia, tanto em termos de cultura política como de suas instituições. A qualidade e a efetividade dos mecanismos de controle dependem, pois, de um processo contínuo de aprendizagem e amadurecimento político e institucional, marcado pela articulação sistêmica entre os vários atores e mecanismos, o que ocorre fundamentalmente pela experimentação em diferentes contextos localizados.

**IHU On-Line – Que características históricas da relação Estado-**

**Sociedade no Brasil dificultam a incorporação da *accountability* na democracia nacional?**

**Paula Chies Schommer** – Considerando o histórico brasileiro de desigualdade econômica, social e política, as últimas décadas foram de avanços importantes em garantia de direitos, democracia e *accountability*. As expectativas democráticas convivem, entretanto, com valores e práticas arcaicas que insistem em se reproduzir.

Nas relações Estado-Sociedade, observa-se, por um lado, um processo ativo e dinâmico de articulação em torno de desafios comuns, com entusiasmo e abertura para o diálogo e a cooperação. Por outro, são ainda marcantes características típicas de um padrão estadocêntrico de relação Estado-sociedade, oposto ao padrão sociocêntrico que estaria em emergência no Brasil. Antigas características da cultura política brasileira, como formalismo, centralização de poder e tutela dos cidadãos pelo Estado, que desejaríamos estivessem superadas, parecem se revigorar. A cultura política e a administração pública brasileira são assim marcadas por idas e vindas e pela combinação do tradicional e do novo.

Entre os avanços nas relações Estado-Sociedade no Brasil, nas últimas décadas, podemos citar:

- 1) melhorias em indicadores de educação, saúde e renda, embora a posição do país em rankings internacionais de desenvolvimento ainda seja modesta diante de seu potencial;
- 2) difusão de canais de participação cidadã na administração pública;
- 3) múltiplas inovações em governos locais baseadas no fortalecimento da cidadania e da qualidade da administração pública;
- 4) novas formas de mobilização social, buscando influenciar a ação dos governos no sentido da transparência e da prestação de contas, da redução da corrupção, da qualidade dos gastos e serviços públicos e dos indicadores de bem-estar e qualidade de vida nas cidades;
- 5) mobilização da sociedade demandando mudanças de regras institucionais no processo eleitoral;
- 6) novos mecanismos institucionais de transparência da administração pública e acesso à informação;

7) disseminação do uso de tecnologias de informação e comunicação, facilitando o controle social, a expressão de opiniões, a conexão entre as pessoas e a ação coordenada entre elas em torno de interesses comuns;

8) iniciativas localizadas, iniciadas por lideranças ou empreendedores sociais que, a partir de ideias simples, agindo em conexão com outros e fazendo uso de recursos disponíveis, promovem transformações na vida das pessoas, dinamizando redes e produzindo bens e serviços públicos;

9) fortalecimento e integração entre órgãos de controle institucional, como Controladoria Geral da União, Ministério Público, Tribunal de Contas e controle interno nas prefeituras, os quais ampliam suas relações com mecanismos de controle social (exercido pela sociedade em relação aos governantes).

## Defasagem

Por outro lado, entre as características arcaicas na relação Estado-Sociedade no Brasil, estão:

1) Paternalismo (Estado como tutor, que não acredita na capacidade dos cidadãos e da sociedade civil organizada, assumindo a responsabilidade pela definição dos rumos da nação e pela produção de bens e serviços públicos, concentrando poder; cidadão como tutelado, esperando que o Estado resolva seus problemas, no máximo ocupando espaços de cidadania regulados pelo Estado);

2) concentração de poder político e econômico no governo federal e no âmbito privado, com estreitas relações entre o poder econômico de certos grupos ou famílias e o poder político em municípios, estados e nação, concentração essa que favorece a ineficiência e a corrupção e compromete a democracia;

3) distanciamento entre quem decide e quem está no contexto da ação;

4) complexidade dos processos para acesso a recursos por governos locais e organizações da sociedade civil;

5) formalismo (prevalece no país a crença de que a definição formal e detalhada de uma regra ou lei “perfeita” é suficiente para que os comportamentos mudem, o que nos faz

conviver com infinidade de regras formais, detalhistas, por vezes contraditórias, nem sempre cumpridas, cuja pertinência é julgada de acordo com o contexto e os sujeitos envolvidos, gerando injustiças associadas ao padrão casuístico de aplicação das regras);

6) prioridade à forma na prestação de contas, dificuldades na execução e desperdício de aprendizagem – a preocupação maior da prestação de contas é burocrática, priorizando conformidade a normas e procedimentos, e não os resultados ou os interesses diretos dos cidadãos;

7) patrimonialismo, corporativismo, nepotismo, favoritismo, autoritarismo, populismo, privilégios, padrão casuístico dos partidos políticos e troca de votos por cargos públicos;

8) ampla aceitação social do “jeitinho”, que, em sua tênue fronteira com a corrupção, abre espaço para a violência e a injustiça nas relações;

9) reformas consideradas fundamentais, como as reformas política e tributária, estão estagnadas ou tramitam lentamente, fatiadas em pedaços nem sempre articulados, aprofundando o descrédito das instituições.

## Accountability

No que tange mais especificamente a *accountability*, se analisarmos os avanços e estagnações na cultura política e nas instituições democráticas brasileiras, nos últimos 25 anos, veremos que, embora passos importantes tenham sido dados, ainda estamos longe de construir uma verdadeira cultura de *accountability*, ou seja, uma cultura na qual a noção de que se deve prestar contas por atos e omissões e ser responsabilizado por isso seja algo incorporado nas relações cotidianas, seja dos cidadãos entre si, ou destes com seus governantes. Principalmente porque, no Brasil, o surgimento de um novo valor não necessariamente implica extinção do tradicional. Diversas características arcaicas ainda são visíveis, não obstante estejam transfiguradas e enfrentem novo posicionamento da sociedade civil e do aparato estatal. Embora tenhamos superado um regime autoritário e avançado em aspectos sociais, econômicos e políticos, o autoritarismo mostra capacidade de

se redesenhar diante de mudanças em direção à *accountability*, inclusive driblando a ordem legal.

## IHU On-Line – De que ordem são os desafios à democracia no século XXI?

**Paula Chies Schommer** – Vivemos um tempo em que a complexidade torna-se evidente, as crises e conflitos são evidenciados e valorizados como oportunidades para avançarmos. Um tempo de múltiplas possibilidades para a solução de problemas antigos e para fazer frente aos novos desafios que se apresentam. Um tempo de crise, inovação e aprendizagem. Crise que tem a ver com o esgotamento de recursos e de formas de ver o mundo, com as maneiras pelas quais se produz conhecimentos, bens e serviços, as formas pelas quais se estabelecem as relações entre as pessoas e destas com a natureza, com a falta de legitimidade de grandes estruturas hierárquicas e centralizadas. A crise, que também revela oportunidades, tem várias faces:

- Política, o que se vê pelo interesse das pessoas em exercer poder e participar da vida pública; pela crescente intolerância a modelos de gestão autoritários, centralizados, hierárquicos, manipulativos, coercitivos e paternalistas; pela rejeição a sistemas políticos que desresponsabilizam e tolhem os potenciais das pessoas;
- De valores, que pode ser representada pelas tensões entre: individualismo-solidariedade; nacionalismo-universalismo; consumismo-cuidado; homogeneização de processos-diversidade; financeirização da economia e das motivações humanas-visão ampliada de riqueza;
- Demográfica, incluindo fatores como o prolongamento da vida e o envelhecimento da população, as mudanças nos padrões familiares e as novas ondas migratórias;
- De garantia de direitos a todos, pois em meio à abundância de alimentos, de riqueza e de tecnologia, grande parte da população mundial não desfruta plenamente de direitos básicos como os de alimentação, saúde, justiça, integridade física, segurança, educação e

participação na vida política de sua cidade, de seu país;

- Ambiental, pelo esgotamento de recursos naturais e pela transformação dos modelos de desenvolvimento;
- Cultural – ao mesmo tempo que celebramos a diversidade e a interculturalidade, são reforçados aspectos de identidade e de pertença a uma comunidade; há certa homogeneização cultural global e ainda convivemos com intolerâncias de ordem religiosa, étnica e cultural;
- Econômica, ensejando questionamento ao sistema econômico centralizado e concentrador de riqueza, renda e poder, diante das evidências contundentes dos limites dos mercados como modo primordial de regulação da sociedade;
- - De desemprego, de falta de qualificação e de acesso a oportunidades de estudar, trabalhar e contribuir para o coletivo de maneira qualificada;
- De legitimidade dos modelos tradicionais de regulação e controle, na família, no trabalho, na escola, nos mercados, nos governos, frente ao fato de que o conhecimento é cada vez mais disperso na sociedade;
- De gestão ou de governança, contemplando o desafio de viabilizar modelos de gestão que aproveitem melhor os recursos existentes e distribuí-los de forma mais justa e proveitosa ao potencial das pessoas para gerar bem-estar para si e para os demais;
- De modelo de desenvolvimento, pela rejeição a perspectivas produtivistas, centralizadas e homogeneizadoras, em favor do resgate de aspectos ecológicos e endógenos, fortalecendo as especificidades territoriais.

### Transformação do paradigma territorial

Esses e outros fatores têm provocado mudanças no significado dos elementos territoriais e de proximidade, reforçando oportunidades em âmbito local. Em meio ao aumento do volume de fluxos de mercadorias, informações e de pessoas pelo mundo globalizado, há revalorização das comunidades, da

proximidade e das conexões entre as pessoas, seja no interior de uma comunidade, seja nas suas conexões com outras, reforçando-se a percepção do capital social e das redes como elementos de identidade e de desenvolvimento.

A estrutura social é mais fragmentada e complexa, tornando as exigências sociais heterogêneas e específicas, o que exige respostas mais individuais, concretas, contextualizadas. Os sistemas de governo e governança são desafiados a dar conta dessa nova realidade.

### Exigências

As pessoas tornam-se mais exigentes em relação a governantes e empresas. Querem informação e qualidade dos serviços, querem ser ouvidas e querem respostas a suas expectativas, resistindo a decisões ou regras que não compreendem. Além disso, expressam mais fortemente suas visões de mundo e interesses e percebem mais claramente seu poder, participando ativamente da produção de conhecimentos, conectando-se diretamente com outras pessoas, buscando coproduzir bens e serviços públicos para resolver seus problemas, sem necessariamente passar pela intermediação de empresas, governos, partidos e outras instituições mais tradicionais.

### Despertar

Tanto no Brasil como em vários outros países, parece ser um tempo de despertar, de percepção de que é preciso exigir mais das instituições e sistemas políticos, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo que é preciso desenvolver-se internamente, junto aos que estão a sua volta, “colocar a mão na massa” e engajar-se com outros na construção de uma boa vida para si, sua família, suas comunidades, sua cidade.

Diante do universo de informações disponíveis instantaneamente, a baixo custo e com baixo grau de controle central, a produção de conhecimento se multiplica infinitamente, torna-se disponível e acessível e permite novas conexões entre as pessoas. Com base no conhecimento e nas conexões, as pessoas partem para a ação, para a solução de proble-

mas, para a construção de algo possível aqui e agora, conectando sonhos e práticas, em lugar da idealização e das grandes utopias.

O conhecimento multiplicado também fortalece a percepção da interdependência dos fenômenos, da multidimensionalidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, há maior permeabilidade das fronteiras entre o público e o privado, redefinição de papéis das diferentes organizações e instituições e novas formas de articulação entre elas.

### IHU On-Line – Como os observatórios têm contribuído na construção permanente de um modelo democrático mais participativo e quais as principais diferenças entre as perspectivas democráticas do século XX?

**Paula Chies Schommer** – Os observatórios têm contribuído para aprimorar o controle sobre o poder e para que haja mais distribuição de poder na sociedade. O controle sobre o poder é essencial para a democracia. A produção e difusão de informações qualificadas é uma condição necessária para o controle sobre o poder público. Ao produzir informações qualificadas e incentivar o engajamento cidadão nas questões públicas, os observatórios contribuem: 1) para ativar e aprimorar os mecanismos e sistemas de controle e *accountability* – tanto os do próprio aparato estatal como os da sociedade; 2) para melhorar o desempenho da administração pública; 3) para responsabilizar os agentes públicos por seus atos e omissões e; 4) para que se encontrem novas soluções para desafios coletivos, por meio do engajamento mútuo entre governantes e cidadãos. Por meio dos observatórios, os cidadãos podem aplicar seus conhecimentos e sua capacidade de trabalho voluntário para qualificar a administração pública, as políticas públicas e a governança democrática em cada território. Reconhecendo que, por maior e melhor que seja a estrutura e o desempenho dos órgãos estatais, a qualidade da democracia e a qualidade de vida em uma cidade ou país dependem do contínuo e ativo engajamento cidadão na vida comunitária, nas questões coletivas, na esfera pública.

# A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade

Para a pesquisadora Dirce Koga, os desafios a uma abordagem compatível com os desafios do século XXI passam por (re)conhecer as particularidades das milhares de cidades brasileiras

POR RICARDO MACHADO

“**P**enso que os desafios iniciais para as políticas públicas no Brasil se referem a investir em conhecimento sobre as diversidades, desigualdades e particularidades das 5.570 cidades que hoje fazem parte do cenário nacional. Trata-se de um mosaico de dimensão continental a ser cada vez mais e constantemente desvendado, especialmente naquelas porções em que temos os territórios invisíveis, formados de cidadãos invisíveis justamente pelo fato de não pertencerem à cidade formal, aos territórios legais”, avalia Dirce Koga, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ainda de acordo com a professora, a realidade atual das políticas públicas tende a funcionar desde institucionalidades que deixam em segundo plano a realidade social e as complexidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Ao debater a temática dos territórios, Dirce Koga reconhece que a problematização sobre o tema é recente no campo da assistência social e, inclusive, de seu reconhecimento como política pública de direito. Aliás, a pesquisadora ressalta que os “territórios são seres vivos e dinâmicos, pois nele atuam e interagem atores sociais os mais diversos, que disputam sua ocupação”. E completa: “a perspectiva territorial na política de assistência social, em minha opinião, ainda não está devidamente consolidada e incorporada no cotidiano da política. Considero que é a dimensão do território de vivência, isto é, a escala do cotidiano dos territórios que talvez mais se aproxime das demandas de proteção social, defesa

de direitos e vigilância social que se constituem as três funções da política de assistência social”.

Por fim, a entrevistada lembra que os processos de financeirização dos espaços urbanos condicionam as soluções sobre o tema dos territórios a partir de uma definição arbitrária de quem deve e quem não deve ser parte das cidades. “Nessa lógica (financeirização), se aprofundam as desigualdades socioterritoriais, pois a cidade se consolida cada vez mais como produto de mercado, e seus moradores, como consumidores e não cidadãos”, argumenta.

Dirce Harue Ueno Koga é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, realizou mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, onde também cursou pós-doutorado. Fez estágio de doutorado sanduíche junto ao *Centre National de la Recherche Scientifique* – CNRS, no *Observatoire Sociologique du Changement*, França, e estágio de pós-doutorado no *Institut d’Études Politiques da Universidade Pierre Mendès France* - UPMF, Grenoble, França. Atualmente é pesquisadora, professora titular da Universidade Cruzeiro do Sul e Coordenadora do Programa de Mestrado em Políticas Sociais na mesma Universidade, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios. É autora do livro *Medidas de Cidades entre territórios de vida e territórios vividos* (São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2011).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – De que forma podemos pensar o conceito de território a partir da perspectiva de Milton Santos? Que particularidades esse autor traz sobre o tema que reconfiguram nossa noção sobre este termo?**

**Dirce Koga** - Interessante observar que para Milton Santos<sup>1</sup> o território em si não é um conceito. Para ele seria o “território usado” a referência. Em uma entrevista para a editora Perseu Abrahamo, ele afirma: “O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”<sup>2</sup>.

**IHU On-Line – Como o modo atual de configuração e atuação das políticas públicas legitimam uma forma segmentária de compreensão da realidade social? Que impactos isso gera nas populações mais vulneráveis?**

**Dirce Koga** - Penso que as políticas públicas no Brasil tendem a atuar a partir de suas respectivas institucionalidades, deixando em segundo plano a realidade social e suas múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, se olha mais para os “públicos-alvo” e menos os contextos em que estão inseridos, se homogeneizando segmentos populacionais pelos seus perfis individuais.

1 Milton Santos (1926-2001): geógrafo brasileiro, foi um dos pensadores de nosso país mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia. Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela, etc.). Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo falecido em 2001. Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. A Editora Unesp publicou o livro SANTOS, Milton. 1926-2001. Testamento Intelectual/Milton Santos; entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: UNESP, 2004. (Nota da IHU On-Line)

2 SANTOS, 2000: p. 22. (Nota do Entrevistado)

**IHU On-Line – Por que os territórios não estão restritos aos espaços físicos? Por que esta perspectiva é insuficiente para dar conta da complexidade de nossas sociedades?**

**Dirce Koga** - Os territórios são seres vivos e dinâmicos, pois nele atuam e interagem atores sociais os mais diversos, que disputam sua ocupação. Por isso, restringir os territórios a uma delimitação física significa negar as relações sociais que se dão a partir dos mesmos, reconfigurando-os a cada momento. A delimitação física é somente um dos vetores a serem considerados para compreender os processos socioterritoriais em curso na nossa sociedade.

**IHU On-Line – Qual é a abordagem sobre o tema do território prevista na Política Nacional de Assistência Social de 2004? Ela está sendo aplicada? Quais são as potencialidades e os limites?**

**Dirce Koga** - O tema do território ainda é muito recente no campo da assistência social, tal como é seu reconhecimento como política pública de direito. Dessa forma, a perspectiva territorial na política de assistência social, em minha opinião, ainda não está devidamente consolidada e incorporada no cotidiano da política. Considero que é a dimensão do território de vivência, isto é, a escala do cotidiano dos territórios que talvez mais se aproxime das demandas de proteção social, defesa de direitos e vigilância social que se constituem as três funções da política de assistência social.

**IHU On-Line – Do que se trata a ideia/conceito de “território de vivência”? Qual sua contribuição para as complexidades contemporâneas?**

**Dirce Koga** - Como já dito, considero o “território de vivência” a dimensão mais próxima da política de assistência social ao considerar a escala do cotidiano dos territórios, pois é nessa perspectiva que é possível identificar a dinâmica das relações e a produção e reprodução de demandas socioterritoriais.

**IHU On-Line – De que forma a perspectiva da financeirização dos espaços nas cidades, chamado por David Harvey<sup>3</sup> de “empreendedorismo urbano”, legitima políticas públicas segregadoras? Por que essa lógica gera ainda mais desigualdades?**

**Dirce Koga** - E financeirização dos espaços urbanos já coloca de saída a opção pela lógica do mercado na definição dos territórios que deverão e daqueles que não deverão se constituir em cidade. Nessa lógica se aprofundam as desigualdades socioterritoriais, pois a cidade se consolida cada vez mais como produto de mercado, e seus moradores, como consumidores e não cidadãos.

**IHU On-Line – De que ordem são os desafios às políticas públicas quando se leva em conta as complexidades das cidades e dos territórios que não estão institucionalizados, mas que, mesmo assim, fazem parte de nossa realidade social e que, portanto, são também territórios de convivência?**

**Dirce Koga** - Os desafios iniciais para as políticas públicas no Brasil se referem a investir em conhecimento sobre as diversidades, desigualdades e particularidades das 5.570 cidades que hoje fazem parte do cenário nacional. Trata-se de um mosaico de dimensão continental a ser cada vez mais e constantemente desvendado, especialmente naquelas porções em que temos os territórios invisíveis, formados de cidadãos invisíveis justamente pelo fato de não pertencerem à cidade formal, aos territórios legais. Como exemplo, diria ainda que são desafiantes os territórios de fronteira (internacionais, interestaduais e intermunicipais) e as cidades de pequeno porte, que se constituem na maioria das cidades brasileiras e são vistas ainda de forma generalizada e homogênea.

3 David Harvey (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da IHU On-Line)

# Observatórios e o mundo do trabalho. Caminhos para uma visada da complexidade

Moisés Waismann, coordenador do Observatório Trabalho, Gestão e Políticas Públicas, fala sobre as análises e complexidades que envolvem o tema

POR ANDRIOLLI COSTA E RICARDO MACHADO

Observar para tentar compreender. Em síntese, este é o trabalho dos observatórios, entre eles o Observatório Trabalho, Gestão e Políticas Públicas – Unilasalle, coordenado por Moisés Waismann, que faz levantamentos sobre a realidade do trabalho na região metropolitana de Porto Alegre e Vale do Sinos. “A contribuição que tem para os alunos e pesquisadores das nossas instituições de ensino superior é subsidiar a problematização da realidade econômica com dados e informações reais que auxiliem na solução destas realidades. Para a comunidade em geral a expectativa é de que o material possa ser apropriado e debatido, contribuindo assim para o avanço do bem-estar da população”, destaca Moisés Waismann, ao explicar a atuação do observatório, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Apesar de o universo empírico do trabalho do observatório de Waismann se concentrar em uma determinada região, ele acredita que há uma certa regularidade que pode contribuir, em alguma medida, em outros contextos. “Acredito que, ao observarmos as dinâ-

micas que envolvem as relações de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível compreender tanto a dinâmica do município de Canoas como de São Leopoldo, mas também compreender, de certa forma, o que ocorre no Brasil ou na Região Metropolitana de São Paulo”, avalia.

Moisés Waismann é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e realizou mestrado em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios pela mesma universidade. Doutorou-se em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Atualmente é professor pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle - Unilasalle e do grupo de pesquisa de Estratégias Regionais. Atua, também, como coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas publica mensalmente a Carta do Mercado de Trabalho,<sup>1</sup> compilando dados nacionais e regionais sobre os avanços e retrocessos da disponibilidade de empregos em diversos setores. Qual a importância**

**deste levantamento? Que tipos de percepções podem ser captados a partir destes dados?**

**Moisés Waismann** – A “Carta” é um importante documento que tem por objetivo auxiliar os agentes econômicos (empresas, governos e trabalhadores) no entendimento tanto da conjuntura da atividade produtiva como nas transformações estruturais da mesma, percebendo a expansão e ou retração da atividade econômica e

prevendo e agindo sobre as possíveis causas e/ou consequências. Dessa forma, podem planejar e se organizar para agir sobre esta realidade. Já a contribuição que tem para os alunos e pesquisadores das nossas Instituições de Ensino Superior é subsidiar a problematização da realidade econômica com dados e informações reais que auxiliem na solução destas realidades. Para a comunidade em geral a expectativa é de que o material possa ser

1 A última edição da publicação feita pelo Observatório e pelo IHU pode ser conferida no link <http://bit.ly/1BvhkwS>. (Nota da IHU On-Line)

apropriado e debatido, contribuindo assim para o avanço do bem-estar da população.

**IHU On-Line – Além da publicação da Carta, quais são as outras atribuições do Observatório?**

**Moisés Waismann** – Além da Carta produzimos também uma Carta Especial sobre as mulheres no mercado de trabalho, já temos duas edições. E produzimos até agora uma setorial sobre a indústria calçadista no Vale do Rio dos Sinos,<sup>2</sup> em parceria com Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – Observasinos. Agora estamos planejando estudar o Arranjo Produtivo Local da Moda e do Audiovisual, porém isso são planos.

**IHU On-Line – Da perspectiva do território e das territorialidades, é possível compreender as dinâmicas que envolvem a relação de trabalho em regiões compartimentando análises locais?**

**Moisés Waismann** – Esta é uma pergunta provocativa! A prática de produzir, a partir de dados gerais e nacionais, um recorte da realidade local e regional é sempre desafiadora por diversos motivos. O primeiro é o reconhecimento por parte da academia/pesquisa e também dos usuários destas informações de que isso é relevante. De senso comum, acreditamos que somente a realidade nacional e/ou internacional interfere nas ações de mundo, mas não é verdade. O segundo ponto, que é gerado em parte pelo primeiro, é que muitas vezes faltam dados disponíveis sobre a realidade local/regional para que se possa transformá-los em informação. O terceiro aspecto, que estamos trabalhando, por meio da realização do Seminário de Observatórios, que já está na sua quarta edição, é construir capacidades e inteligências para que se possa fazer a mediação da conjuntura/políticas internacionais/nacionais com a realidade local/regional, pois esta não se dá de forma direta e igual para todos. Dessa forma, acredito que, ao observarmos a dinâmicas

<sup>2</sup> O estudo pode ser acessado no link <http://bit.ly/1BvhkwS>. (Nota da IHU On-Line)

## “A contribuição que tem para os alunos e pesquisadores das nossas instituições de ensino superior é subsidiar a problematização da realidade econômica”

que envolvem as relações de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível compreender tanto a dinâmica do município de Canoas como de São Leopoldo, mas também compreender, de certa forma, o que ocorre no Brasil ou na Região Metropolitana de São Paulo.

**IHU On-Line – Como um olhar mais sistêmico e descentralizado pode permitir o estabelecimento de políticas públicas mais eficientes para as cidades em seu conjunto?**

**Moisés Waismann** – Este é um enorme desafio, porque *sistêmico* envolve e *descentralizar* pode dividir. Ocorre que nós ao mesmo tempo estamos no município, na região, no estado, no país. Temos então que pensar nestas inter-relações e tensionamentos, pois dessa forma os cidadãos e os gestores poderão compreender a realidade e os fatores que interferem ou alteram a realidade deste território. Ou destes territórios, visto que temos diferenças na apropriação de um mesmo espaço geográfico.

**IHU On-Line – Em nível local ou nacional, você teria exemplos de iniciativas neste sentido?**

**Moisés Waismann** – O exemplo que tenho foi um dissídio coletivo de uma categoria em que a “Carta” foi utilizada tanto pelo patronal como pelos trabalhadores para discutir a realidade daquele segmento econô-

mico. Isso mostrou que estávamos no caminho certo e com um material de qualidade. Outra experiência foi auxiliar o gestor público na elaboração da política sobre a municipalização do sistema de emprego e renda.

**IHU On-Line – De modo geral, a empregabilidade no Brasil vem subindo, especialmente no setor de Serviços. No entanto, que tipo de emprego é este? São postos qualificados, ou representam mão de obra pouco especializada?**

**Moisés Waismann** – A atividade econômica do comércio é a porta de entrada de muitos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Desde jovens e mulheres, bem como de aposentados. Ocorre que este setor é tradicionalmente carente de trabalhadores escolarizados, isto é, com ensino básico completo ou superior em formação e/ou com baixa experiência de trabalho. Como é um setor intensivo em mão de obra, emprega muito, mas com salário baixo. Outro exemplo é o setor financeiro, que exige minimamente que o ensino superior esteja em andamento, porém é intensivo em capital, o que significa que a renda é um pouco maior, mas as vagas não são muitas. Ambos são exemplos de atividades econômicas que fazem parte do setor de serviços. Segundo uma pesquisa que realizei desde 1996 até 2012, o salário dos profissionais com educação superior teve uma redução de cerca de 38% no período. Isso mostra que apesar de estarmos vivendo uma oferta de emprego grande e com poucos trabalhadores desempregados, o nível salarial vem caindo de uma forma geral.

**IHU On-Line – Ainda faz sentido pensar na dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual?**

**Moisés Waismann** – Esta separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a meu ver, é um exercício didático de exemplificar a divisão do trabalho. Vejamos: se observarmos o estivador, temos nesse caso uma grande quantidade de força física aplicada na atividade laboral, mas também é verdade que temos um esforço intelectual bastante avançado para pensar como dar conta de vários sacos de 60 quilos ao longo do dia. Se pudésse-

mos observar uma pessoa trabalhando atrás de uma escrivaninha, em uma sala com ar-condicionado, ou seja, lendo, pensando(?) e escrevendo, deveríamos também atentar ao esforço físico necessário para esta atividade. De outra maneira, se fôssemos pensar em acúmulo de trabalho aplicado a cada um desses trabalhos, concluiríamos, segundo Smith<sup>3</sup> e Marx<sup>4</sup>, que o trabalho intelectual tem mais horas de trabalho socialmente necessário incorporado do que o do estivador.

3 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à *IHU On-Line* nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos *Cadernos IHU ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuid35>. (Nota da *IHU On-Line*)

4 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da *IHU On-Line*)

“O setor financeiro, que exige minimamente que o ensino superior esteja em andamento, porém é intensivo em capital, o que significa que a renda é um pouco maior”

**IHU On-Line – De que modo a recessão progressiva de alguns setores, como o da Indústria, oferece indicativos de uma situação econômica muito mais complexa que afeta o mercado brasileiro?**

**Moisés Waismann** – Gostei do termo. Recessão progressiva! Desde o final de 2013 venho dizendo que 2014 seria um ano complicado, pois é um ano de eleição presidencial. E esta oportunidade se apresenta para discutir projetos, rumos, visões e também quem (ou qual) vai gerir os fundos públicos e propor políticas públicas para os próximos quatro anos. Não é uma questão menor. Existem setores que apoiam e outros que reprovam o governo. E neste ambiente

de disputa e instabilidade o(s) dono(s) do capital deixa(m) de investir. Se não investem, não compram, não há encomenda e nem emprego. A indústria brasileira é ainda o motor dinâmico da economia nacional. Ainda bem que o mercado externo apresenta sinais de recuperação e o setor primário (agricultura familiar e o setor do agronegócio) está bem. Quando passar a eleição as abóboras se acomodam. Os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira estão ajustados apesar de todas as especulações.

**IHU On-Line – Quais são os paradigmas que regem a visão de trabalho em um contexto de capitalismo pós-industrial, que ultrapassa os antigos limites da empresa capitalista e da carteira assinada?**

**Moisés Waismann** – A intensificação do trabalho e a disputa pela mente dos trabalhadores! Penso que compreendo o que queres dizer, porém não tenho todas as certezas de que estamos vivendo um capitalismo pós-industrial. Penso que ainda estamos nesta fase. É verdade que o setor de serviços (sistema financeiro, comércio, saúde, ensino...) vem assumindo cada vez mais a responsabilidade pela geração de postos de trabalho. Mas o motor, a dinâmica vem da indústria de alfinetes do Smith. É só verificar a onda gerencialista que invade as organizações. Como temos mais capital por seres humanos em organizações mais dinâmicas, isso faz com que o ser humano se adapte ao ritmo das máquinas na esteira de produção. E ao mesmo tempo os trabalhadores são submetidos à doutrina ideológica dos mecanismos de gestão, fazendo com que internalizemos práticas e rotinas que não fazem parte da nossa tradição, e sim da tradição fabril.

LEIA OS CADERNOS IHU  
NO SITE DO IHU  
WWW.IHU.UNISINOS.BR

# Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais

Para Noemi Krefta, ativista social, o trabalho dos observatórios deve se concentrar em trazer à tona as dificuldades que se apresentam nos territórios com relação às políticas públicas

POR RICARDO MACHADO

Entre os inúmeros desafios dos observatórios, um deles é, justamente, tornar visível o invisível. Em última instância, “servir de suporte aos movimentos para dar visibilidade com números e com a profundidade dos problemas que os movimentos apontam, uma vez que estes nem sempre têm ferramentas para quantificar os desafios que lhes são colocados”, avalia a ativista social Noemi Krefta, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Os movimentos buscam, em suas lutas, a efetiva implementação das políticas públicas e o acesso pela população, mas o Estado é que tem o dever de fazer com que as coisas aconteçam com qualidade e resolutividade”, complementa.

Ao pensar a realidade do Campo, Noemi sustenta que há suas especificidades e que, portanto, deve ser tratado dentro de suas particularidades. “O território campo se diferencia do urbano e assim é que deve ser visto e tratado. Sua população tem um modo próprio de organização e vida. Seus costumes, sua cultura, seu modo de falar. Isso precisa

ser compreendido e ter um planejamento que dê conta de tratar as pessoas a partir de suas especificidades”, ressalta. “A falta de acesso à escola faz com que muitas vezes camponesas(es) tenham vergonha de falar, de exigir seus direitos e, assim, também nos casos de agravos de saúde têm dificuldades de expor o que sentem”, explica.

Por fim, a entrevistada destaca o papel do trabalho de pesquisa acadêmico e da necessidade de se pensar os desafios desde outras perspectivas que não estejam restritas à financeirização. “Quem propõe e quem faz pesquisa tem que ter claro que modelo de sociedade e de agricultura defende; se não se pautar pela produção dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, esse observatório não vai apresentar nenhum resultado com proposições para resolver a questão”, argumenta.

Noemi Krefta é ativista social e integrante do Movimento das Mulheres Camponesas e do Grupo da Terra do Ministério da Saúde.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como o trabalho dos observatórios auxilia nos processos de organização das demandas dos movimentos sociais?**

**Noemi Krefta** – Os observatórios devem se preocupar em trazer à tona as dificuldades que se apresentam nos territórios em relação às políticas

públicas. Devem servir de suporte aos movimentos para dar visibilidade com números e com a profundidade dos problemas que os movimentos apontam, uma vez que estes nem sempre têm ferramentas para quantificar os desafios que lhes são colocados. Os movimentos buscam em suas lutas a

efetiva implementação das políticas públicas e o acesso pela população, mas o Estado é que tem o dever de fazer com que as coisas aconteçam com qualidade e resolutividade. Os observatórios devem ser sempre um instrumento à disposição das organizações, pois devem possibilitar o levantamento

to e a apresentação de dados fundamentais para qualificar as lutas e ter avanços concretos.

**IHU On-Line – Como a problemática acerca dos territórios dialoga com a pauta dos movimentos sociais, especificamente com o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC?**

**Noemi Krefta** – O Movimento de Mulheres Camponesas tem em sua missão a libertação das mulheres de toda forma de violência, a construção do projeto de agricultura camponesa agroecológico e a transformação da sociedade. O sistema capitalista, patriarcal e machista oprime e violenta as mulheres das mais diferentes formas, o que impacta em muito na vida das mulheres.

Vejam: a agricultura convencional baseada no uso de agrotóxicos e sementes transgênicas invade o espaço de produção de alimentos saudáveis, de diversas formas. Não permite que as mulheres tenham autonomia sobre sua produção, contaminando suas sementes com o uso dos agrotóxicos, que contamina a água, o ar e o solo, ou com as sementes transgênicas, provocando perda de muitas espécies e variedades da produção alimentícia e medicinal. Isso causa grandes problemas, como, por exemplo, perda da diversidade e da cultura alimentar, graves problemas de saúde que estão se instalando não só nas pessoas do campo, mas de uma forma geral, como a depressão, os cânceres, o estresse, inclusive os suicídios; além da prática de violência contra as mulheres, pois pessoas desequilibradas, com problemas causados pelo uso de venenos, pelo endividamento, pela falta de perspectiva de renda, acabam resultando em espancamentos, estupro e morte de muitas mulheres.

Assim, temos desafios enormes na luta das mulheres. A libertação delas com autonomia sobre suas vidas, seja econômica, social, política e cultural, se trava numa luta contra o sistema capitalista e patriarcal de produção, que fundamenta e sustenta toda

forma de opressão e submissão sobre as mulheres.

**IHU On-Line – Considerando as complexidades contemporâneas, de que ordem são os desafios correspondentes à problemática dos territórios no campo? Como, por exemplo, áreas de agricultura familiar são impactadas pela polinização de outras áreas com plantio de sementes transgênicas?**

**Noemi Krefta** – A falta de reforma agrária, os transgênicos, os agrotóxicos são causas de grandes problemas para as populações do campo. Eles geram miséria, fome e destruição ambiental, sendo ainda um fator de destruição da vida, com as doenças que vêm crescendo de forma assustadora, ou seja, o crescente índice de cânceres, até mesmo nas crianças, os suicídios e a depressão que vêm matando muitas(os) camponesas(es).

A impossibilidade de manter as sementes e o envelhecimento do campo são fatores que dificultam cada vez mais a permanência das famílias em seus espaços de produção de alimentos saudáveis de forma diversificada. Ainda podemos associar a isso a produção integrada às agroindústrias que mantêm as pessoas em um regime de “escravidão consentida”, pois não têm liberdade nem tempo para planejar seu modo de produzir, o que impede sua participação nos espaços de discussão e organização.

A produção dos alimentos perdeu grande parte de suas variedades; as plantas medicinais e os saberes tradicionais sobre elas também vêm sendo tirados principalmente das mulheres, com a sobrecarga de trabalho e a pulverização com agrotóxicos que elimina suas plantações.

**IHU On-Line – Aliás, como podemos pensar os territórios do campo não como espaços geograficamente específicos e com demandas que podem ser consideradas comuns?**

**Noemi Krefta** – O território camponês se diferencia do urbano e assim é que deve ser visto e tratado. Sua po-

pulação tem um modo próprio de organização e vida. Seus costumes, sua cultura, seu modo de falar. Isso precisa ser compreendido e ter um planejamento que dê conta de tratar as pessoas a partir de suas especificidades. A falta de acesso à escola faz com que muitas vezes camponesas(es) tenham vergonha de falar, de exigir seus direitos e, assim, também nos casos de agravos de saúde têm dificuldades de expor o que sentem. Isso também tem a ver com a educação que receberam na família. É muito mais difícil uma pessoa do campo falar sobre seu corpo, sua sexualidade, porque lhes foi dito que isso é feio e envergonha.

**IHU On-Line – Em que medida uma melhor compreensão das complexidades dos territórios ajuda na construção de políticas públicas das populações mais vulneráveis?**

**Noemi Krefta** – Com dados mais concretos e sistematizados que podem ser debatidos e aprofundados, as populações podem planejar suas lutas com mais clareza e pode lhes facilitar as ações de enfrentamento ao atual modelo de sociedade baseada no lucro e transformação de toda forma de vida e dos bens da natureza em mercadoria.

**IHU On-Line – Qual o papel dos observatórios para entendermos de maneira mais clara as relações entre o desmatamento e um modelo de produção de alimentos baseado no agrobusiness?**

**Noemi Krefta** – Deve-se ter um olhar de cuidado ambiental e cuidado com a vida, os pesquisadores precisam ser sensíveis às causas. Se quem pesquisa tem o olhar do lucro a qualquer custo vai entender que tudo está dentro da normalidade; portanto, quando se propõe um observatório, é preciso firmeza na condução do mesmo, caso contrário o resultado pode ser um desastre.

Sendo assim, quem propõe e quem faz pesquisa tem que ter claro que modelo de sociedade e de agricultura defende; se não se pautar pela

produção dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, esse observatório não vai apresentar nenhum resultado com proposições para resolver a questão.

**IHU On-Line – Qual a avaliação da senhora com relação ao trabalho desenvolvido pelos observatórios no Brasil? Quais são as potencialidades e os limites?**

**Noemi Krefta** – Observatório não é só pesquisa, tem áreas delimitadas, mas deve aprofundar mais a situação, o que faz aparecer mais os potenciais ou os problemas existentes, refere-se a situações mais locais. São feitos em momentos e poucos têm continui-

dade. Não basta levantar os fatos, é preciso acompanhar e instigar a população para se organizar em busca de soluções dos seus problemas. Também é preciso tornar os dados públicos, pois na maioria ficam bastante restritos à academia.

**IHU On-Line – De que forma a garantia no acesso às informações dos observatórios é, também, um ato político de garantia dos Direitos Humanos?**

**Noemi Krefta** – Quando um observatório guarda seus dados ele perde seu objetivo, pois nos levantamentos de casos suas informações devem servir para conscienci-

zar a população em questão para lutar pela superação de seus problemas e na conquista de direitos. Desta forma ele se torna ferramenta de luta em busca dos direitos, sejam eles humanos ou até mesmo ambientais.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Noemi Krefta** – Como Movimento social e popular, entendemos que é preciso avançar com as ferramentas que se propõem a analisar casos para contribuir na construção de metodologias de proposição a fim de superar as iniquidades vividas pela população em questão.

Acesse o Twitter do IHU em [twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 23-09-2014 a 26-09-2014, disponíveis no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## As reformas liberalizantes em pauta nas eleições presidenciais

Entrevista com Vitor Filgueiras, auditor fiscal do Trabalho e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT  
Publicada no dia 23-09-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu230914>

Enquanto os candidatos à Presidência da República Dilma e Aécio ainda não explicitaram suas propostas em relação às normas trabalhistas, Marina “foi a única a divulgar um plano de governo com propostas mais concretas (...), claramente favorável aos interesses empresariais mais predatórios”, assevera Vitor Filgueiras na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail. De acordo com o pesquisador, apesar da falta de clareza nas propostas dos outros dois candidatos, é possível perceber que “Aécio é o representante legítimo das forças empresariais no país, especialmente o capital financeiro e internacional”, enquanto Dilma, “dando continuidade à postura do governo Lula da Silva, pouco contribuiu para a efetividade do direito do trabalho. Apesar de aparentemente paradoxal, a maior contribuição dada pelo seu governo à legislação trabalhista foi não dar encaminhamento a muitos projetos que precarizam a legislação já existente”, pontua.

## “As perspectivas para o século XXI são de menor crescimento e de maior desigualdade”

Entrevista com José Eustáquio Alves, Doutor em Demografia e professor do programa de pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências

Estatísticas – ENCE/IBGE

Publicada no dia 24-09-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu240914>

Apesar de o capitalismo ter sido “o sistema de produção histórico que mais gerou riqueza material em todos os tempos”, também foi responsável pela “grande desigualdade relativa”, diz José Eustáquio Alves à **IHU On-Line**, ao analisar o atual cenário econômico global e brasileiro. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ele contextualiza o quadro das desigualdades no mundo e lembra que ela foi maior entre as economias avançadas e os países em desenvolvimento nos primeiros 200 anos do capitalismo, mas, desde a década de 1990, “passou a existir um processo de convergência entre os países”, o qual proporcionou um quadro de redução das desigualdades. Contudo, o “alerta” na atual conjuntura, pós-crise financeira de 2008, é “para a possibilidade de interrupção destes ganhos”, enfatiza.

## Biologia sintética: “Essa tecnologia é necessária?”

Entrevista com Sílvia Ribeiro, pesquisadora e coordenadora de programas do Grupo ETC, grupo de pesquisa sobre novas tecnologias e comunidades rurais, com sede no México  
Publicada no dia 25-09-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu250914>

“Supostamente mais amigável com o meio ambiente”, tendo a biomassa como matéria-prima para produzir combustíveis e plástico, a biologia sintética não é uma proposta para sair da dependência dos combustíveis fósseis, diz Sílvia Ribeiro à **IHU On-Line**. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ela adverte que as transnacionais petrolíferas, empresas químicas e farmacêuticas que financiam as pesquisas de biologia

sintética visam à “construção em laboratório de sequências genéticas sintéticas para construir, por exemplo, rotas metabólicas que alterem funções específicas em microrganismos ou para criar micróbios sintéticos inteiros com novas funções, capazes de produzir substâncias industriais”. Segundo ela, a manipulação ou criação de micróbios através da biologia sintética possibilitará “processar qualquer fonte de carboidratos como base para a construção de polímeros que podem ser processados, como combustíveis, farmacêuticos ou outras substâncias industriais.

Ministério do Meio Ambiente

Publicada no dia 26-09-2014

Acesse o link <http://bit.ly/ihu260914>

A PEC do Cerrado, que tramita no Congresso há quase 20 anos, “procura sanar uma grave omissão do texto Constitucional de 1988” em relação à preservação dos biomas brasileiros, diz Mauro Pires, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, quando a Constituição foi elaborada, “a Amazônia estava literalmente em chamas, com extensos incêndios e desmatamentos, o que chamou a atenção internacional. A Mata Atlântica, por sua vez, estava ainda num ritmo de destruição igualmente intenso e o Pantanal já era conhecido como um bioma especial. Portanto, os Constituintes consideravam normal incluí-los mais a Serra do Mar como patrimônio nacional, mas deixaram de fora os demais biomas”. Assim, a PEC propõe que os Pampas, o Cerrado e a Caatinga sejam incluídos na categoria de patrimônio nacional.

## PEC do Cerrado: uma tentativa de corrigir a omissão com os biomas brasileiros

Entrevista com Mauro Pires, sociólogo e ex-diretor do Departamento de Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado do

**Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações [facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos](http://facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos)**

## Brasil em Foco

# Uma análise crítica do governo Dilma: a quem este governo atende em primeiro lugar?

“O governo atual tem implementado outras políticas durante o seu mandato — algumas das quais são estruturantes — e é possível prever que, se houver um segundo mandato, elas serão mantidas, já que não houve nenhuma avaliação crítica de sua parte”, adverte o sociólogo Ivo Lesbaupin

O sociólogo Ivo Lesbaupin faz um balanço dos últimos 12 anos de gestão petista à frente da Presidência da República, e é enfático: “É preciso superar a concepção neoliberal, centrada no capital financeiro (bancos, investidores financeiros), assim como a concepção neodesenvolvimentista, que financia com recursos públicos grandes empresas privadas. Interromper o processo de privatização de serviços públicos e de nossas riquezas naturais (entre as quais o petróleo)”.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, o professor da UFRJ enfatiza que os avanços da última década foram pontuais na área social, com a redução da extrema pobreza, redução do desemprego, aumento da renda dos trabalhadores e maior acesso a bens de consumo. Contudo, a lista de críticas do sociólogo às políticas adotadas supera as benfeitorias dos governos Lula e Dilma e as compara ao que ele denomina de “uma política

de direita, isto é, políticas que atendem aos interesses dos grandes grupos econômicos, políticas prejudiciais à grande maioria do povo brasileiro e que comprometem o futuro do país”. E acrescenta: “O problema é saber por que deram continuidade a várias políticas daquele governo (FHC)”.

**Ivo Lesbaupin** é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e coordenador da ONG Iser Assessoria, do Rio de Janeiro. É doutor em Sociologia pela *Université de Toulouse-Le-Mirail*, França. É autor e organizador de diversos livros, entre os quais *O Desmonte da nação: balanço do governo FHC* (Petrópolis: Vozes, 1999); *O Desmonte da nação em dados* (Petrópolis: Vozes, 2003 2002) – com Adhemar Mineiro – e *Uma análise do Governo Lula (2003-2010): de como servir aos ricos sem deixar de atender aos pobres* (São Leopoldo: CEBI, 2010).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Que avaliação faz dos 12 anos do PT no governo e, particularmente, do governo Dilma? Houve avanços?**

**Ivo Lesbaupin** – O Brasil avançou nos últimos anos. Reduziu fortemente o desemprego, promoveu transferência de renda para os setores mais pobres da população, valorizou o salário-mínimo acima da inflação.

Os dados mostram que, nos últimos dez anos, cerca de 30 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza e os trabalhadores passaram a ter uma renda melhor, com acesso a bens de consumo aos quais não tinham

antes. Este foi um salto significativo na nossa realidade social. O Brasil foi um dos países onde houve maior redução da pobreza neste período. Houve avanços também na área da agricultura familiar, como a expansão do crédito rural e programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que vêm favorecendo pequenos agricultores no campo.

Além destes, poderíamos citar a revalorização do Estado, seriamente atacado durante o governo FHC; a política externa – este ponto é muito

importante – se tornou mais independente, especialmente na relação com governos “progressistas” – os quais os EUA queriam isolar. O combate ao trabalho escravo se tornou sistemático.

Há que apontar a vitória do Marco Civil da Internet e do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, ocorridas este ano. Cabe ressaltar a instalação da Comissão da Verdade pelo governo Dilma. Mesmo considerando as limitações, como o curto tempo para o trabalho – dois anos –, a iniciativa veio preencher uma lacuna de quase 30 anos. A tentativa de relegitimar a ditadura que vinha ocorren-

do foi por terra, em boa parte graças ao desencadeamento deste processo.

Poderíamos citar uma série de outras boas políticas desenvolvidas por este governo. Mas isto é apenas uma pequena parte do que ele está fazendo. Digo com tranquilidade que os governos Lula e Dilma representaram um avanço em relação ao governo FHC, especialmente na área social (redução do desemprego, renda para os setores populares, salário-mínimo valorizado). O problema, como veremos adiante, é saber por que deram continuidade a várias políticas daquele governo<sup>1</sup>.

### IHU On-Line – Quais são as críticas que faz ao atual governo?

**Ivo Lesbaupin** – O governo atual tem implementado outras políticas durante o seu mandato – algumas das quais são estruturantes – e é possível prever que, se houver um segundo mandato, elas serão mantidas, já que não houve nenhuma avaliação crítica de sua parte.

- Há um processo de abandono, des-caso e destruição dos povos indígenas<sup>2</sup>. O governo ressuscitou a política indigenista da ditadura, segundo a qual “o índio não pode atrapalhar o progresso do país” (“progresso”, leia-se: agronegócio, mineradoras, hidrelétricas).
- Não houve Auditoria da Dívida Pública, uma exigência da Constituição de 1988 (o que significa que 40% do orçamento público continuam a ir para os ricos). Nesta campanha eleitoral, esta possibilidade não foi nem mencionada.
- As privatizações foram retomadas com força.
- Não houve reforma agrária nem no governo Lula nem no governo Dilma, por causa da aliança com o agronegócio.

**1 Nota do Entrevistado:** A primeira reforma estrutural feita pelo governo Lula foi a reforma da previdência do setor público, que o governo FHC tinha tentado fazer, mas não tinha conseguido, principalmente por causa da oposição do PT. No governo, o PT a fez, para atender aos interesses do capital privado.

**2 Nota do Entrevistado:** “Índigenas vivem em ‘Faixa de Gaza brasileira’, diz Eduardo Viveiros de Castro” (cf. www.ihu.unisinos.br - 03/08/2014). “Por que os índios lideram o ranking dos suicídios no Brasil?” Blog de Bruno Paes Manso. *O Estado de São Paulo*, 07/07/2014 (<http://bit.ly/1yu8vXO>)

- Os transgênicos são plantados livremente no Brasil (apesar de cientistas de todo o mundo já terem provado que são prejudiciais à saúde)<sup>3</sup>.
- Os agrotóxicos são vendidos e usados amplamente (e é sabido que eles prejudicam lenta e inexoravelmente a saúde da população, são um “veneno na nossa mesa”)<sup>4</sup>. O Brasil é o segundo maior “consumidor” de agrotóxicos no mundo.
- Estão sendo construídas e estão projetadas dezenas de hidrelétricas, especialmente na Amazônia, atingindo os direitos dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos que habitam nestas localidades.
- O agronegócio tem se expandido, com apoio do governo.
- As grandes empreiteiras têm um peso determinante na decisão sobre as mais importantes obras públicas do país.
- O sistema de energia elétrica é estruturado de tal forma que permite lucros enormes a empresas privadas e o povo é quem paga a conta<sup>5</sup>.
- Há uma profunda desconsideração com a questão ambiental, em razão

**3 Nota do Entrevistado:** “Cientistas pedem a suspensão dos transgênicos em todo o mundo”. Carta de 815 cientistas de todo o mundo chama a atenção dos governos para os riscos dos transgênicos: “Nós, cientistas abaixo-assinados, pedimos a suspensão imediata de todas as licenças ambientais para cultivos transgênicos e produtos derivados dos mesmos, tanto comercialmente como em testes em campo aberto, durante ao menos cinco anos; (...)”. As razões são os perigos que os transgênicos representam para a biodiversidade, a segurança alimentar, a saúde humana e animal; além disso, eles intensificam o monopólio corporativo, exacerbam as desigualdades e impedem a mudança para uma agricultura sustentável que garanta a segurança alimentar e a saúde em todo o mundo. 12/06/2014. (<http://bit.ly/YjnQcQ>).

**4 Nota do Entrevistado:** Além do excelente documentário de Sílvia Tendler, “O veneno está na mesa”, cabe citar o livro que Marie-Monique Robin publicou analisando a consequência do uso de pesticidas, fungicidas, inseticidas (comumente chamados de agrotóxicos) para os agricultores, em primeiro lugar, e para todos os que se utilizam dos alimentos produzidos com o uso destes produtos químicos, intitulado “Nosso veneno cotidiano” (“Notre poison quotidien”, Paris/Issy les Molineaux, Éd. La Découverte/Arte Éditions, 2011).

**5 Nota do Entrevistado:** “A retórica do desenvolvimento e o fantasma do apagão num emaranhado jogo de disputa política”. Entrevista especial com Célio Bermann (www.ihu.unisinos.br - 06/08/2014).

do atendimento aos interesses do agronegócio, das empreiteiras e das mineradoras.

- Os bancos continuam tendo lucros recordes, graças à política de juros altos, os juros reais mais altos do mundo<sup>6</sup>.
- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES oferece recursos públicos para apoiar grandes empresas privadas. E os contribuintes não sabem quem são, quanto recebem, por que foram escolhidas (o grau de transparência é baixíssimo). E também não sabemos o que aconteceu com o S do BNDES.
- O governo manteve um item da legislação previdenciária introduzido por FHC que prejudica seriamente os trabalhadores: o “fator previdenciário”. Os movimentos de trabalhadores lutam desde então para derrubar este “fator”. Em doze anos, nem Lula nem Dilma cederam às pressões dos trabalhadores: preferiram ceder ao capital privado.

Todas estas são políticas de direita, isto é, políticas que atendem aos interesses dos grandes grupos econômicos, políticas prejudiciais à grande maioria do povo brasileiro e que comprometem o futuro do país.

### IHU On-Line – Quem são os grandes beneficiários das políticas atuais? A quem este governo atende em primeiro lugar?

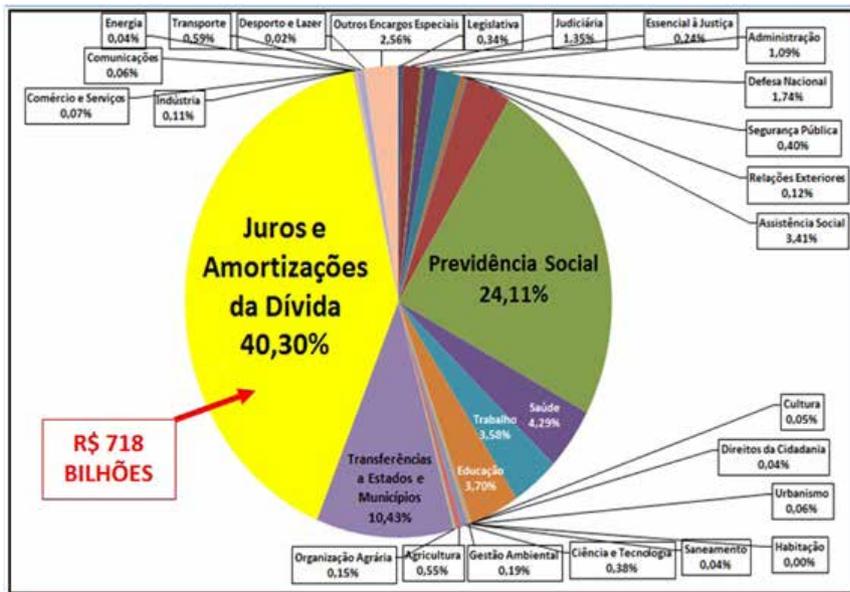
**Ivo Lesbaupin** – Vejamos os três principais:

**O capital financeiro (bancos e investidores financeiros)** – Mais de 40% do orçamento geral da União se destinam ao pagamento da dívida pública, interna e externa, e de seus juros. A dívida externa chegou, em dezembro de 2013, a 485 bilhões de dólares, e a dívida interna, a 2 trilhões e 900 bilhões de reais (cf. Auditoria Cidadã da Dívida – [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)). Em suma, o destino de quase metade do orçamento é a pequena camada mais rica do país – que são aqueles que recebem os juros da dívida –, além dos credores externos. Enquanto isso, apenas 5% vão para a saúde e 4% para a educação.

**6 Nota do Entrevistado:** Neste governo, os juros só baixaram durante um ano, depois voltaram a subir.

## Orçamento Geral da União – Executado em 2013

Total: R\$ 1,783 trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida – a partir de dados oficiais ([www.auditoriacidade.org.br](http://www.auditoriacidade.org.br)).

**As grandes empreiteiras** – Há um outro setor privilegiado pelo governo: são as grandes empreiteiras – Odebrecht, OAS, Camargo Correa, Andrade Gutierrez. Elas estão em todas as grandes obras de infraestrutura do país, entre as quais as usinas hidrelétricas – Belo Monte é o exemplo mais notório. Mesmo quando não cumprem as condicionalidades às quais se comprometeram, continuam a receber recursos do BNDES para suas obras. Não sem razão, estão entre os principais contribuintes para as campanhas eleitorais.

**O agronegócio** – Para garantir a exportação de alguns produtos primários – elemento central de sua política econômica –, o governo mantém uma aliança com o agronegócio, razão pela qual não houve reforma agrária no país. E não há previsão, num futuro governo de continuidade, de que vá haver. Estamos vivendo um processo de reprimarização da economia do país – desde o governo FHC, a industrialização deixou de ser prioridade –, e o agronegócio é apresentado tanto pelo governo quanto pela grande mídia como o grande fator de desenvolvimento do país.

### IHU On-Line – Como avalia as principais políticas contra a exclusão social?

**Ivo Lesbaupin** – Elas existem e tiveram efeitos significativos, como disse logo no início, e todos reconhecem o seu valor – até a oposição. Mas não ocupam o primeiro lugar no desembolso dos recursos públicos. Basta comparar o quanto vai para os juros da dívida (os ricos) e o quanto vai para as principais políticas sociais – saúde e educação (não sem razão, foram estas, além do transporte, as políticas que mais foram cobradas nas manifestações de junho de 2013). Vejamos, porém, outros elementos também importantes.

### Privatizações

O governo atual foi eleito em 2010 como a candidatura antiprivatista – oposta ao projeto neoliberal do PSDB. No entanto, a candidata eleita retomou com força as privatizações, passou a privatizar portos, aeroportos, rodovias e manteve as práticas das PPPs (parcerias público-privadas, outro nome para a privatização). Tem havido uma dura luta nas universidades públicas para manter os hospitais universitários sob gestão e controle pú-

blicos, contra um esforço do governo em passá-los para a gestão privada.

O governo FHC quebrou o monopólio da Petrobras e 60% das ações desta empresa estão hoje em mãos privadas. O governo Lula não reverteu este processo. O governo FHC iniciou em 1997 o leilão das áreas de exploração do petróleo. Os governos Lula e Dilma não interromperam os leilões, apesar dos protestos dos petroleiros. O governo Dilma realizou – contra a oposição de todos os movimentos sociais – o primeiro leilão de um campo do pré-sal (Libra), cujas reservas são imensas. O petróleo é nosso? Não, parte dele será das multinacionais estrangeiras que participam do consórcio que venceu este leilão. Note-se que, para garantir o leilão, o governo utilizou os mesmos métodos dos tempos de FHC (casos da Vale e da Telebrás): tropas militares e polícia, de um lado, e um batalhão de advogados, de outro, para derrubar liminares.

### Desigualdade social

Muitos têm exaltado a redução da desigualdade social desde o início do governo Lula até hoje. O índice de Gini, que mede a desigualdade, tem melhorado ano a ano (embora, recentemente, a melhora tenha sido pequena). O índice de Gini se baseia nos dados da PNAD, que capta a massa de rendimentos do trabalho e os pagamentos de benefícios monetários da política social. No entanto, uma outra parte da renda interna – juros, lucros, dividendos – não é captada por esta pesquisa<sup>7</sup>. É exatamente nesta parte que estão, por exemplo, os juros da dívida, recebida pelos mais ricos. Entre a camada mais rica da sociedade – entre 1 e 2% – e os mais pobres, a distância aumentou: a renda dos pobres melhorou, indubitavelmente, assim como o salário-mínimo, mas a renda dos mais ricos aumentou muito mais<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> **Nota do Entrevistado:** Sobre este tema, ver Guilherme Delgado, “Desigualdade social no Brasil”, no livro *Os Anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010* (Rio de Janeiro, Garmond, 2010), p. 413-418.

<sup>8</sup> **Nota do Entrevistado:** A combinação de superávit primário (...) com a política

Por outro lado, o Brasil carrega outra “herança maldita”: o sistema tributário regressivo, que o governo FHC acentuou. Isto significa que, ao invés de distribuir renda, este sistema concentra renda. Nele, os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos, porque o peso maior está no imposto sobre o consumo. O governo Lula introduziu pequenas melhorias neste sistema, mas sem mexer na estrutura regressiva. Os governos Lula-Dilma não fizeram reforma do sistema tributário para acabar com esta estrutura reprodutora de desigualdade.

Um primeiro meio para mudar esta grave injustiça seria fazer uma reforma tributária, para tornar o sistema progressivo (os que recebem mais, pagam mais; o peso maior fica sobre a renda, não sobre o consumo). Uma segunda maneira de reduzir a transferência de recursos para os ricos: seria a realização de uma auditoria da dívida pública. Ela provaria que uma parte da dívida que nós pagamos é irregular e isto diminuiria substancialmente a sangria de recursos públicos. A única auditoria que o país fez, em 1931, concluiu que 60% da dívida não tinham documentos que a comprovassem. O mesmo aconteceu mais de 70 anos depois, quando o Equador fez sua auditoria, em 2009: 65% da dívida eram eivadas de irregularidades. Como a nossa dívida externa foi constituída principalmente durante a ditadura civil-militar de 1964-1985, quando o Congresso não tinha acesso aos documentos, há indicações bem fundadas de que boa parte desta dívida é indevida. Só uma auditoria poderia verificar e comprovar.

monetária de juros altos incidentes sobre a dívida pública resulta “num dos mais perversos mecanismos de transferência de renda dos pobres para os ricos de que se tem notícia na história do capitalismo. (...) Na verdade, o mais poderoso mecanismo de concentração de renda na economia é essa combinação de política fiscal e monetária perversa, onde o Estado atua como um redistribuidor de renda e de riqueza a favor dos poderosos” (Assis, 2005: 89). (Trecho do meu artigo “Risco de volta da direita?”, de novembro/2013).

Esta é uma exigência da Constituição de 1988, a qual nem o governo FHC nem os governos do PT puseram em prática. Com isso, favorecem os poucos privilegiados que ganham fortunas com a manutenção do status quo. E desfavorecem a imensa maioria que sofre as consequências de os recursos públicos não serem empregados onde deveriam: esta é a razão da falta de recursos suficientes para a saúde, a educação, o transporte, o saneamento básico, para os serviços públicos em geral.

### IHU On-Line – O que seria uma alternativa à política que está sendo desenvolvida no Brasil?

**Ivo Lesbaupin** – Já adiantei alguns aspectos desta questão nas respostas anteriores<sup>9</sup>. Rever o modelo econômico – É preciso superar a concepção neoliberal, centrada no capital financeiro (bancos, investidores financeiros), assim como a concepção neodesenvolvimentista, que financia com recursos públicos grandes empresas privadas. Interromper o processo de privatização de serviços públicos e de nossas riquezas naturais (entre as quais o petróleo).

Se quisermos evitar o desastre ambiental que se anuncia, nós temos de construir uma economia baseada em nova concepção de desenvolvimento, que atenda às necessidades da população, respeitando os limites da natureza<sup>10</sup>. É preciso urgentemente mudar a matriz energética, para as energias renováveis, em particular a energia solar – o que deve ser uma

<sup>9</sup> **Nota do Entrevistado:** Existem propostas para o Brasil já elaboradas que foram divulgadas nos últimos meses: por exemplo, a “Agenda Brasil Sustentável”, apresenta sete eixos estratégicos, preparados por 60 organizações da sociedade civil ([www.agendabrasilsustentavel.org.br](http://www.agendabrasilsustentavel.org.br)); mais de 60 movimentos sociais e entidades apresentaram recentemente uma plataforma política para debate no processo eleitoral ([www.brasildefato.com.br/node/29832](http://www.brasildefato.com.br/node/29832)). Várias das políticas e iniciativas que elenquei aqui constam destas propostas.

<sup>10</sup> **Nota do Entrevistado:** Ver: Ivo Lesbaupin, “Por novas concepções de desenvolvimento”. In: ABONG (org.). *Por um outro desenvolvimento*. São Paulo, Maxprint Editora e Gráfica, 2012, p. 37-48.

iniciativa pública, não do capital privado. Nós poderíamos nos tornar o primeiro país do mundo em tecnologia e utilização da energia solar: depende unicamente de vontade política.

Temos de produzir aquilo de que precisamos e não depredar os bens naturais, tão fundamentais à nossa existência. Todos os alimentos de que necessitamos podem ser produzidos pela agroecologia – que é praticada em vários lugares do país, mas não é uma política nacional – e termos alimentos saudáveis, sem transgênicos, sem agrotóxicos.

Precisamos de uma política de transporte público condizente com a sustentabilidade (baseada principalmente em trilhos – trens, metrô, etc.), não centrada no automóvel, que garanta meios de locomoção dignos para atender às necessidades da maioria da sociedade.

As demais políticas, vou simplesmente enumerá-las, por limitação de espaço:

- Defender e garantir os direitos dos povos indígenas;
- Realizar uma Auditoria da Dívida Pública;
- Promover uma Reforma do Sistema Político;
- Realizar uma Reforma Tributária, para que o sistema se torne progressivo;
- Estabelecer uma Taxa sobre Transações Financeiras;
- Realizar a Reforma Agrária;
- Promover a Reforma Urbana;
- Democratizar os meios de comunicação;
- Democratizar o poder judiciário;
- Interromper os megaprojetos (hidrelétricas, transposição do rio São Francisco);
- Implementar o controle social da gestão pública (inclusive da política econômica).

### IHU On-Line – Deseja acrescentar alguma coisa?

**Ivo Lesbaupin** – Eu faria um último comentário: é legítimo que, na disputa eleitoral, se critiquem outros

candidatos por representarem setores, defenderem políticas de direita ou fazerem alianças à direita. Evidentemente, é preciso provar e não apenas acusar<sup>11</sup>. No entanto, se examinarmos o governo atual, veremos que, a despeito de se reconhecerem avanços em muitos setores, ele tem sérias alianças à direita e suas principais políticas são aquelas que atendem aos interesses dos grandes grupos econômicos.

**11 Nota do Entrevistado:** Há candidatos que se apresentam claramente de direita, não precisa demonstrar.

## Leia mais...

- “Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”. Entrevista com Ivo Lesbaupin, na edição 386 da **IHU On-Line**, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon386>;
- “A postura típica do PSDB é caracterizada pelo governo FHC: repressão”. Entrevista com Ivo Lesbaupin, na edição 199 da **IHU On-Line**, de 09-10-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon199>;

- “Derrotar o Serra nas urnas e depois a Dilma nas ruas”. Entrevista com Ivo Lesbaupin nas Entrevistas do Dia do sítio do IHU, em 30-10-2010, disponível em <http://bit.ly/1vnFnwA>;
- *Movimentos sociais e o pós-Lula*. Entrevista com Ivo Lesbaupin nas Entrevistas do Dia do sítio do IHU, em 19-04-2010, disponível em <http://bit.ly/1ryf86Q>;
- *A Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil*. Entrevista com Ivo Lesbaupin, nas Entrevistas do Dia do sítio do IHU, em 13-08-2007, disponível em <http://bit.ly/1syeZIP>.

### Acompanhe o IHU no Blog

UNISINOS
www.unisinos.br | minhaUnisinos



**INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS**

#### @segundasemcarne por tudo e todos

EM 15 ABRIL, 2013 COMENTAR

Um dia por semana sem comer carne pode ajudar a combater o aquecimento global. Você sabia? Surgido nos Estados Unidos, movimento que procura diminuir o consumo de carne ganha adeptos em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil. A campanha Meatless Monday (“Segunda sem Carne”) surgiu nos Estados Unidos em 2003, com o objetivo de incentivar as pessoas a consumir menos carne.



**SEGUNDA SEM CARNE**  
descubra novos sabores

Pelas pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.

Já há quase 7 bilhões de pessoas na Terra e, para produzir carne para esta população, é preciso criar bilhões de animais que consomem água, comida e recursos energéticos, demandam espaço, produzem grande quantidade de excrementos, contaminam os mananciais, causam erosão e geram poluição atmosférica. A criação de animais para abate é uma forma ineficiente de produzir alimentos: para cada quilo de proteína animal são necessários de 3 a 15 kg de proteína vegetal (milho, soja e outros).

Pesquisar

Categorias

Selecionar categoria ▼

Conheça o site do IHU

RSS

Assine nosso feed

Tags

Análise de conjuntura  
Bastidores Cinema  
Congresso de Teologia Dica de leitura Economia Economia Solidária Educação **Enquetes**  
Entrevistas do dia espiritualidade **Eventos**  
Forum Social Mundial Fórum Social Mundial 2011 **Geral IHU** Indígenas

## Entrevista da semana

# “É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI”

Para o filósofo Sandro Chignola, a despolitização não é o destino do mundo, mas sim a necessidade de pensar e praticar a ação política à altura dos desafios a nossa frente

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

Quais os impactos que os dispositivos de poder vêm provocando nas formas de governo da vida humana? Essa e outras questões são respondidas pelo filósofo Sandro Chignola, nesta entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail e publicada no sítio do IHU em 22-09-2014. Estudioso das obras de *Michel Foucault* e *Giorgio Agamben*, o filósofo compreende como dispositivos tudo o que conecta tecnologia e vida, “obtendo daí uma fantasmagoria de identidade do consumo. Celulares, computadores, cigarros... Tudo é um dispositivo”.

Na conjuntura atual também é possível identificar os dispositivos de acumulação do capitalismo contemporâneo, os quais “trabalham diretamente em termos extrativos sobre a vida”. Entre eles, Chignola destaca a especulação financeira, que “extraí valor dos fundos de pensões”; a máquina das patentes que “persegue o genoma” e a própria vida dos sujeitos, que é “posta como valor”. Ele acrescenta: “O que me parece decisivo, na fase da reação capitalista posterior aos anos 1980, é o esgotamento da distinção clássica entre tempo de trabalho e tempo de vida. E as novas instituições de governo neoliberal (a produção do homem endividado de que fala Maurizio Lazzarato; a crise econômica; governo das migrações, por exemplo) parecem-me exibir um traço único. Mas, de novo, nessa direção, têm mais razão aqueles que dizem que o modelo do governo da vida é mais a social-democracia norte-europeia (e a sua perversão neoliberal) que o ‘campo’ – campo de concentração, centro de detenção para clandestinos, zona de proteção nos aeroportos – de que fala Agamben”.

Para Chignola, a política contemporânea é compreendida como uma consequência da *cisão* entre “ser e agir” e, portanto, não se fundamen-

ta no ser. Assim, deste ponto de vista, a política é “pura operatividade, eficácia, mero funcionamento de dispositivos de regulação”. Essa tese, assevera, “pode ser um modo de ler o capitalismo contemporâneo ao lado do direito”, à medida que “cada vez mais, a produção de regras não depende de modo algum das soberanias nacionais. Há uma crescente autopoiese jurídica, como há muito tempo defende Günther Teubner. O direito não traduz nem expressa direitos: funciona como máquina *oikonomika*, puramente tecnológica, para administrar e reproduzir as trocas globais”. E acrescenta: “O que acabou, me parece, é a operatividade dos Estados nacionais e das categorias políticas a eles ligadas: representação democrática, partidos, centralidade dos parlamentos nacionais, territorialidade do direito, etc”.

Sandro Chignola palestrou na última semana na conferência intitulada “A noção de dispositivo em Foucault e Agamben”, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. No encontro, o professor da *Università di Padova* analisou o método filosófico utilizado por Foucault e Agamben, bem como a relevância que o conceito de dispositivo teve para os autores e suas implicações para compreender o modo como os discursos, verdades e novas tecnologias afetam os sujeitos contemporâneos.

Sandro Chignola é professor de Filosofia Política no Departamento de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Psicologia Aplicada na Universidade de Padova – Itália. É autor, entre outros, de *História de los conceptos y filosofía política* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2010). O Cadernos IHU Ideias publicou recentemente o artigo *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* de autoria de Chignola e disponível no link <http://bit.ly/ihuid214>.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual é o contexto de surgimento e o significado do conceito de dispositivo em Foucault<sup>1</sup>?**

**Sandro Chignola** – Foucault introduz cada vez mais vezes o termo “dispositivo” nos anos 1970. Anteriormente, ele usava preferencialmente “episteme” ou “positividade”. Parece-me que o termo entra no seu léxico quanto mais ele se afasta, em relação aos arquivos da sua análise, da história da filosofia e da história dos saberes, para se aproximar, ao invés, da analítica de poderes pensados como suportes de circulação e de repartição dos espaços e dos atores sociais. Um dispositivo é o que conecta lógicas heterogêneas e formas do discurso marcadas por anonimidade e ligadas a tecnologias. Um dispositivo, talvez se poderia dizer, é o que é formado pelo cruzamento entre uma proveniência e uma posterior derivação de linhas, o ponto em que é possível captar a operatividade específica de um poder.

1 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des) governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **CADERNOS IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, Michel Foucault. *Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – Qual é a peculiaridade do uso de dispositivo na obra de Agamben<sup>2</sup>? Que significado esse conceito tem em seus escritos?**

**Sandro Chignola** – Agamben toma emprestados muitos conceitos do léxico de Foucault nos anos 1990 e, em particular, enquanto trabalha nos livros que compõem *Homo sacer* e aqueles que acompanham a sua obra. Além de “dispositivo”, penso nos conceitos de “biopolítica”, “biopoder”, “arqueologia” ou “arquivo”. São todos termos que Agamben, na realidade, usa como próprios, mudando o seu sentido e apropriando-os como instrumentos para pensar em primeira pessoa, segundo aquela *Entwicklungsfähigkeit*<sup>3</sup> dos textos que ele reivindica como próprio princípio metodológico. Ler um texto – neste caso, Foucault – significa, em certo ponto, deixar de interpretá-lo e continuar de outra maneira o trabalho filosófico. Nesse sentido, o uso que Agamben faz do termo “dispositivo”

2 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 *Entwicklungsfähigkeit*: Temo alemão para “Capacidade de desenvolvimento” (Nota da **IHU On-Line**).

é bastante diferente daquele que Foucault faz. Para Agamben, um dispositivo é o operador de uma seca divisão entre a “vida” e o que a “controla”.

**IHU On-Line – Qual é a importância desse conceito na obra dos dois filósofos?**

**Sandro Chignola** – Em Foucault é evidente: trata-se de usar o termo para enquadrar genealogicamente diferentes tecnologias do poder e para trazer à tona como um dispositivo nunca será capaz de capturar até o fim as relações às quais se aplica. Para analisar um dispositivo de poder, ele nos diz, devemos sempre nos referir ao que lhe resiste. Isso significa, marxianamente, que a liberdade sempre vem antes do (e depois do) poder que, por um momento, a controla. Em Agamben, a noção, ao invés, me parece, intervém para captar aquela que ele chama de uma “intencionalidade biopolítica fundamental”, isto é, a seca partição pela qual a vida nua é separada e incluída na máquina de captura do direito e de um poder cuja verdade é sempre tanatopolítica<sup>4</sup>. Não há muito espaço para a resistência em Agamben, talvez se poderia dizer um pouco secamente.

**IHU On-Line – Em que medida o “dispositivo” em Foucault e Agamben se imbrica na problemática do governo da vida?**

**Sandro Chignola** – Para Agamben a relação é clara. A captura da vida segundo o modelo de uma exclusão que, no entanto, a inclui, porque a vida é necessária à própria operatividade do dispositivo, é diretamente funcionar para a definição daquilo que Agamben chama de biopoder. Em Foucault, o termo trabalha também onde o que está em questão não é a “vida nua”, mas os corpos ou os gestos singulares e coletivos (como no dispositivo das disciplinas), a sexualidade, a doença mental ou não, mas, sobretudo onde Foucault pensa *in positivo* dispositivos (ou práticas) de livre sujeitamento e não de passivo assujeitamento. Toda a leitura da Antiguidade tardia que ele produz nos últimos anos da sua pesquisa tra-

4 Tanatopolítica: Cálculo que o poder faz sobre a morte (nota da **IHU On-Line**).

balha exatamente em um uso “positivo” das tecnologias do eu...

### IHU On-Line – Quais são os impactos fundamentais que o poder desde a Modernidade vem provocando nas formas de governo da vida humana como objeto natural?

**Sandro Chignola** – Sobre isso, eu não saberia responder com Foucault ou com Agamben. Eu posso dizer o que interessa a mim. Os dispositivos de acumulação do capitalismo contemporâneo trabalham diretamente em termos extrativos sobre a vida. O recente livro de Brett Neilson<sup>5</sup> e Sandro Mezzadra<sup>6</sup> (*Borders as Method*, Duke University Press, 2013) busca analisar, entre outros, exatamente esses mecanismos. A especulação financeira extrai valor dos fundos de pensões, a máquina das patentes persegue o genoma, a vida inteira dos sujeitos é posta como valor. Produzimos riqueza até com um “curtir” no Facebook que clicamos à noite depois do jantar: o valor das ações do Facebook se eleva bruscamente... O que me parece decisivo, na fase da reação capitalista posterior aos anos 1980, é o esgotamento da distinção clássica entre tempo de trabalho e tempo de vida. E as novas instituições de governo neoliberal (a produção do homem endividado de que fala Maurizio Lazzarato<sup>7</sup>; a crise econômica; governo das migrações, por exemplo) parecem-me exibir um traço único. Mas, de novo, nessa direção, têm mais razão aqueles que dizem que o modelo do governo

da vida é mais a social-democracia norte-europeia (e a sua perversão neoliberal) que o “campo” – campo de concentração, centro de detenção para clandestinos, zona de proteção nos aeroportos – de que fala Agamben.

### IHU On-Line – Como Agamben correlaciona a noção de dispositivo com as tecnologias e os novos modos de subjetivação?

**Sandro Chignola** – Vou dizer secamente: indeterminando o conceito de dispositivo. A conferência que Agamben dedica a “O que é um dispositivo?” conta entre os dispositivos tudo o que conecta tecnologia e vida, obtendo daí uma fantasmagoria de identidade do consumo... Celulares, computadores, cigarros... Tudo é um dispositivo. Se há algo que aqui se “indetermina”, para retomar um vocábulo que ele usa frequentemente em sentido tecnicamente filosófico, é justamente a noção de dispositivo, usada em outros lugares para falar do direito arcaico ou da linguagem. E ele também esvanece a análise do capitalismo e da sua fase atual, que ele, no entanto, evoca sem especificar.

### IHU On-Line – Qual é o nexos que une *oikonomia* e dispositivo no pensamento de Agamben?

**Sandro Chignola** – De novo com Foucault, embora Agamben impute justamente a Foucault o fato de não ter continuado na genealogia do econômico, Agamben trabalha na ideia de uma genealogia específica do fato de governo. *Oikonomia*, na especulação trinitária dos Padres, é traduzida em latim por *dispositio*. Isso ocorre, na verdade, também em Cícero. Deus não é só criador soberano, ele também governa a criação direcionando-a ao seu fim. Atua aqui a distinção entre ser e ação de Deus; entre a unidade de Deus e as Pessoas através das quais se realiza a ação de conservação e de direcionamento ao bem da criação. Essa cisão, entre ser e agir, produz uma pesada herança: a política, a ação não tem fundamento no ser. A política, por isso, é pura operatividade, eficácia, mero funcionamento de dispositivos de regulação. Pode ser um modo de ler o ca-

pitalismo contemporâneo ao lado do direito. Cada vez mais, a produção de regras não depende de modo algum das soberanias nacionais. Há uma crescente autopoiese jurídica, como há muito tempo defende Günther Teubner<sup>8</sup>. O direito não traduz nem expressa direitos: funciona como máquina *oikonomika*, puramente tecnológica, para administrar e reproduzir as trocas globais. Mas, para fazer isso, não me parece necessário afastar-se tanto da crise do constitucionalismo e adentrar na teologia política. A discussão entre Schmitt<sup>9</sup> e Peterson<sup>10</sup> à qual Agamben se remete indubitavelmente, é bastante antiga... E sobre a crescente relevância da administração e da economia, correspondente a um declínio da soberania, já falavam os clássicos da sociologia: um Max Weber<sup>11</sup> por exemplo...

8 Günther Teubner (1944): Professor e sociólogo alemão, conhecido por seu trabalho em Teoria Social do Direito, na University of Bremen. (Nota da IHU On-Line)

9 Carl Schmitt (1888-1985): foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da IHU On-Line)

10 Erik Peterson Grandjean (1890-1960): teólogo católico alemão. De formação protestante, converteu-se ao catolicismo em 1930, especializando-se em patrística. Ele era um opositor do nazismo e teve uma grande influência sobre muitos teólogos do século XX. (Nota da IHU On-Line)

11 Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a IHU On-Line dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o IHU publicou o *Cadernos IHU em Formação* nº 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da IHU On-Line)

5 Brett Neilson: Pesquisador e professor da *University of Western Sydney*, Austrália. Debruça-se sobre o tema da fronteira, circulação de pessoas, pressões populacionais e questões trabalhistas. (Nota da IHU On-Line)

6 Sandro Mezzadra: Professor na Universidade de Bolonha. Os seus estudos concentram-se na história das ideias políticas e na teoria política. Nos últimos anos, tem-se debruçado sobre a relação entre globalização, migração e cidadania. (Nota da IHU On-Line)

7 Maurizio Lazzarato: Sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Como essa relação entre *oikonomia* e dispositivo resulta numa administrabilidade inclusive da política e no esvaziamento da democracia?**

**Sandro Chignola** – Trata-se daquilo com o qual eu encerrava a resposta anterior. Cada vez mais, a política é pura administração do existente. O direito – produzido segundo o modelo da *lex mercatoria* dos grandes estudos, das *law firms* globais – não tem mais fundamento em uma suposta soberania do cidadão. Aquela que é chamada de *governance* é uma instituição híbrida de pura regulação, na qual se inverte o nexo entre legitimidade e eficiência, como eu pude escrever em outros lugares. A despolitização, no entanto, não é o destino do mundo, da forma como eu vejo. Trata-se de pensar e de praticar a ação política à altura dos desafios que temos à nossa frente. É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI...

**IHU On-Line – A partir dessa perspectiva, podemos falar num triunfo da *oikonomia* sobre a política? Por quê?**

**Sandro Chignola** – Acho que posso dizer que depende dos olhos com que se olha para o contemporâneo. Se ficarmos fixados ao passado, já na Bíblia acabamos nos endurecendo em estátuas de sal, não? O que acabou, me parece, é a operatividade dos Estados nacionais e das categorias políticas a eles ligadas: representação democrática, partidos, centralidade dos parlamentos nacionais, territorialidade do direito, etc. No entanto, esse mundo aparentemente pacificado pela mercadoria e pelo consumo é atravessado por contínuos processos de recomposição política de baixo. Por formas de uma política nova. Parece-me que o último Foucault era muito atento aos primeiros sinais disso, quando falava do ingresso em uma época dos “governados”. Falar de uma política dos governados – ou seja, do controle e da resistência pela qual os sujeitos, enraizadas como habitantes de um lugar, interessados em um projeto de governo, etc., e não como abstratos cidadãos, se opõem àqueles que exercem a função de governo – tem

sentido se assumirmos o sentido *subjetivo* do genitivo. Acredito que essa é uma das coisas a se ter em mente, ao enfrentarmos o presente e as tendências que o atravessam... Está desaparecendo a identificação entre o cidadão e o seu representante, entre a vontade individual e a vontade coletiva, mas cada vez mais o indivíduo governado atua – como consumidor, como corpo sexuado, como habitante de um território em que se decide implantar, não sei, uma produção nova, como ocupante de casas diante da autoridade municipal – como contrapartida irreduzível, envolvida no fato de governo, diante de quem governa.

**IHU On-Line – Como o próprio Agamben aponta em “O que é um dispositivo?”, a linguagem é o mais antigo dos dispositivos e dele não podemos escapar. Nesse sentido, qual é a pertinência de pensarmos a noção de profanação como um contradispositivo?**

**Sandro Chignola** – Agamben interpreta a linguagem como o mais antigo dispositivo de captura, porque, começando a falar, o homem exclui de si a própria animalidade. Parece-me que essa posição, novamente, faz uma cisão radical entre captura e “vida nua”. A mesma do dispositivo de “consagração”. “Profanar”, no direito romano arcaico, significa remontar a separação pela qual algo ou alguém é confiado em uma esfera particular (a do direito, sobretudo) e levar novamente as coisas ao uso comum. A profanação é a única forma de ação política que Agamben reconhece. Ela é uma outra forma de *des-aplicação* da norma, do direito e dos objetos que este último “consagra”: a propriedade, a mercadoria, a soberania. Porém, seria preciso perguntar o que essa des-aplicação significa no plano político. Isto é, como ela pode ser materialisticamente produzida e por quais sujeitos, já que, fora do poder, só permanece vida nua, animalidade impolítica... Politicamente, a posição de Agamben parece-me muito mais fraca do que a de Foucault, mesmo ao pensar a potencialidade de formas-de-vida outras, em relação ao direito e ao seu dispositivo de re-

gulação. Mas talvez seja eu que não entenda bem.

**IHU On-Line – Em que medida a assunção de um Ingovernável como ponto de fuga e início de uma nova política estão na base da política que vem e da profanação?**

**Sandro Chignola** – O ingovernável para mim – que, sobre isso, continuo foucaultiano e talvez também marxista demais – é a liberdade. Palavra que eu acredito que Agamben nunca usa literalmente nas suas obras. E eu entendo a liberdade como aquele risco, aquela resistência que o governo deve continuamente atravessar para poder governar. A grande ideia de Foucault é que nenhum dispositivo captura até o fim a liberdade, nem se demonstra capaz de governá-la até o fim... A liberdade – uma liberdade entendida como potência, como materialidade dos interesses e das escolhas individuais, como excedência permanente em relação às transcrições jurídicas formais – é o que os dispositivos de poder buscam constantemente e que, em relação a eles, traça linhas de fuga contínuas. Deleuze tinha entendido isso perfeitamente. Mas eu custo a compreender o que é o ingovernável na perspectiva de Agamben – se não a figura messiânica da inoperosidade de Deus antes e depois da *oikonomia* através da qual ele governa o tempo dos homens; a figura da prisão e da des-aplicação dos dispositivos que deve ser pensada como o que precede e que segue o seu código de funcionamento. Naquilo que ele chama de “o tempo que resta” – todo o tempo antes do retorno do messias e do fim dos tempos – não há espaço para a organização de qualquer resistência, parece-me. Somente, e Agamben diz isso muito bem com Benjamin, o sonho de uma “violência pura” capaz de explodir a dialética entre a violência que põe e aquela que conserva o direito. Uma ação sem sujeito. Uma excedência radical incapaz de constituir-se como uma ação. O modo pelo qual Agamben lê, em *Homo sacer*, o livro sobre o poder constituinte de Antonio Negri me parece muito insufrutífero nesse sentido.

## Entrevista da Semana

# Para além de uma economia da cultura fictícia

“Editais e leis de incentivo são a UTI da cultura. O problema é que numa UTI se deve ficar pouco tempo. Não é possível manter um paciente indefinidamente nela”, alerta Teixeira Coelho

POR ANDRIOLLI COSTA

No Brasil, as leis de incentivo à cultura exercem papel fundamental na democratização do acesso tanto aos bens culturais quanto aos recursos para sua produção. De acordo com o professor universitário e crítico cultural Teixeira Coelho, esperava-se que estas medidas “habituassem pessoas físicas e jurídicas para a necessidade de apoiar a cultura”. No entanto, por vezes, parece difícil evitar o mecenato governamental – seja por meio de medidas diretas, como o vale-cultura, seja pelos altos incentivos fiscais.

“Editais, leis de incentivo e vale-cultura promovem uma economia fictícia: sem esses instrumentos, o edifício dessa economia desaba”, alerta Coelho. Para ele, é preciso reconhecer a importância dessas medidas, mas que devem ser vistas como uma UTI para a cultura. “O problema é que numa UTI se deve ficar pouco tempo, o mínimo necessário. Não é possível manter um paciente indefinidamente nela”. Ele, que é curador do Museu de Arte de São Paulo – MASP, acredita que a verdadeira economia da cultura só existe quando existe mercado da cultura. E finaliza: “Cultura assistida nunca vai longe o suficiente”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Teixeira Coelho aborda a relação com

os editais públicos, a formação de “guetos culturais”, a reforma da lei Rouanet e a emergência do Procultura. Critica ainda a gratuidade de eventos culturais, o que, para ele, em nada contribui nem para o incentivo à produção, nem para o acesso ao bem cultural em um setor não automatizado e sustentado por pessoas. “A pior coisa na cultura é a demagogia. E o populismo”, destaca.

José Teixeira Coelho Netto é graduado em Direito pela Universidade Guarulhos – UnG, com mestrado em Ciências da Comunicação e doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo – USP. Seu pós-doutorado foi na University of Maryland. Atualmente é professor aposentado da USP. Colabora com a Cátedra Unesco de Política Cultural da *Universidad de Girona*, Espanha, e é consultor do Observatório de Política Cultural do Instituto Itaú Cultural, em São Paulo. É autor de diversos livros sobre cultura e arte, entre eles *Dicionário Crítico de Política Cultural – Cultura e Imaginário* (São Paulo: Iluminuras, 1997), *História Natural da Ditadura* (São Paulo: Iluminuras, 2006) e *A Cultura e seu Contrário* (São Paulo: Iluminuras, 2008).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Ao levar em conta o último relatório “Retratos da Leitura no Brasil”<sup>1</sup>, que coloca o país como**

1 Relatório produzido pelo Instituto Pró-Livro - IPL a cada 4 anos. O último foi em 2011. Na matéria *Brasil é o 9º maior mercado de livros graças à compra de material didático*, do Globo Cidadania, de 22-04-2013, a responsável pela

**9º mercado mundial de livros, como compreender a complexidade entre a compra de livros pelo Estado e o preço para o consumidor final?**

pesquisa do IPL afirma que apenas 15% dos brasileiros compram livros. Acesso em <http://bit.ly/gcidadlivro> (Nota da IHU On-Line)

2 Ver matéria *Preço de livro didático*

**Teixeira Coelho – Um ditado que se aplica: em casa onde falta pão, todo mundo grita e ninguém tem razão. Minha versão: em casa onde falta pão e educação, todo mundo grita e**

*sobe até 10%, diz associação*, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 29-01-2014. Acesso em <http://bit.ly/fsplivro> (Nota da IHU On-Line)

ninguém tem razão. É o caso do Brasil. O fato de haver um “mercado grande” para o livro no Brasil não significa que o público seja da mesma proporção. A compra pelo governo, para distribuição às bibliotecas públicas, não garante que o livro seja lido. Cada vez se lê menos, cada vez mais a imagem substitui a palavra impressa. Crianças de três ou quatro anos, por vezes menos, já descobrem seus caminhos num iPad para chegar às imagens que querem, sem precisar passar pela palavra. Essa é a realidade. Isso é pior ou melhor do que o quadro existente com a cultura letrada? Ou é apenas *outra coisa*?

Assim, o círculo vicioso se cria: preços altos levam a um público pequeno e o público reduzido conduz a preços altos porque as tiragens são pequenas. Há décadas essa equação não se altera. E, pior, parte do público existente, o das bibliotecas escolares, é cativo: não lê porque quer, lê porque é obrigado. Parte do público, então, é cativo ou fictício – porque livro comprado não significa livro lido (nem por obrigação). O coração da matéria é a educação. Sem educação não há leitura, inexistente público e o mercado se transforma na fantasia das compras governamentais – que, no entanto, permitem que o livro ainda exista. Como em outros campos culturais, a saída está na criação de um mercado sólido. No entanto, no Brasil dos últimos 10, 12 anos, procura-se demonizar a ideia mesma de mercado cultural. Nenhuma ajuda governamental substitui um mercado forte, baseado em educação consistente. (Mas a educação no Brasil é um desastre).

**IHU On-Line – Ainda tendo em vista o governo, os editais culturais são grandes incentivadores de elaboração e finalização de obras artísticas (especialmente no âmbito do audiovisual). No entanto, como evitar que a arte fique condicionada a ter como fim último a aprovação no edital?**

**Teixeira Coelho** – Nenhum sistema é perfeito, portanto o sistema de editais tampouco o é. O edital permite pelo menos que todos os interessados fiquem sabendo (teoricamente) que existe a possibilidade de financiamento para a realização de uma obra. Problemas começam a aparecer quando

## “Cultura assistida nunca vai longe o suficiente”

o edital condiciona a concessão dos recursos a alguma “contrapartida social”. A primeira e maior contrapartida social de uma obra de cultura realizada é a própria existência dessa obra. Fomentar a produção da cultura não é um favor feito ao produtor, é uma ação que visa à sociedade.

Para evitar que a arte fique condicionada ao edital, a saída é a mesma da questão anterior: a existência de um mercado firme. Não há outra possibilidade. Todos têm o direito de expressar-se culturalmente; mas o Estado não está obrigado a tornar realidade o sonho cultural de transformar todos e cada um em artistas ou produtores culturais...

**IHU On-Line – Recentemente, em uma tentativa de descentralizar os recursos culturais, tem se investido em editais específicos para negros, mulheres, ciganos, etc. Criar divisões particionadas não é uma visão muito “moderna” para uma sociedade pós-moderna como a contemporânea?**

**Teixeira Coelho** – Uma questão delicada, que não admite resposta simples. Dirigir recursos conforme as diferenças raciais, de gênero (aquilo que antes se chamou de “diferenças de sexo”) e outros equivale à criação de guetos culturais, por melhor que seja a intenção. Preferível à orientação seletiva dos recursos é a educação da sociedade para a aceitação e a estimulação da diversidade. A decisão autônoma da sociedade, não forçada por editais, move montanhas. Nos EUA, os negros começaram a ser escalados para papéis protagonistas em filmes de Hollywood muito antes da existência do discurso politicamente correto e da política de cotas de hoje. O sucesso foi tanto que, a julgar pela presença de atores negros em filmes, se pensaria que a população negra nos EUA é muito maior do que é (cerca de 10% do total). A sociedade sempre faz mais e melhor do que os governos – embora nenhum governo seja melhor do que a

sociedade que o escolhe. Cultura assistida nunca vai longe o suficiente.

**IHU On-Line – Qual a sua opinião sobre a Lei Rouanet? Quais as expectativas para o Procultura?**

**Teixeira Coelho** – A Lei Rouanet<sup>3</sup> e a que a precedeu, a Lei Sarney<sup>4</sup>, alteraram profundamente o cenário cultural do país. Artistas e produtores culturais nunca tiveram tantas possibilidades de chegar ao público como depois da existência dessas leis, assim como o público nunca teve tantas opções “de consumo” como agora. O benefício que as leis de incentivo trouxeram não pode ser menosprezado – sobretudo porque significaram o empoderamento da sociedade civil.

É bom recordar que a Lei Sarney surgiu ao final da Ditadura Militar, quando a sociedade brasileira estava farta da intromissão do Estado na cultura. Permitir que a sociedade escolhesse o que queria ver, ler e ouvir foi um grande passo – cuja manutenção exige a atenção e o cuidado de toda a sociedade.

Em termos de sociedade, nenhuma melhora é definitiva, tudo que se conquistou pode ser destruído, a qualquer instante é possível ir dormir em democracia e acordar sob uma ditadura. Mas é fato que se esperava das leis de incentivo que “treinassem” ou habituassem a sociedade brasileira, pessoas físicas e jurídicas, para a necessidade de apoiar a cultura além do que o Estado pode (e por vezes quer) fazer. A sociedade civil americana, por exemplo, entende perfeitamente que é seu dever apoiar a cultura e a arte; 30 anos depois da Lei Sarney, no Brasil, se os incentivos fiscais forem retirados, cultura e arte sofreriam enormemente.

Quanto ao Procultura, difícil dizer hoje que feição terá. Fará algo

<sup>3</sup> **Lei Rouanet:** Lei Federal nº 8.313/91, nomeada em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, secretário geral de cultura quando foi criada. Entre outras medidas, estabelece a política de incentivos fiscais, que possibilita que pessoas jurídicas e pessoas físicas apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> **Lei Sarney:** Lei Federal nº 7.505/86. Precursora da Lei Rouanet, permitiu abater do Imposto de Renda doações (100%), patrocínios (80%) e investimentos (50%) em cultura. (Nota da IHU On-Line)

de positivo se limitar a possibilidade atual que têm as grandes empresas de investir o montante incentivado em seus próprios institutos em vez de apoiar iniciativas de terceiros, novas ou existentes. Obrigar as emissoras de TV a divulgar conteúdo produzido fora de suas próprias casas é um bom exemplo a seguir. Mas eliminar esse direito e concentrar no governo (no Estado) a decisão de aplicação dos recursos, se isso de algum modo prevalecer, como alguns ainda querem, será uma emenda pior do que o soneto.

**IHU On-Line – Pensando em medidas como os editais, as leis de incentivo e o Vale-Cultura, é possível pensar em uma economia da cultura, tendo em vista esta relação insustentável entre os diferentes agentes e o governo?**

**Teixeira Coelho** – No contexto da pergunta, a expressão “economia da cultura” tem um sentido fictício. Editais, leis de incentivo e vale-cultura promovem uma economia fictícia: sem esses instrumentos, o edifício dessa economia desaba. Economia da cultura só existe quando existe mercado da cultura. Editais, incentivos e vales-cultura são a UTI da cultura. O problema é que numa UTI se deve ficar pouco tempo, o mínimo necessário. Não é possível manter um paciente indefinidamente nela.

**IHU On-Line – Ao pensar na gratuidade de eventos e produtos culturais, muitos criticam que, mais do**

**“Dirigir recursos conforme as diferenças raciais ou de gênero equivale à criação de guetos culturais”**

**que democratizar o acesso, gera-se uma cultura da gratuidade. Assim, as peças, apresentações de dança, shows e outras manifestações artísticas teriam público apenas a preço zero (ou simbólico). Como você encara esta questão? Como equilibrar o incentivo à produção com o acesso ao bem cultural?**

**Teixeira Coelho** – Os custos da cultura sempre sobem, historicamente. No Brasil, é verdade, todos os custos e preços sempre subiram e continuarão a subir, nenhum preço é abaixado aqui. De todo modo, os custos e preços da cultura sempre sobem, em todas as partes do mundo: é a lógica de um setor *labor intensive*, não automatizado, sustentado por pessoas. Nesse cenário, a gratuidade em nada contribui nem para o incentivo à produção, nem para o acesso ao bem cultural.

O Louvre tem mais de 10 milhões de visitantes por ano; além do que deixam na bilheteria a título de ingresso, o museu recebe a receita proveniente das lojas que ele administra, direta ou indiretamente. Mesmo assim, se o governo francês não fornecer ao museu 50% de seu orçamento, o Louvre fecha suas portas. Em Londres, a visita às obras do acervo próprio da Tate Modern é grátis; mas para se ver ali mesmo uma exposição especial, temporária, se paga e bem. Em Washington, capital dos EUA, nenhum museu cobra ingresso. Resultado: a Corcoran Gallery, um importante museu independente (privado) de arte americana, está fechando e será incorporado, quando reabrir, a um museu público, a National Gallery de Washington.

Em Nova York, todos os museus cobram e cobram bem. E os museus estão sempre cheios. A tecnologia alterou para melhor, do ponto de vista dos preços, alguns cenários da cultura: o *ebook* barateou o preço do livro-papel, assim como a música em download é mais barata do que a compra em DVD e o filme na Netflix é mais acessível que no cinema do shopping. Mas ir ao cinema do shopping é o que se chama de saída cultural, mais ampla e potencialmente mais rica do que assistir ao mesmo filme em casa, sozinho. E não há como ver uma peça de teatro na tela do computador. Em cultura, nada é simples – como não são simples as soluções possíveis. A pior coisa na cultura é a demagogia. E o populismo.

LEIA OS CADERNOS **TEOLOGIA PÚBLICA**

NO SITE DO **IHU**

**WWW.IHU.UNISINOS.BR**

Tema  
de  
Capa

Destques  
da Semana

**IHU em  
Revista**

# Agenda de Eventos

## IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas

Data: 29/09/2014 – 30/09/2014

Local: Auditório Central da Unisinos, em São Leopoldo.

Veja mais: <http://bit.ly/1pm0ryT>

### IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas

Data: 29/09/2014 – 30/09/2014

Local: Auditório Central da Unisinos, em São Leopoldo.

Veja mais: <http://bit.ly/1pm0ryT>

#### 29/09 – segunda-feira

14h – Recepção e Credenciamento

15h – Roda de conversa dos Observatórios Sociais: territórios e políticas públicas

Debatadora: Profa. Dra. Paula Chies Schommer – UDESC

18h – Lançamento das produções dos observatórios

19h – Lançamento do *Dicionário para a formação de Gestão Social* – Profa. Dra. Paula Chies Schommer – UDESC

19h30min – Conferência de abertura – Observatórios, territórios e políticas públicas no contexto atual – Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga – UNICSUL

22h – Encerramento

#### 30/09 – terça-feira

8h30min – Acolhida

9h – Mesa-redonda – Impactos e contribuições dos Observatórios nos diferentes contextos

Coordenação: Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle – UNISINOS

Participantes: Prof. MS Irio Conti – CONSEA

Noemi Krefta – Movimento de Mulheres Camponesas e Articulação Nacional de Agroecologia

Paola Carvalho – Coordenadora Executiva do Programa RS MAIS IGUAL

Prof. MS Mauricio Farias Cardoso – Presidente da Associação Comercial e Industrial de Alvorada

11h30min – Intervalo

13h – Apresentação de trabalhos – Oraís e Pôsteres

15h – Intervalo

15h30min – Desafios e estratégias dos Observatórios junto aos territórios – Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga – UNICSUL

17h30min – Avaliação

18h – Encerramento

### Curso Direitos humanos desde a América Latina – Uma visão filosófica

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 29/09/2014 – 01/10/2014

Ministrante: Alejandro Rosillo Martínez

Veja mais: <http://bit.ly/10ejHsh>

#### 29/09 – segunda-feira

9h às 12h – Crítica da ideologização dos direitos humanos

#### 30/09 – terça-feira

9h às 12h – Fundamentação dos direitos humanos

#### 01/10 – quarta-feira

9h às 12h – Filosofia da história e direitos humanos

### IHU Ideias

Palestra: Direitos Humanos na América Latina: Ignacio Ellacuría

Data: 02/10/2014

Ministrante: Alejandro Rosillo Martínez

Veja mais: <http://bit.ly/1xu0Lne>

### ObservaJogos Jam 2014

Evento: Game jam para a produção de um jogo

Inscrições: até 07/10/2014

Data: De 08/10/2014 – 22/10/2014

Veja mais: <http://bit.ly/1vpGsmE>

### Dia Mundial da Alimentação: experiências e debates

Data: 08/10/2014

Local: Vários

Veja mais: <http://bit.ly/1ywUcBN>

14h às 21h – Mostra da alimentação e nutrição: sementes, alimentos e produções na perspectiva da alimentação nutricional saudável e sustentável.

Local: Corredor Central da UNISINOS

14h30min às 17h – Oficina sobre os Indicadores de Consumo Alimentar – MS Maria Laura Louzada

Coordenação: ObservaSinOS

Local: Auditório Central

17h30min – Lançamentos Cadernos IHU sobre alimento e nutrição, IHU Ideias e Guia alimentar para a população brasileira.

Coordenação: IHU e Instituto Harpia Harpyia – INHAH

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

18h30min – Intervalo

19h30min – Lançamento do Jogo Cida & Adão – ObservaSinOS e IHU

20h – Conferência – Guia alimentar – desafios e possibilidades para o Brasil e os brasileiros – MS Maria Laura Louzada

Coordenação: Profa. Dra. Signorá Konrad – Curso de Nutrição da UNISINOS

Local: Auditório Central

22h – Encerramento

### IHU ideias – Abrindo o livro

Evento: Apresentação do livro – *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of Life*, de Nikolas Rose e Joelle Abi-Rached

Palestrantes: MS Eduardo Zanella e MS Miguel Herrera

Data: 09/10/2014

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Veja mais: <http://bit.ly/1vr7rzn>

## Entrevista de Eventos

# Neurociência e gestão da vida. Um olhar sobre a obra de Nikolas Rose

Eduardo Zanella e Miguel Herrera apresentam um panorama do pensamento do sociólogo britânico, que busca construir pontes entre a neurologia e as Ciências Humanas

POR LUCIANO GALLAS E ANDRIOLLI COSTA

A virada neurológica das humanidades é um fenômeno que surge da busca – inatingida – por estabelecer diálogos transdisciplinares entre as Ciências. Seduzidos pelo papel neurológico do cérebro ou pela objetividade representada pelos scanners e neuroimagens, os pesquisadores das Ciências Sociais, por vezes, incorrem naquilo que a crítica convencional acusa de “reducionismo biológico”. No entanto, para os antropólogos Eduardo Zanella e Miguel Herrera, este não é o caso do sociólogo britânico Nikolas Rose.

Rose iniciou seus estudos a partir de perspectivas históricas, enfocando a psicologia e a psiquiatria biológica até, por fim, chegar à neurociência. Para os antropólogos, ele se destaca entre os pesquisadores da área por buscar “uma perspectiva conciliável e de colaboração mútua entre este campo do conhecimento e as ciências sociais”. Ou, nas palavras do sociólogo, não se trata de pensar que o ser humano é um cérebro, mas de ter consciência de que ele tem um cérebro. “Em outras palavras, trata-se de localizar no cérebro a chave para descobrirmos aquilo que somos e aquilo que podemos ser.”

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, os dois antropólogos discutem a relevância de Nikolas Rose ao expor as rupturas de paradigmas que afetam não apenas as Ciências Humanas, mas as Biológicas. Refletem ainda sobre as visões e discursos do cérebro em nossa sociedade e sobre a imposição do discurso biológico como ferramenta biopolítica – conceito inicialmente proposto por Foucault, mas atualizado em Rose para pensar os dispositivos de controle em diálogo com nossa contemporaneida-

de descentralizada. Por fim, evidenciam o que Rose chama de “ética somática”, o desejo de ser e estar melhor. É aí que entram elementos tão presentes em nossa cultura, como “medicamentos, exercícios de ginástica cerebral, livros de autoajuda, tecnologias de visualização da atividade cerebral, terapias cognitivas e comportamentais, entre outras”.

Zanella e Herrera apresentarão o livro *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of Life* (Princeton: University Press, 2013), de Nikolas Rose escrito em parceria com Joelle M. Abi-Rached – pesquisadora de medicina, filosofia e políticas públicas. A apresentação e debate do livro ocorre no dia 09-10-2014, às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

O debate do livro prepara a realização do *XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Nikolas Rose participará do evento proferindo a conferência *A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática*, no dia 22-10-2014, a partir das 9 horas, no Auditório Central da Unisinos, em São Leopoldo.

Eduardo Doering Zanella é Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com bacharelado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Miguel Hexel Herrera é mestrando em Antropologia Social pela UFRGS, onde também cursou o bacharelado em Ciências Sociais.

Confira a entrevista.

## IHU On-Line – Quem é Nikolas Rose e qual é a sua expressão no estado das novas neurociências?

**Eduardo Zanella** – Nikolas Rose é um proeminente sociólogo britânico, professor da London School of Economics, onde ocupou a cátedra de sociologia mais antiga da Grã-Bretanha, a James Martin White. É também chefe do Departamento de Ciências Sociais, Saúde & Medicina da King's College London e codiretor do Centro de Biologia Sintética e Inovação, uma colaboração entre a King's College London e a Imperial College London. Sua trajetória de pesquisa é bastante extensa, e de uma forma geral tem explorado as maneiras pelas quais os conhecimentos científicos vieram a conceber o que significa ser humano, e quais as implicações destas concepções para nossos contextos políticos e socioeconômicos. Rose iniciou seus estudos com perspectivas históricas, enfocando principalmente a história da psicologia, e a partir do estudo da psiquiatria biológica passou a tomar como objeto de suas investigações as ciências da vida em geral e a biomedicina em particular, abordando mais recentemente as neurociências.

Rose se destaca entre os pesquisadores que estudam as neurociências, entre outros fatores, por tentar escapar a uma crítica convencional, que as acusa de “reduccionismo biológico”, buscando uma perspectiva conciliável e de colaboração mútua entre este campo do conhecimento e as ciências sociais. De acordo com o autor, as neurociências vivem hoje rupturas de paradigmas e questões semelhantes àquelas com as quais também se defrontam as ciências sociais, tais como as imbricações entre natureza e cultura, corpo e meio/sociedade ou mesmo a existência de livre arbítrio e de uma realidade objetiva externa ao ser. Outro elemento que caracteriza Nikolas Rose neste campo de estudos são suas investigações centradas sobre a “produção de ponta” e a literatura especializada das neurociências. Suas pesquisas são empreendidas com material empírico proveniente de periódicos científicos, livros e entrevistas de autores estabelecidos, sem abordar muito, por exemplo, o

campo da divulgação científica ou da “ciência popular”.

**Miguel Herrera** – Penso que é interessante mencionar que antes de iniciar suas pesquisas em sociologia, Nikolas Rose ingressou na *Sussex University*, onde cursou biologia por dois anos, quando pediu transferência para o curso de psicologia. Rose possui uma fecunda produção, tendo publicado diversos livros, dentre os quais destaco: *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self* (London: Free Association Books, 1989), *Inventando nossos Selves – psicologia, poder e subjetividade* (Petrópolis: Editora Vozes, 2011), *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal* (São Paulo: Paulus, 2012), *A política da própria vida – Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI* (São Paulo: Paulus, 2007) e *Neuro: The New Brain Sciences and the Management of the Mind* (Princeton: University Press, 2013).

‘*Neuro*’ foi escrito em coautoria com Joelle M. Abi-Rached, que possui graduação e mestrado em Medicina pela American University of Beirut, e mestrado em *Philosophy and Public Policy* pela London School of Economics and Political Science. Atualmente Abi-Rached é doutoranda em História da Ciência na Universidade de Harvard, onde trabalha em uma tese que explora a história da loucura no Levante (região do Oriente Médio que inclui a Síria, Líbano, Jordânia, Chipre, Israel e territórios Palestinos, Iraque, Geórgia, Armênia e Azerbaijão).

Como o Eduardo mencionou, o trabalho mais recente do autor toma como objeto de pesquisa o desenvolvimento das neurociências. O material empírico analisado pelos autores consiste – majoritariamente – em artigos científicos influentes sobre o tema e fontes documentais, entretanto, é importante apontar que Rose leva em alta conta o trabalho de campo junto a cientistas das ciências naturais e biomédicas. O autor procura se afastar do trabalho de campo etnográfico sem romper o diálogo com a antropologia. O mesmo pode ser dito das outras disciplinas.

Em *Neuro* – e em outros de seus escritos recentes – há um esforço

consciente em manter diálogo com pensadores oriundos de diferentes áreas, como filosofia da ciência, história, sociologia, psicologia, antropologia, ciências políticas, economia e estudos sociais da ciência e tecnologia (ESCT), por exemplo. Rose incorpora ideias de diferentes pensadores, como Bruno Latour<sup>1</sup>, Emily Martin<sup>2</sup>, Ian Hacking<sup>3</sup>, Ludwik Fleck<sup>4</sup> e Paul Rabinow<sup>5</sup>, e as transforma em

1 **Bruno Latour** (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica - ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law - no desenvolvimento da *ANT - Actor Network Theory* (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da IHU On-Line)

2 **Emily Martin** (1944): antropóloga e feminista, professora da Universidade de Nova York. (Nota da IHU On-Line)

3 **Ian Hacking** (1936): filósofo da ciência, canadense, graduado na Universidade de Columbia e na Universidade de Cambridge, onde estudou no Trinity College. Doutorou-se em Cambridge e lecionou por vários anos na Universidade de Stanford, e mais tarde na Universidade de Toronto. Em 2001 foi apontado para a cátedra de Filosofia e História dos Conceitos Científicos do Collège de France. De sua vasta produção acadêmica, destacamos: *Representing and intervening* (Cambridge: Cambridge University press, 1997); *Por que a linguagem interessa à filosofia?* (São Paulo: UNESP, 1999); *The social construction of what?* (Cambridge: Harvard University Press, 1999); e *Historical ontology* (Cambridge: Harvard University Press, 2002). É mundialmente reconhecido como um dos mais importantes e originais filósofos contemporâneos. Com o título “Linguagem, racionalidade e discurso da ciência”, Hacking e Judith Baker, sua esposa e também filósofa, ofereceram um seminário, de 19 a 23-03-2007, no curso de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. O evento repercutiu amplamente no meio filosófico como um dos mais importantes desse ano. Confira a entrevista exclusiva que concederam à IHU On-Line 216, de 23-04-2007, intitulada “Há muita informação genética codificada nas raças tradicionais”. (Nota da IHU On-Line)

4 **Ludwik Fleck** (1896-1961): médico e biólogo polaco, criador (em 1930) do conceito de “pensamento coletivo”, precursor das noções posteriores de paradigma (Thomas Kuhn) e de *épistème* (Michel Foucault). (Nota da IHU On-Line)

5 **Paul Rabinow**: graduado, mestre e doutor em Antropologia pela University of Chicago. Atualmente é professor de antropologia da University of California e diretor de Antropologia do Contemporary Research Laboratory (ARC). Atuou também como diretor de Práticas Huma-

suas próprias ferramentas conceituais que são constantemente reinterpretadas ou substituídas conforme o contexto. O objetivo de Rose não é construir um modelo explicativo definitivo que se encaixe em qualquer objeto de pesquisa, mas sim pensar cuidadosamente em ferramentas conceituais adequadas às necessidades do pesquisador. Por exemplo, de acordo com o autor (2008, p.307), o conceito de governamentalidade com o qual trabalhou anteriormente pode ser classificado como “(...) *uma espécie de máquina para produzir análises empíricas com um enquadre teórico*” (2008, p.303).

### **IHU On-Line – Em que medida essas novas neurociências se relacionam com a gestão da vida em nosso tempo?**

**Eduardo Zanella** – A consolidação das neurociências, enquanto um campo de conhecimento específico, está associada à emergência de uma nova forma de compreensão do ser humano e de sua natureza, que vem ganhando força nos últimos tempos. Fundamentalmente, trata-se de perceber as faculdades mentais do humano, que constituem a sua própria humanidade – cognição, emoção, volição, etc. – enquanto propriedades imanentes do cérebro, entendido enquanto um órgão plástico e visível que, como qualquer outro, em princípio está aberto à investigação científica ao nível molecular. Em outras palavras, trata-se de localizar no cérebro a chave para descobrirmos aquilo que somos e aquilo que podemos ser.

Este processo, conseqüentemente, sugere e leva a novas formas de intervenção sobre a vida humana. Afinal, o surgimento e o estabelecimento de um campo científico sempre estão intimamente conectados, em uma relação de produção mútua, com transformações mais amplas em uma dada

nas no Centro de Pesquisa de Engenharia Biológica Sintética, que consiste em um grupo de pesquisa descentralizado com pesquisadores de sete universidades dos Estados Unidos. Confira a entrevista concedida por Rabinow à edição 429 da revista IHU On-Line, de 15-10-2013, intitulada *O lugar do antropos sintético*, disponível em <http://bit.ly/1ctbdih>. (Nota da IHU On-Line)

sociedade. Deste modo, junto com esta nova forma de compreensão de nossa natureza, passam a ser crescentes os clamores para que os assuntos que dizem respeito às sociedades humanas e aos seus indivíduos sejam conduzidos por meio de conhecimentos neurocientíficos. Estes clamores se materializam na emergência de um amplo espectro de práticas e dispositivos de intervenção focados no cérebro, sejam destinados a práticas de cura, sejam a práticas de aprimoramento social e individual, bem como na tendência, cada vez maior, de que políticas públicas sejam elaboradas a partir de conhecimentos neurocientíficos. Embora isto não seja tão comum no contexto brasileiro, pude perceber em minha pesquisa de mestrado, desenvolvida junto a um coletivo de cientistas psiquiatras, que era bastante convencional às pesquisas focadas no cérebro que almejassem subsidiar a elaboração de políticas públicas no campo da saúde mental, por exemplo.

Contudo, é arriscado fazer este tipo de generalização. Diferentes sociedades e configurações sociopolíticas vão oferecer diferentes oportunidades para as ciências do cérebro. Também não é possível estabelecer uma relação direta e imediata entre os avanços nos programas de pesquisa das neurociências e a produção de novas terapias, produtos ou meios de governo da vida. Diferentemente, considero que o mais importante a salientar, no presente contexto, é a emergência de um novo imaginário de possibilidades para intervenções na vida humana, centrado no cérebro e em suas potencialidades.

**Miguel Hexel Herrera** – Uma preocupação dos autores foi descrever como as ciências neurológicas estão saindo dos laboratórios e entrando no mundo (2013, p.225). Essa ‘fuga’ das neurociências se deve a uma série de ‘mutações biopolíticas’ que serão examinadas com cuidado mais adiante, mas aproveito o gancho propiciado pelo último comentário do Eduardo para falar um pouco sobre os efeitos gerados por essa entrada das neurociências e das ‘neurotecnologias’ em nossas vidas cotidianas. No bojo destes dispositivos e práticas, podemos

destacar o crescente uso de medicamentos, os exercícios de ginástica cerebral, livros de autoajuda, tecnologias de visualização da atividade cerebral, terapias cognitivas e comportamentais, entre outras.

Um dos conceitos que os autores usam para compreender como essas descobertas se consolidam é o “estilo de pensamento” cunhado por Ludwik Fleck. Segundo Rose um estilo de pensamento consiste em um modo específico de pensar, observar e praticar ciência. Certas explicações e argumentos só são realmente compreendidos caso estejam inseridos em uma forma de pensamento específica. Declarações, argumentos e explicações só são possíveis e inteligíveis inseridos naquele dado modo de pensar. É o estilo de pensamento que define a significância de determinado fenômeno.

Rose explica que o estilo de pensamento define o que é uma evidência e o que não é e de que modo podem ser utilizadas, assim, “(...) sujeitos são escolhidos e recrutados; sistemas-modelo são imaginados e agenciados; instrumentos são inventados para fazer medições e inscrições como gráficos, mapas e tabelas”. Os autores dirão – cientes do risco considerável de simplificação – que ao longo do século XX é possível distinguir quatro estilos de pensamento que possibilitaram o entrelaçamento das neurociências com o controle da própria vida (Cheida, 2014), a saber:

- 1 – o estilo neuromolecular
- 2 – o estilo genético
- 3 – o estilo da neuroplasticidade
- 4 – o estilo das tecnologias de visualização do cérebro/neuroimagem

Muitas descobertas-chave sobre os mecanismos moleculares do cérebro surgiram no curso de experimentos acerca dos mecanismos de ação das drogas, quase sempre utilizando modelos animais. O objetivo seria apreender a normalidade e a anormalidade do cérebro por meio de neurotransmissores disfuncionais e de testes com drogas farmacológicas. Esse seria o *estilo neuromolecular*, responsável pela consolidação de um imaginário psicofarmacológico capaz de estabelecer relações entre laboratórios, clínicas, comércio e a vida

cotidiana; particularmente entre as companhias farmacêuticas, a comunidade de pesquisa neurobiológica e os médicos psiquiatras.

O segundo estilo de pensamento seria o *genético*, que faz as vezes de andaime para o referido imaginário farmacológico (e também neuroquímico) do cérebro. O mapeamento genético prometia apontar, entre outras coisas, anomalias. Essa problemática do que seria normal e patológico pode ser aprofundada mais adiante.

Já o *estilo de pensamento da plasticidade* postula que as sinapses do cérebro e suas conexões modificam-se conforme o desenvolvimento biológico do cérebro, mas não descarta outros fatores, levando em consideração as experiências pessoais que o sujeito vivencia ao longo da vida. E, finalmente, o *estilo de pensamento das técnicas de visualização do cérebro* (ou técnicas de neuroimagem). O eletroencefalograma (EEG) – técnica de exame cerebral usada desde 1929 – parecia proporcionar um diagnóstico psiquiátrico objetivo e, assim, estabelecer as condições normais e anormais de funcionamento da psique, que parecem nos abrir a novas estratégias de intervenção através do cérebro. Os autores assinalam que as técnicas de neuroimagem mais utilizadas atualmente são a Tomografia por Emissão de Fótons (SPECT) e a Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET).

Rose e Abi-Rached (2013) argumentam que nas décadas finais do século XX no Ocidente, nós vimos emergir uma espécie de “ética somática”, com a qual muitas pessoas se identificaram, passando a interpretar muitos dos seus mal-estares em termos da saúde, vitalidade ou morbidade de seus corpos. Tratava-se de agir sobre sua condição somática com a finalidade de não apenas se tornar fisicamente melhor, mas uma melhor pessoa. De acordo o autor, estaríamos agora vendo esta ética somática gradualmente se estender do corpo para o cérebro, compreendido enquanto a corporificação da mente. É nesse contexto que começam a surgir uma série de práticas e dispositivos que visam agir sobre o cérebro, com o intuito do autoaprimoramento e incremento do

bem-estar. As pedagogias do cérebro estão dentro das técnicas de trabalho sobre o self somático.

### **IHU On-Line – Quais são os principais frutos do esforço de diálogo entre Nikolas Rose e Paul Rabinow acerca do conceito de biopolítica em Foucault?**

**Eduardo Zanella** – O conceito de biopolítica em Foucault não é atemporal, mas desenvolvido a partir de intensa pesquisa, individual e coletiva, acerca do funcionamento de determinadas tecnologias de poder em um dado período histórico. Trata-se de um termo que caracteriza o surgimento, a partir do século XVIII, nos Estados-nação em desenvolvimento nas sociedades ocidentais, de um conjunto de procedimentos e dispositivos de controle, normalização e regulação centrados não mais somente sobre o sujeito em si, mas também sobre o homem tomado enquanto espécie.

Para além de um poder soberano, individualizante, cujo principal meio de coerção era a possibilidade de seu detentor decidir sobre a vida e a morte de seus subordinados, o biopoder faz referência a um poder que, ao apreender o homem enquanto espécie, é massificante e exercido pela capacidade de produzir, gerenciar e otimizar a vida da população que governa, entidade que passa a ser o objeto de sua atenção. Em suma, não mais um poder que “faz morrer” e “deixa viver”, mas sim o contrário, um poder que “faz viver” e “deixa morrer”. Deste modo, é constituinte da biopolítica, por exemplo, o início das categorizações das populações nacionais, suas taxas de natalidade, morbidade, longevidade e as intervenções sobre as mesmas; os levantamentos epidemiológicos e as ações do Estado feitas em nome da higiene pública; a criação de mecanismos de seguridade social, etc.

Nikolas Rose e Paul Rabinow (2006), em um clássico texto no qual discorrem sobre os limites e as potencialidades deste conceito, atentam para a sua historicidade e para a necessidade de sua atualização, caso queiramos analisar as racionalidades e as tecnologias de poder próprias

das sociedades atuais, diferentes daquelas que caracterizaram o período analisado por Foucault. Um dos motivos que leva os autores a repensar este conceito é a descentralidade do Estado no exercício do poder situado e operado ao nível da própria vida. Cada vez mais aparatos e autoridades não estatais constroem e demandam sobre o poder central do Estado: um campo heterogêneo formado por organizações filantrópicas, grupos de pressão e de movimentos sociais, comunidades profissionais, comissões de bioética, empresas privadas, associações de pacientes, etc. Também o próprio nível de exercício do biopoder estaria em mutação, de um plano molar para um molecular; assim como as políticas da vida hoje em dia não dizem mais respeito somente ao eixo saúde-doença, que distinguia as políticas do século XVIII. Ou seja, os agentes, as racionalidades, os objetivos, as estratégias e as tecnologias do biopoder se transformaram ao longo do século XX.

Tendo em vista estas modificações, Rose e Rabinow (2006) sugerem que o conceito de biopoder deve direcionar a nossa atenção analítica para estratégias e configurações que combinam três dimensões ou planos: A) discursos sobre a verdade dos seres vivos e as autoridades que os veiculam, B) intervenções sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte, e C) modos de subjetivação em que os indivíduos atuam sobre si próprios, em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. Assim, o conceito de biopoder passa a tornar possível o escrutínio analítico de novas situações de intervenção realizadas sobre as características vitais da existência humana, exploradas por Rabinow e Rose em diversos campos ou temas: medicina genômica, neurociência, ativismo biológico, biotecnologias, genética, produção e consumo de medicamentos, entre outros.

Portanto, é possível afirmar que um dos principais frutos do diálogo de Rose e Rabinow, acerca do conceito de biopoder, diz respeito ao seu trabalho de atualização e refinamento conceitual, bem como à consequente entrada, nas agendas de pesquisa das

ciências humanas e sociais, de investigações críticas acerca dos dispositivos e das tecnologias de poder exercidos sobre a vida que são próprias às nossas realidades contemporâneas.

**Miguel Hexel Herrera** – Complemento a fala do Eduardo com um breve comentário sobre a noção de ‘cidadania biológica’ trabalhada por Rose, Carlos Novas<sup>6</sup> (2004), Rabinow (2006) e, mais recentemente, Petryna<sup>7</sup> (2002, 2011). Os autores observam a disseminação de todo um ‘complexo biomédico’ após a Segunda Guerra Mundial. O estabelecimento de agências regulatórias, comissões de bioética e organizações profissionais que detêm grande autoridade sobre novas tecnologias (tratamentos inovadores e medicamentos), sobre a reprodução e o direito à vida (e morte) faz com que um novo ‘tipo de paciente’ venha à tona. Esse ‘cidadão biológico’ pertenceria ao reino do biopoder. A antropóloga Adriana Petryna aborda essa questão em seu livro sobre os efeitos do desastre de Chernobyl<sup>8</sup> (2002), onde demonstra como cidadãos afetados pelo desastre

acionaram o Estado ucraniano a fim de obterem compensação, afirmando uma cidadania política a partir dos danos biológicos causados pelos efeitos da radiação em seus corpos.

Petryna aponta que, por conta do número cada vez maior de ensaios clínicos, “as características dos cidadãos se apresentam como recursos não apenas para o Estado, mas também para o mercado”. As observações indicam que a ideia de cidadania associada à sobrevivência “faz proliferar uma nova figura médico-social”: os pacientes cidadãos que perderam a confiança no estado e buscam formas de empoderamento alternativas, como a reinvidicação a “recursos biomédicos”, inclusive acesso a ensaios clínicos ou tratamentos experimentais e sem eficácia comprovada.

No Brasil esse cidadão biológico manifesta-se, por exemplo, através do fenômeno conhecido por “judicialização da saúde”. Trata-se das ações judiciais para obtenção de tratamentos e/ou medicamentos, principalmente aqueles de alto custo. A judicialização do direito à saúde está intimamente ligada à Constituição de 1988, cujo artigo 196 expressa que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. Esta demanda foi iniciada com ações judiciais que reivindicaram medicamentos para AIDS, tendo posteriormente migrado para outros grupos de doenças, tornando mais frequente a interferência do Poder Judiciário em questões concernentes aos Poderes Executivos ou Legislativos. Essa cidadania biológica implica a formação de grupos e associações de pacientes que buscam maneiras de contornar dispositivos biopolíticos de controle da população.

#### **IHU On-Line – Qual é o nexó que une a biopolítica e a neuropolítica a partir da perspectiva de Rose?**

**Eduardo Zanella** – O conjunto de procedimentos e tecnologias que constitui a biopolítica, naquilo que diz respeito às políticas de saúde do século XVIII, às preocupações com a degenerescência da população no século XIX, ao nascimento da eugenia e à emergência das estratégias de seguridade social no início do século XX,

sempre foi orientado para o futuro, em um projeto explícito de engenharia social. Tratava-se de produzir nações mais “fortes”, mais “saudáveis” e, em algumas situações, também racialmente mais “puras”. Imagens ou projetos de uma sociedade porvir são intrínsecas ao exercício do poder por meio e em função da própria vida.

Este aspecto, marcadamente clássico da biopolítica, se mostra presente e particularmente intensificado no que se refere à “neuropolítica”, para designar assim a emergência de formas de governo através e em nome do cérebro, a partir de conhecimentos neurocientíficos. De acordo com Nikolas Rose e Joelle Abi-Rached (2013), a projeção de futuros imaginados é central para as problematizações contemporâneas em torno do cérebro, de tal modo que os autores argumentam que as neurociências impõem às autoridades não somente a necessidade de “governar o presente”, mas também de “governar o futuro”. Esta característica da neuropolítica se manifesta, dentre outras maneiras, em uma preocupação e esforços crescentes para a prevenção de comportamentos patológicos em termos gerais e de transtornos mentais de forma específica, cujos critérios de diagnóstico têm se tornado cada vez mais inclusivos. Trata-se de uma ênfase na prevenção e não na cura, o que tem significado também intervenções cada vez mais precoces.

É nesse sentido que Rose e demais autores descrevem uma mudança na lógica que gere as formas de governo na neuropolítica. Não se trataria mais de “disciplinar e punir”, mas sim de “triagem (screening) e intervenção” (Singh and Rose, 2009; Rose, 2010). Neste novo paradigma, primeiramente se identificariam as suscetibilidades de ocorrência de determinados agravos ou transtornos mentais em uma dada população, para depois se intervir sobre a mesma, com a finalidade de minimizar as chances de seus desenvolvimentos, maximizando assim o bem-estar individual e coletivo e reduzindo os futuros custos do Estado com o tratamento de problemas mentais.

6 Carlos Novas: professor assistente do departamento de sociologia da *Carleton University*, no Canadá. (Nota da IHU On-Line)

7 Adriana Petryna: doutora em Antropologia, atualmente é professora da *University of California*. Debruça-se sobre pesquisa de estudos sociais da ciência e tecnologia, globalização e saúde. (Nota da IHU On-Line)

8 Chernobyl: cidade-fantasma localizada no norte da Ucrânia, perto da fronteira com a Bielorrússia. Em meados da década de 1970, foi construída pela União Soviética uma central nuclear no noroeste da cidade, no distrito de Raion. Entretanto, Chernobyl não era a residência dos trabalhadores da usina. Quando a usina estava em construção, Pripjat, uma cidade maior e mais perto da usina, foi planejada e construída como residência para os trabalhadores. Em 26 de abril de 1986 ocorreu o acidente nuclear de Chernobyl. Um reator da central teve problemas técnicos e liberou uma imensa nuvem radioativa, contaminando pessoas, animais e o meio ambiente de uma vasta extensão do tamanho de Guadalupe. Ironicamente, o acidente se deu durante o teste de um mecanismo de segurança que garantiria a produção de energia em caso de acidentes. A explosão ocorreu quando o sistema era testado em um dos blocos da usina, provavelmente devido à instabilidade do reator provocada por uma combinação de erros humanos na sua operação e por sua construção estar incompleta à época. (Nota da IHU On-Line)

**Miguel Hexel Herrera** – Do mesmo modo, é nesse sentido que os autores argumentam que um dos projetos mais fortes das neurociências é a descoberta de biomarcadores no cérebro ou nos genes de jovens e crianças que possam prever o desenvolvimento de personalidade antissocial ou psicopatias. A antropóloga Claudia Fonseca<sup>9</sup> (2013) retoma as discussões de Ian Hacking (2001) e Nikolas Rose (2006) acerca de novas tecnologias (como bancos de dados de perfis genéticos) e de alguns efeitos inesperados que estas inovações produzem. No caso, a ‘criação de novos tipos de ser humano’. Uma pergunta fundamental aqui é como esses processos de inovação tecnológica afetam as subjetividades das pessoas. A obra de Ian Hacking possui alguns pontos em comum com as pesquisas recentemente conduzidas por Rose. Em seus estudos, Hacking trabalha com categorias que foram criadas ao longo do século XX, tais como esquizofrenia, múltiplas personalidades, abuso sexual e autismo, demonstrando como estes termos alcançam a própria identidade das pessoas (Hacking, 2001). Dessa forma, esses ‘novos tipos’ de pessoas “(...) *classificatórios e portanto valorativos, se mostram ‘mediadores’ por excelência entre tradições do passado e inovações do momento, entre saberes científicos, invenções tecnológicas, categorias de percepção e modos de ação*”.

É interessante pensar este assunto e levantar algumas perguntas a partir de casos empíricos, como a medicalização dos transtornos de aprendizagem e comportamento, mais especificamente o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Como as pessoas justificam o uso, se apropriam desta categoria e se identificam a partir dela? E qual o papel dos medicamentos na definição e autorreconhecimento da pessoa como portador do TDAH? Tão importante quanto essas perguntas é o questionamento acerca de como novas políticas públicas estão sendo elaboradas com base

9 **Claudia Fonseca:** graduada em Letras, mestre em Estudos Orientais pela University of Kansas e doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. (Nota da IHU On-Line)

em conhecimentos neurocientíficos. Um tema constantemente explorado por Rose (2001, 2007, 2012) é a expectativa gerada por essas novas tecnologias e a centralidade da prevenção no contexto médico contemporâneo. O autor não se opõe à identificação e prevenção de condições médicas, mas ressalta que essa preocupação com a suscetibilidade para doenças não implica necessariamente em soluções (tratamentos) definitivas. Rose (2008) alerta que a emergência desse processo de “*triar (screen) e intervir*” ocasionou um aumento alarmante do uso de psicofármacos entre crianças, por exemplo.

#### **IHU On-Line – Em que medida há uma redefinição dos conceitos de normal e patológico, cura e melhoria, saúde e doença a partir dos recentes desenvolvimentos das ciências do cérebro e das neurotecnologias?**

**Eduardo Zanella** – As neurociências prometem revolucionar o conhecimento que dispomos sobre os transtornos mentais, suas causas e consequências, bem como anunciam que vão, através do cérebro, vigiar, prever, modificar e melhorar as mais diversas de nossas capacidades humanas. Estas promessas vêm acompanhadas de novas formas de compreender determinados limites ou fronteiras, tais como aquelas entre saúde-doença, normal-patológico ou cura-melhoria. Contudo, é preciso ser cuidadoso com este tipo de comentário generalizante. Mesmo que consideremos que as pesquisas e investigações sobre o cérebro e sobre o sistema nervoso ocorram desde há muitos séculos, a instituição das neurociências enquanto um campo específico de conhecimento tem somente meio século de idade. E as suas concepções de ser humano podem coexistir, e de fato coexistem, com várias outras, inclusive contraditórias, em um dado momento histórico. E é sempre muito perigoso anunciar a emergência de um novo paradigma sobreposto aos demais.

Também o papel ou a influência das neurociências na redefinição destas fronteiras não se dá de maneira genérica, mas sim em campos especí-

ficos, de acordo com a sua maior ou menor entrada. No que se refere à aproximação entre as neurociências e a psiquiatria, por exemplo, começa a se tornar cada vez mais forte a veiculação de ideias neuroquímicas de psicopatologias. O estilo de pensamento molecular, em desenvolvimento no campo das neurociências, possibilita a procura de biomarcadores que fixem a classificação diagnóstica de transtornos mentais em anomalias objetivas identificadas no cérebro. Deste modo, as neurociências cultivam a expectativa de resolver o problema clássico da psiquiatria, que é a identificação última e definitiva entre o normal e o patológico no que concerne à ocorrência de transtornos mentais. Trata-se de uma esperança, ainda longe de se concretizar na prática clínica, de reportar estes conceitos às reações neuroquímicas do cérebro.

Entretanto, esta é uma atualização, em um novo estilo de pensamento molecular, de uma ideia já antiga da psiquiatria, pois muitos de seus profissionais atuantes trabalham com a convicção de que os transtornos mentais encontram uma base física corpórea no cérebro. Podemos lembrar que Freud, por exemplo, também era neurologista.

**Miguel Hexel Herrera** – O sociólogo norte-americano Peter Conrad<sup>10</sup> define medicalização como “(...) um processo pelo qual problemas não médicos se tornam definidos e tratados como problemas médicos, geralmente em termos de doenças e desordens” (2007, p.4). O autor caracteriza que os estudos sociológicos sobre medicalização “(...) enfatizam os processos pelos quais um diagnóstico particular é elaborado, aceito como medicamento válido, e passa a ser usado para definir e tratar os problemas dos pacientes” (Conrad; Barker, 2011, p.205). O autor expõe que essa medicalização está geralmente associada aos comportamentos desviantes e “eventos cotidianos”,

10 **Peter Conrad** (1945): sociólogo da medicina americano conhecido por suas pesquisas em medicalização de desvios sociais, experiência de mal-estar e bem-estar no ambiente de trabalho e aprimoramentos biomédicos. (Nota da IHU On-Line)

mas ressalta a crescente inclusão de novas “categorias”: como doenças mentais, distúrbios alimentares, alcoolismo, disfunção sexual e problemas de aprendizado (Conrad; Barker, 2011, p.205). Estudos recentes confirmam o surgimento de categorias de diagnóstico como a menopausa, andropausa, disfunção sexual feminina e masculina (Senna, 2003, 2009; Rohden, 2009). A antropóloga Fabíola Rohden assinala que certas condições como a tensão pré-menstrual (TPM) ou mudanças ocasionadas pela menopausa têm sido utilizadas “(...) como chaves explicativas para as mais variadas formas de comportamento e têm alimentado uma grande indústria de tratamento dos ‘problemas femininos’” (2008, p.134).

O capítulo 4 de *Neuro* (‘All in the brain?’) aborda a aproximação entre a psiquiatria e as neurociências. Essa associação busca a descoberta de explicações objetivas para problemas mentais a partir da produção de tecnologias capazes de tratar esses supostos problemas e, conseqüentemente, diminuir o estigma atribuído a essas condições (Henriques, 2013). *Neuro* não contém nenhuma resposta para esse impasse e tampouco procura definir o que é o normal e o patológico. Os autores argumentam que os avanços científicos das áreas em questão dificultam ainda mais a busca por respostas simples e diretas, pois a cada nova descoberta o fenômeno humano se torna mais complexo. Essa complexidade é invocada pelos autores para defender a ideia de que as ciências neurológicas não pretendem reduzir a condição humana a um mero órgão. Rose e Abi-Rached (2013) apostam na aproximação entre as ciências sociais e as ciências naturais, pois somente a partir de múltiplas perspectivas é possível construir um conhecimento mais aprofundado acerca do fenômeno humano.

**IHU On-Line – Quais são as principais mutações biopolíticas contemporâneas que se delineiam a partir do estudo das novas neurociências?**

**Eduardo Zanella** – Um dos nexos que vincula aquilo que designamos por “neuropolítica” à “biopolítica”,

qual seja, a projeção e a orientação para uma sociedade futura imaginada, aponta também para uma mutação no exercício do poder explorado pela biopolítica contemporânea centrada sobre o cérebro humano. As neurociências estão tão imbuídas de expectativas, anseios, previsões e esperanças acerca do futuro próximo que nos aguarda, que passam a estabelecer não somente uma demanda sobre as autoridades ou aqueles que nos governam, mas também sobre aqueles que desejam viver uma vida melhor e mais responsável no presente.

Trata-se do surgimento de um amplo senso de obrigação para que os indivíduos assumam o controle e a responsabilidade pelos seus próprios destinos, o que vem a derivar em uma série de práticas de autoaprimoramento e de otimização de si, que muitas vezes não são direcionadas para a aquisição de “saúde”, mas para a produção de sujeitos “melhores” – na atividade sexual, no trabalho, nos estudos, etc. Ou seja, a própria dicotomia saúde-doença não é mais tão central na forma de exercício do biopoder contemporâneo, que passa a se manifestar também por meio da busca ativa dos sujeitos por vidas “melhores” e mais “produtivas”. Segundo Nikolas Rose, este modo de subjetivação, caracterizado por uma ênfase na autorresponsabilização dos sujeitos pelo aprimoramento de variadas esferas de suas vidas, é uma característica bastante particular desta biopolítica que emerge a partir das investigações e pesquisas contemporâneas focadas no cérebro.

Outro elemento de mutação na forma de operação desta biopolítica, talvez ainda mais marcante, seja a emergência de um olhar molecular sobre a vitalidade humana em geral, e sobre o cérebro em particular. Rose argumenta que hoje é majoritariamente no plano molecular que a vida é compreendida e seus processos anatomizados, e não mais ao nível molar – tal como a escala dos membros, dos órgãos, tecidos, etc. Compreender a vida em sua realidade molecular significa percebê-la a partir dos mecanismos bioquímicos, das variações genéticas e das combinações

de DNA, das atividades enzimáticas e intracelulares. Este tipo de perspectiva ou de estilo de pensamento abre novas possibilidades de manipulação da vida e dos corpos humanos, que até pouco tempo atrás não estavam disponíveis com a abrangência que hoje estão em determinadas sociedades. É também interessante perceber que, mesmo que de forma não hegemônica, toda uma variedade de práticas de cuidado e de saúde passa a buscar legitimação no registro molecular, desde a acupuntura até a psicanálise, por exemplo. Trata-se de uma mudança qualitativa em nossa capacidade de intervir sobre nós mesmos, que de acordo com Rose (2006) torna a vida “em si própria” aberta à política.

**Miguel Hexel Herrera** – É importante reparar que estas duas mutações da biopolítica contemporânea, a emergência de um olhar molecular sobre os fenômenos da vida humana e a busca pela otimização de si em variadas dimensões da existência, são também mencionadas por Nikolas Rose em seu livro *A política da própria vida – biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. Portanto, trata-se de fenômenos mais gerais que estão em desenvolvimento nos Estados de democracia liberal avançada, e que se encontram presentes, com força específica, no que se refere à consolidação e aos recentes avanços das neurociências. Deste modo, são também eixos a partir dos quais é possível analisar a biopolítica no século XXI.

**IHU On-Line – Gostariam de acrescentar algo?**

**Eduardo Zanella** – Gostaria de endossar as potencialidades de pesquisas que buscam posturas preocupadas em produzir colaborações efetivas entre as ciências sociais e outros campos do conhecimento, indo além da crítica mútua, que frequentemente se mostra estagnante para ambas as partes. As ciências sociais vivem hoje muitas questões e problemas que também estão colocados para outras modalidades de produção de conhecimento, e é necessário reter estas proximidades quando elas ocorrem, pois aí se encontram possibilidades de avanços significativos. Contudo, é

sempre importante ter em vista que isto não é um clamor novo que surge para as ciências sociais contemporâneas, mas sim uma lição antiga. Basta lembrarmos, por exemplo, os resultados das aproximações da antropologia com a linguística e a psicanálise em Lévi-Strauss<sup>11</sup>, ou da antropologia

com a física em Franz Boas<sup>12</sup>; ou mesmo que grandes pesquisadores das ciências humanas e sociais que estu-

dam conhecimentos científicos diversos possuem formação em outras áreas, como o próprio Nikolas Rose, que cursou biologia e psicologia antes de estudar sociologia.

**Miguel Hexel Herrera** – Gostaria de reforçar que o tom conciliatório da discussão empreendida por Rose e Abi-Rached não incorre em uma perspectiva sociobiológica vulgar. *Neuro* caracteriza-se como um trabalho interessante ao não incorrer em críticas e acusações de reducionismo por parte das ciências neurológicas, nas palavras dos autores “*it is not that human beings are brains, but that we have brains.*” (Rose&Abi-Rached, 2013, p. 22). Trata-se, portanto, de uma abordagem que dá importância aos processos de tradução e mediação do conhecimento. Penso que o livro oferece uma lição importante, especialmente para os pesquisadores das ciências humanas envolvidos com tecnologia e produção de conhecimento científico, ao retomar os desenvolvimentos mais recentes da neurologia. Rose e Abi-Rached demonstram como as ciências exatas e naturais também passam por transformações constantes.

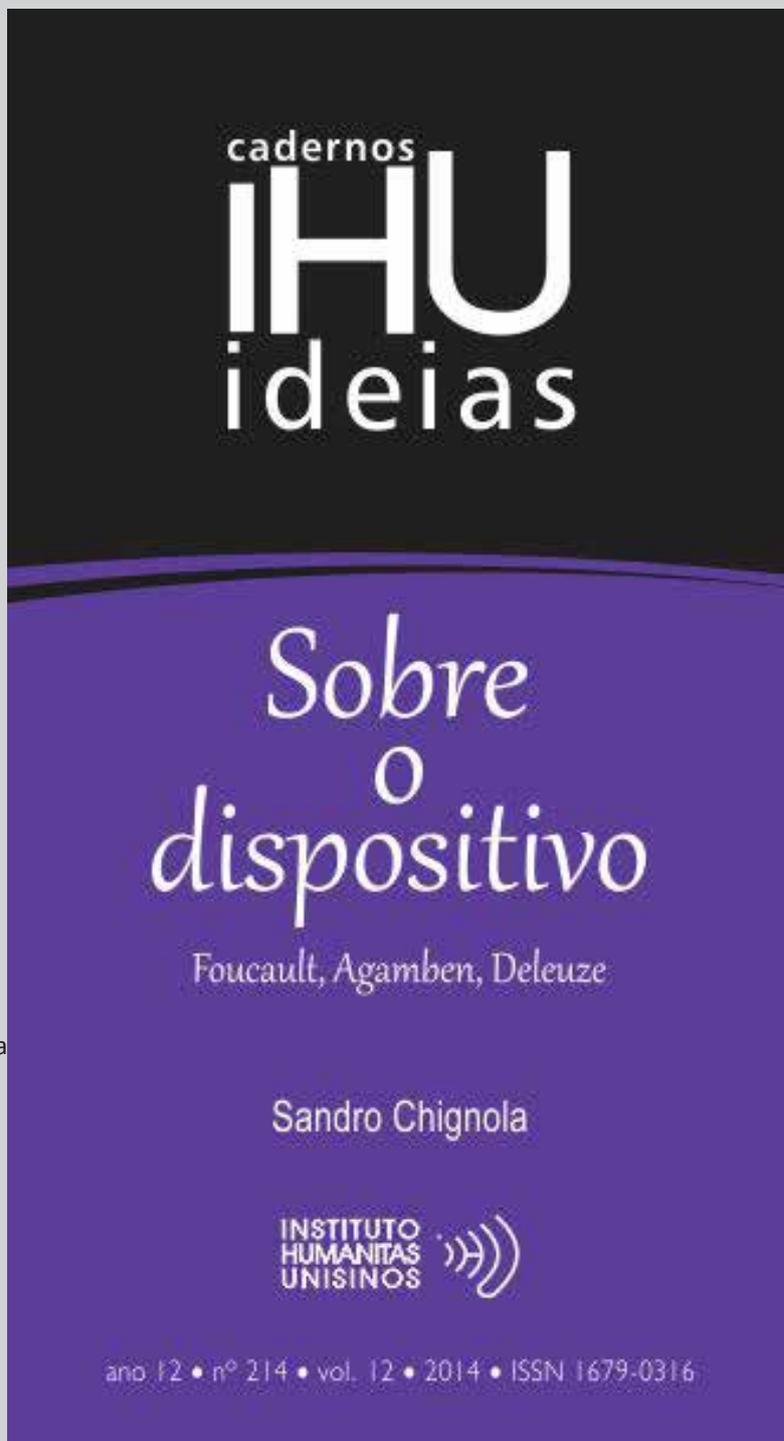
11 **Claude Lévi-Strauss** (1908-2009): antropólogo belga que dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para a antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente às tradições humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro *Les Structures élémentaires de la parenté* (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na USP. Interessado em etnologia, realizou pesquisas em aldeias indígenas do Mato Grosso. As experiências foram sistematizadas no livro *Tristes Trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), publicado originalmente em 1955 e considerado uma das mais importantes obras do século XX. (Nota da IHU On-Line)

12 **Franz Boas** (1858-1942): recebeu influência dos princípios políticos de seus pais durante sua infância e adolescência, causando reflexos na formação de suas ideias pioneiras sobre raça e etnicidade. Diferente dos evolucionistas que dominavam a Antropologia em seu princípio, Boas argumentava que, em contraste com o senso comum, raças distintas da caucasiana, “raças como os índios do Peru e da América Central haviam desenvolvido civilizações similares àquelas nas quais as civilizações europeias tinham sua origem”. Embora seus escritos ainda reflitam um certo racismo inerente ao seu tempo, Boas foi pioneiro nas ideias de igualdade racial que resultaram nos estudos de Antropologia Cultural da atualidade. Como orientador de antropólogos notáveis como Margaret Mead, Melville Herkovits, Ruth Benedict e do brasileiro Gilberto Freyre, Boas ficou conhecido posteriormente como pai da Antropologia contemporânea. Em sua obra, Boas se contrapôs aos evolucionistas, que compreendiam as culturas das sociedades não caucasianas como inferiores. É através de seus estudos que a ideia de uma escala evolutiva das sociedades, partindo de agrupamento de homens “selvagens” ou “naturais” e chegando às “sociedades civilizadas” europeias vai sendo gradualmente abandonada pelos estudos antropológicos. (Nota da IHU On-Line)

Acesse [www.ihu.unisinos.br/entrevistas](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas) e confira diariamente importantes debates conjunturais

The screenshot shows the website interface for Instituto Humanitas Unisinos. At the top, there is a navigation bar with the logo and name of the institute, social media icons for Blog, RSS, Twitter, Facebook, and YouTube, and a search bar. Below the navigation bar is a menu with buttons for 'Início', 'Sobre o IHU', 'Áreas', 'Notícias', 'Entrevistas', 'Publicações', 'Eventos', 'Cepat', 'Espiritualidade', and 'Entre em contato'. The main content area features an 'ENTREVISTAS' section with a sub-header 'As mais recentes entrevistas realizadas pela equipe do IHU. Confira uma nova entrevista por dia.' The featured article is titled 'Outono Indígena. Entrevista especial com Jorge Eremites de Oliveira' and is dated 'Segunda, 17 de Julho de 2013'. The article text begins with 'O governo federal tem o olhar para os povos indígenas com a lente do agronegócio, recebidos do movimento ruralista. Isso faz parte da lógica do desenvolvimento econômico a qualquer custo e atende a projeto político para a disputa de eleições futuras', diz o historiador. Below the text is a photo of a person and a caption 'Foto: racismoambiental.net.br'. At the bottom of the article, there is a 'Compartilhar' button and a 'Comentários' section with a 'Leia mais' button. To the right, there is a 'NOTÍCIAS' sidebar with several news items: 'Em resposta à violência, manifestantes preparam maior protesto em São Paulo, hoje. Rio, Brasília e Belo Horizonte, também protestam', 'Polícia atrai bombas contra manifestantes e famílias na Quinta da Boa Vista', 'Protestos no Maracá: "Da Copa e a mão, e quero mais dinheiro para a saúde e a educação"', '\*Não queremos apenas circo. Queremos também pão, trunfo da justiça social', diz nota do CONIC', and 'Maracá tem estreia conturbada em Copa das Condições'.

# Publicação em destaque

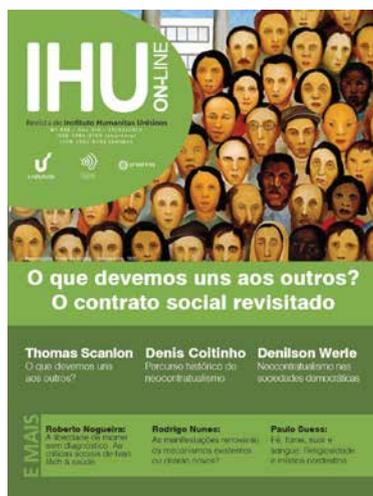


## Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze

**Cadernos IHU ideias**, em sua 214ª edição, traz o artigo *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze*, do filósofo Sandro Chignola, professor da *Università di Padova* – cuja entrevista está disponível nesta edição. Segundo o autor, na metade dos anos 1970, o uso do termo “dispositivo” por Foucault é frequente e generalizado. Muitos críticos, e até mesmo Agamben, notaram que este uso do termo por Foucault nunca teve uma definição completa. O que entra em questão é uma espacialização drástica da história. Através dela, Foucault objetiva desativar a noção de evolução ou de desenvolvimento que está implícito na história das ideias ou nas teorias da racionalização. Este será um dos motivos da sua constante desconfiança tanto em relação a Max Weber quanto à Escola de Frankfurt. Reconduzir a retomada dos sistemas de pensamento ao possível – isto é, à “experiência nua” (*expérience nue*) da ordem e de “seus modos de ser”, como Foucault define – significa atingir o plano sobre o qual está a “atitude positiva” do conhecimento implantado nos saberes que definem a ordem do discurso de uma determinada fase histórica. Chignola pergunta-se, desta forma, sobre a sua origem foucaultiana para o termo “dispositivo”.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213. Você também pode baixar esta edição gratuitamente pelo link <http://bit.ly/ihuid214>.

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



## O que devemos uns aos outros? O contrato social revisitado

Edição 436 – Ano XIV – 10-03-2014  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon436>

O viver em sociedade, na contemporaneidade, é um tema que suscita grandes e apaixonadas discussões. A **IHU On-Line** desta semana contribui no debate, inspirada pelo evento Necontratualismo em Questão, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, a ser realizado nos dias 25 e 26 de março. Participam desta edição Denis Coitinho Silveira, Delamar José Volpato Dutra, Carlos Adriano Ferraz, Ricardo Monteagudo, Evandro Barbosa, Thadeu Weber, Thomas Scanlon, Alfredo Culleton, Nicholas Southwood, Marcelo de Araujo, e Denilson Luis Werle.

## Direito à cidadania. A política social brasileira em debate

Edição 373 – Ano XI – 12-09-2011  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon373>

A então recente criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o anúncio do programa “Brasil sem miséria” e a recente pesquisa revelando que 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza extrema, suscitam o debate sobre a política social brasileira na **IHU On-Line** desta semana. Contribuem na discussão Maria Sarah Telles, Josué Pereira da Silva, Marilene Maia, Potyara Amazoneida Pereira, Sonia Fleury e José Antônio Moroni.



## Responsabilidade Social Empresarial. Limites, possibilidades, perspectivas

Edição 144 – Ano V – 06-06-2005  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon144>

A realização do *Seminário sobre Responsabilidade Social Empresarial. Limites, possibilidades e perspectivas*, enseja o tema de capa desta edição da **IHU On-Line**. As entrevistas realizadas com a Patrícia Almeida Ashley, João Sucupira, Ricardo Young, Léo Voigt, Roberto Patrus Mundim, Ivan Sidney Dallabrida e Bruna Colombo contribuem na reflexão e análise crítica do tema. A publicação tinha como objetivo refletir, de maneira transdisciplinar, sobre os princípios teóricos e as práticas de responsabilidade social empresarial, possibilitando à comunidade acadêmica e em geral uma visão teórica e aplicada do que vem a ser responsabilidade social empresarial hoje.

**Responsabilidade Social Empresarial. Limites, possibilidades, perspectivas**

INDICE

EDITORIAL ..... 2

MATÉRIA DE CAPA

Seminário Responsabilidade Social Empresarial: limites, possibilidades, perspectivas ..... 3

“A construção de um modelo de desenvolvimento sustentável diz respeito a toda a sociedade” ..... 5

Entrevista com Ricardo Young ..... 5

“A responsabilidade social das empresas deve abranger o faturamento” ..... 10

Entrevista com Patrícia Ashley ..... 10

“Muitas experiências empresariais contribuem para aprimorar a política social” ..... 13

Entrevista com Léo Voigt ..... 13

“Responsabilidade social não é filantropia” ..... 15

Entrevista com Ivo Suscipi ..... 15

Responsabilidade social: uma possibilidade de humanização das empresas ..... 18

Entrevista com Roberto Patrus Mundim ..... 18

“Por mais simples que seja, já se criou um movimento rumo a uma mudança na mentalidade empresarial” ..... 21

IHU Ideias

**IHU ideias**  
**Direitos Humanos na América Latina: Ignacio Ellacuría**  
 Prof. Dr. Alejandro Rosillo Martínez  
 Universidad Autónoma de San Luis Potosí – México



Prof. Dr. Alejandro Rosillo Martínez – Universidad Autónoma de San Luis Potosí – México  
 Data: 02/10/2014 | Horário: 17h30min às 19h | Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

**Filosofia e bioética: entre o cuidado e administração da vida**

O XVII Colóquio Filosofia Unisinos, cujo tema é Filosofia e bioética: entre o cuidado e administração da vida, tem por objetivo propiciar um debate crítico e interdisciplinar a respeito da bioética. O evento segue com inscrições abertas e recebimento de trabalhos, que podem ser enviados até o dia 1º de outubro para o e-mail [ihu-trabalhos@unisinos.br](mailto:ihu-trabalhos@unisinos.br). O XVII Colóquio ocorre na Unisinos, em São Leopoldo, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2014.

**XVII Colóquio de Filosofia Unisinos**  
 Filosofia e Bioética

**ENTRE O CUIDADO  
 E ADMINISTRAÇÃO DA VIDA**

**Cadernos IHU Ideias**

**Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze**

Cadernos IHU ideias, em sua 214ª edição, traz o artigo *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze*, do filósofo Sandro Chignola, professor da *Università di Padova* – cuja entrevista está disponível nesta edição. Segundo o autor, na metade dos anos 1970, o uso do termo “dispositivo” por Foucault é frequente e generalizado. Muitos críticos, e até mesmo Agamben, notaram que este uso do termo por Foucault nunca teve uma definição completa. O que entra em questão é uma espacialização drástica da história. Através dela, Foucault objetiva desativar a noção de evolução ou de desenvolvimento que está implícito na história das ideias ou nas teorias da racionalização.

Leia mais nesta edição na página 54 ou acesse o texto na íntegra no link <http://bit.ly/ihuid214>.

cadernos  
**IHU**  
 ideias

**Sobre  
 o  
 dispositivo**

Foucault, Agamben, Deleuze

Sandro Chignola

INSTITUTO  
 HUMANITAS  
 UNISINOS

ano 12 • nº 214 • vol. 12 • 2014 • ISSN 1679-0316

[twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)   [bit.ly/ihuon](http://bit.ly/ihuon)

 [youtube.com/ihucomunica](http://youtube.com/ihucomunica)